



**BRUNO MORGADO BOTELHO**

**Mas e depois?**  
**Narrativas e memórias de netas e netos de sobreviventes do**  
**Holocausto**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Sonia Kramer

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2022



**Bruno Morgado Botelho**

**Mas e depois?**  
**Narrativas e memórias de netas e netos de sobreviventes do**  
**Holocausto**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de pós-graduação em Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

**Profa. Sonia Kramer**

Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

**Profa. Alexandra Pena**

Departamento de Educação – PUC-Rio

**Prof. Flávio Limoncic**

Departamento de História – UNIRIO

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Bruno Morgado Botelho**

Graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2005) e graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Veiga de Almeida – UVA (2008), Especialista Lato Sensu em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (2009). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal Fluminense – UFF – e Professor de História da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Músico bandolinista e conselheiro do Instituto Jacob do Bandolim.

#### Ficha Catalográfica

Botelho, Bruno Morgado

Mas e depois? Narrativas e memórias de netas e netos de sobreviventes do Holocausto / Bruno Morgado Botelho; orientadora: Sonia Kramer. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2022.

143 f.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2022.

Inclui referências bibliográficas.

1. Educação – Dissertações. 2. Holocausto. 3. Memória. 4. Narrativas de netas e netos. 5. Resistência. I. Kramer, Sonia. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título

CDD: 370

Aos sobreviventes do Holocausto e seus familiares.  
A todas as vítimas da barbárie, para que nunca mais se repita.

A Aline, minha esposa e amor da minha vida,  
sem você não seria possível...  
Aos meus filhos Vinícius e Luíza, meus amores eternos.

## Agradecimentos

Eu teria tanto e a tantos a agradecer, mas não caberia em poucas páginas. Obrigado a todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui.

À Força ou às Forças maiores que me guiam, pela proteção de sempre.

À Sonia Kramer, orientadora desta pesquisa, amiga, mentora e fonte de inspiração. Exemplo de resistência e conhecimento.

Ao Vinícius, meu filho amado, por todos os dias...

À Luíza, minha filha amada, por todos os dias...

À Aline, a quem eu amo profundamente, que torna minha caminhada infinitamente mais feliz.

À minha mãe, pelo amor e por me mostrar o gosto pela História e pelo ato de ensinar.

Ao meu pai, pelo amor e por me mostrar o quanto tocar um choro ao bandolim é prazeroso.

À Fernanda, minha irmã querida, por tantos momentos alegres desde sempre.

À “Dona” Lucimar e Wantuir, “Seu” Guaraci, Fábio, Lilian e Philippe, família querida que me recebeu com tanto carinho e atenção.

A todos os meus familiares: tias, tios, primas, primos por sempre vibrarem pelas minhas conquistas.

Aos amigos Thaís, Davi, Lucas, Cláudia, Evaldo; Nathalia, Fabrício, Iasmin e Melissa pela amizade fraterna e sincera.

À amiga Silvia Neli, pela sensibilidade e dedicação à nós.

À Tarsila Nascimento, pela generosidade e competência.

À Jaqueline, pelo cotidiano bem temperado.

À Regina, pela eterna disponibilidade.

Às amigas e amigos, companheiros de luta na Universidade Federal Fluminense por contribuírem com um serviço público de qualidade.

Às professoras, professores, equipe de gestão e demais profissionais da Escola Municipal Dorcelina Gomes da Costa, por trabalharem na educação com tanto empenho, carinho e profissionalismo.

Às amigas e amigos do INFOC e Grupo Viver com Yiddish por tudo de muito especial e afetivo que aprendo com vocês.

À minha turma de mestrado do ano de 2020, por compartilharem inseguranças, dúvidas, certezas, carinho e alegrias.

As professoras e professores do PPGE da PUC-Rio por me provarem que é possível enxergar mais além.

Aos funcionários do Departamento de Educação da PUC-Rio pelo constante apoio ao longo deste percurso.

À PUC-Rio por me receber nessa trajetória de muito trabalho e aprendizado.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Alexandra Pena, Flávio Limonic, Daniel Bitter e Mônica Herz, por aceitarem o convite de integrarem a minha banca. Vocês são autores e pessoas que inspiram.

Às netas e netos que comigo conversaram tão gentilmente. Vocês são a razão deste trabalho.

## Resumo

Botelho, Bruno Morgado; Kramer, Sonia. **Mas e depois? Narrativas e memórias de netas e netos de sobreviventes do Holocausto**. Rio de Janeiro, 2022. 139 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**Mas e depois? Narrativas e memórias de netas e netos de sobreviventes do Holocausto**, tem como tema central as narrativas de netas e netos de sobreviventes do Holocausto que nasceram e/ou residem na cidade do Rio de Janeiro. O estudo se debruçou sobre as narrativas de quatro netas e três netos de sobreviventes do Holocausto, pessoas que se encontram dentro da faixa etária aproximada de 35 a 40 anos e que conviveram com avós vítimas da perseguição e extermínio nazista. Escutá-los trouxe fragmentos de histórias do passado ressignificados no tempo presente. O objetivo central foi ouvir as narrativas de netas e netos de sobreviventes deste evento para compreender o que conhecem e falam sobre o Holocausto. Foram perguntas orientadoras da pesquisa: (a) netas e netos de sobreviventes ouviram histórias sobre o Holocausto? (b) por quais experiências, relacionadas ao Holocausto, passaram junto de seus avós? O que aprenderam com eles? (c) há relevância dessas narrativas para além da esfera familiar? A memória de um evento traumático contribui para a formação humana? (d) existem tensões entre a voz e o silêncio – falar e calar - diante da lembrança do Holocausto? (e) existem e, se existem, quais são os impactos dessas narrativas para uma educação que caminhe na dimensão contrária à barbárie? A pesquisa teve como estratégia metodológica entrevistas semiestruturadas, individuais. Em função da pandemia de COVID-19, as entrevistas foram todas realizadas no formato online, através da plataforma google meet, gravadas em áudio e transcritas em sua íntegra. Foi escrita em pandemia. Desafiador. Possui como central aporte teórico-metodológico Walter Benjamin (1892-1940) e Zygmunt Bauman (1925-2017), dois importantes pensadores que foram escolhidos em função da relevância de seus conceitos e obras para o tema. Muitos outros autores chegam no decorrer de toda a dissertação com amplas contribuições e interlocuções teóricas. As análises indicam que ser terceira geração de sobrevivente do Holocausto traz o sentido de ser parte direta dessa história;

carrega segredos, mistérios e sentimentos entrecruzados de singularidade e coletividade histórica. Medo, coragem, decisão, sustentação, luta, são sentimentos que as pessoas entrevistadas nesta pesquisa trouxeram entrelaçadas às suas memórias do que ouviram de seus avós e às suas reflexões no tempo presente. Rememorar os avós como exemplo, força e resistência, foram dados que apareceram de forma recorrente nas narrativas. Os achados ainda dizem de avós que falavam e não falavam sobre as experiências vividas no Holocausto; que narrar fazia bem a alguns e não necessariamente a outros; e que sentirem-se próximos das experiências vividas por seus avós se correlaciona com lugares geográficos e museus visitados, filmes, palestras ouvidas, além do que ouviram de seus pais, membros da segunda geração, e outros familiares.

## **Palavras-chave**

Holocausto; Memória; narrativas de netas e netos; resistência.



## Abstract

Botelho, Bruno Morgado; Kramer, Sonia. **But then what? Narratives and memories of granddaughters and grandchildren of Holocaust survivors.** Rio de Janeiro, 2022. 139 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**But then what? Narratives and memories of granddaughters and grandchildren of Holocaust survivors**, has as its central theme the narratives of granddaughters and grandchildren of Holocaust survivors who were born and/or reside in the city of Rio de Janeiro. The study focused on the narratives of four granddaughters and three grandchildren of Holocaust survivors, people within the approximate age range of 35 to 40 years old and who lived with grandparents who were victims of Nazi persecution and extermination. Listening to them brought fragments of past stories reinterpreted in the present time. The main objective was to listen to the narratives of the granddaughters and grandchildren of survivors of this event in order to understand what they know and say about the Holocaust. The research guiding questions were: (a) granddaughters and grandchildren of survivors heard stories about the Holocaust? (b) what experiences, related to the Holocaust, did you have with your grandparents? What did you learn from them? (c) are these narratives relevant beyond the family sphere? Does the memory of a traumatic event contribute to human formation? (d) are there tensions between voice and silence – speaking and being silent – in the face of the memory of the Holocaust? (e) are there and, if so, what are the impacts of these narratives for an education that walks in a dimension contrary to barbarism? The research had as a methodological strategy semi-structured individual interviews. Due to the COVID-19 pandemic, the interviews were all conducted online, through the google meet platform, recorded in audio and transcribed in their entirety. It was written in pandemic. Challenger. Its central theoretical-methodological contribution is Walter Benjamin (1892-1940) and Zygmunt Bauman (1925-2017), two important thinkers who were chosen due to the relevance of their concepts and works to the theme. Many other authors arrive throughout the dissertation with extensive contributions and theoretical dialogues. Analyzes indicate that

being a third generation Holocaust survivor makes the sense of being a direct part of this story; it carries secrets, mysteries and intertwined feelings of uniqueness and historical collectivity. Fear, courage, decision, support, struggle, are feelings that the people interviewed in this research brought intertwined to their memories of what they heard from their grandparents and to their reflections in the present time. Remembering grandparents as an example, strength and resistance were data that appeared recurrently in the narratives. The findings also tell of grandparents who talked and did not talk about the experiences lived in the Holocaust; that narrating was good for some and not necessarily for others; and that feeling close to the experiences lived by their grandparents correlates with geographical places and museums visited, movies, listened to lectures, in addition to what they heard from their parents, members of the second generation, and other family members.

## **Keywords**

Holocaust; Memory; narratives of granddaughters and grandchildren; resistance.

# SUMÁRIO

1. Introdução: o outro marca a existência humana	16
2. É Possível Entender? História, teoria e metodologia sobre o Holocausto	25
2.1. Relevância histórica, cultural e social do tema	28
2.2. A migração dos judeus para o Brasil e para o Rio de Janeiro	30
2.3. A migração para o Brasil dos judeus apátridas, refugiados e sobreviventes: 1933-1950	34
2.4. Antissemitismo, modernidade, declínio do Liberalismo	37
2.5. Negar o negacionismo	42
2.6. Narrativa, experiência, memória: Bauman e Benjamin	44
2.7. Holocausto, memória e netos de sobreviventes: revisão de pesquisas	48
2.8. Ainda um aspecto metodológico: a micro-história	53
3. Mais um dia começa: percepções singulares das histórias na Guerra narradas pelos avós	57
3.1. Bernardo e Saul	61
3.2. Elaine e Raquel	64
3.3. Fernando e Daniel	66
3.4. Gabriel e José	71
3.5. Mariana e Abel	72
3.6. Olívia e Abel	75
3.7. Iolanda e Davi	77
4. Não apagar para não repetir: a resistência no cotidiano da educação	81
4.1. “Era uma escola que falava sobre o Holocausto e também sobre tantos outros episódios de genocídio”	84
4.2. “Na escola eu conseguia correlacionar: ‘aconteceu com meu avô, aconteceu com todos’”	87
4.3. “Quando eu vi as cabanas dos <i>partisans</i> foi uma lavada forte e muito intensa”	89
4.4. “Estar no museu, ver os objetos da época, pedaços do trem, isso te coloca em outra dimensão”	90
4.5. “Preservar essa memória é essencial para conscientizar e evitar”	94
4.6. “Eu vi a suástica no quadro e senti vontade de falar. Em nenhum momento a escola debateu sobre isso”	97
4.7. “Diante daquela suástica eu agi de uma forma completamente diferente de como eu reagiria hoje”	101
5. Ser a terceira geração: silêncios e palavras que potencializam ética e resposta	106
5.1. Silêncios	107
5.2. Palavras	114
6. Conclusão	129
7. Referências Bibliográficas	135

## Lista de Figuras

Figura 1 – mapa dos principais guetos na Europa	68
Figura 2 – mapa dos principais campos de concentração nazistas	68
Figura 3 – mapa dos principais campos de refugiados da Segunda Guerra Mundial	69

## Lista de Quadros

Quadro 1 – Artigos, dissertações e teses: Holocausto e Memória	49
--	----

## **Lista de Siglas**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COVID-19 – Coronavirus disease 2019 / Doença do Coronavírus 2019

INFOC – Grupo de pesquisa Infância, Formação e Cultura

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SARS-CoV-2 - Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2

/ Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2.

UCAM – Universidade Cândido Mendes

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UVA – Universidade Veiga de Almeida

YIVO – Institute for Jewish Research

Não sabemos, porém, para onde  
vamos. Talvez sobrevivamos às  
doenças e escapemos às seleções,  
talvez aguentemos o trabalho e a  
fome que nos consome,  
**mas e depois?**

(LEVI, 1988, p. 77)

# 1

## Introdução: o outro marca a existência humana

Vocês que vivem seguros  
em suas cálidas casas,  
vocês que, voltando à noite,  
encontram comida quente e rostos amigos,  
pensem bem se isto é um homem  
que trabalha no meio do barro,  
que não conhece paz,  
que luta por um pedaço de pão,  
que morre por um sim ou por um não.  
Pensem bem se isto é uma mulher,  
Sem cabelos e sem nome,  
Sem mais força para lembrar,  
vazios os olhos, frio o ventre,  
como um sapo no inverno.  
Pensem que isto aconteceu:  
eu lhes mando estas palavras.  
Gravem-nas em seus corações,  
Estando em casa, andando na rua,  
ao deitar, ao levantar;  
repitam-na a seus filhos (LEVI, P. 1988, p.9-10).

É com Primo Levi (1988) que inicio a presente dissertação. Seu poema narrativa aguça os sentidos humanos à consciência de sermos, todos nós, portadores de assinatura responsável diante da existência. A responsabilidade a que convida o poema, que é narrativa de um horror vivido e visto de perto nas entranhas do corpo físico e mental, se presentifica em imperativos que trazem perguntas existenciais centrais à dimensão humana. A vida é segura? Olhar monologicamente a própria vida enquanto o outro vive extremos da opressão, exclusão e violência é atuar contra a barbárie? Quais responsabilidades chegam àquele que abafa o passado opressor?

Nesta pesquisa, conversei com quatro netas e três netos de sobreviventes<sup>1</sup> do Holocausto, pessoas que se encontram dentro da faixa etária aproximada de 35 a 40 anos e que conviveram com avós vítimas da perseguição e extermínio nazista. Cada entrevista foi singular e desvendou multiplicidades de narrativas,

---

<sup>1</sup> De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, sobreviventes são aqueles que estiveram presos em guetos ou em campos de trabalho, campos de concentração e mais especificamente em campos de extermínio, durante a Segunda Guerra Mundial. (<https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2017/06/sobreviventes-da-historia>. Acesso em 21/11/2020). Aqui cabe destacar que somente um dos avós de um neto entrevistado nesta pesquisa não passou por campos, entretanto a sua história foi incluída como sendo de um sobrevivente, porque viveu por anos em interiores de florestas fugindo, se escondendo e lutando pela vida depois de ter tido toda a sua família capturada e assassinada por forças nazistas.



histórias, memórias. Ouvi-los foi resgatar fragmentos do passado na busca de uma nova compreensão histórica de ressignificação do vivido, narrado e trazido ao tempo presente. O entendimento de que o declínio da narrativa se relaciona à perda gradual da memória, se liga ao pressuposto do homem não se ver como parte da História. “(...) É preciso, portanto, ouvir e reinterpretar os sentidos esquecidos daqueles que em tantas lutas fizeram e têm feito a História, escovando a história a contrapelo.”. (BENJAMIN, 1987).

Entrevistar é ser, nas palavras de Sobral (2008), responsável e responsável para entender que todo ato e fala nunca são acabados nem monológicos, porque constantemente alterados no contato com o outro. Neste sentido, a pesquisa que é sobre o outro, passa a ser *com* o outro. “A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro.”. (BAKHTIN, 1997, p. 317).

Nas ciências humanas não há verdade absoluta, olhar neutro, nem perspectiva monológica na relação entre sujeito e objeto. Ao contrário, a relação é viva, dialógica e ética, implicada na responsividade (CORSINO, 2014). “(...) muito mais do que colher informações, o que se pretende é conhecer, ouvir, compreender, criar um espaço de narrativa, onde os sujeitos da pesquisa veem um ao outro e estabelecem um diálogo.”. (PENA, 2015, p.48). A estruturação das perguntas pode ser a mesma, mas de fato nenhuma entrevista jamais será igual porque só acontece na produção dos sentidos que são dialógicos e necessariamente levam em conta os muitos sentidos que ambos – pesquisador e sujeito – constroem em parceria no momento da conversa.

Essa pesquisa ativou também o olhar sobre a minha própria vida e postura em relação ao outro. Me vi por diversas vezes, pensador ativo sobre perguntas que tenho feito no decorrer da vida como filho, neto, pai, músico, professor, pesquisador: como são pensadas, construídas, a quem são endereçadas. Me vi observador das subjetividades contidas em nuances interpretativas e posicionamentos corporais não somente dos sujeitos dessa pesquisa, mas minhas também. Mergulhei na disponibilidade em me surpreender com o que encontrava, defrontava; com o que ia na direção de hipóteses iniciais e desvios. Me abri à chegada de novos olhares, construções, pensamentos, inclusive aqueles diferentes dos estimados a priori.

Sou músico bandolinista. A música sempre fez parte da minha vida e durante os anos da minha infância se personificou nas figuras de meu pai, Déo Rian, músico bandolinista e referência do Choro brasileiro, e de seus amigos músicos que, semanalmente, se reuniam para ensaios em minha casa. Como meu pai, me tornei músico bandolinista e recebi o mesmo pseudônimo artístico dele – o *Rian* – que substituiu e substitui artisticamente meus sobrenomes *Morgado Botelho* me identificando como músico intérprete no cenário do Choro brasileiro. Isso explica o aparecimento de meu nome como *Bruno Rian* em todas as minhas produções como artista intérprete, compositor, arranjador e produtor musical.

No decorrer de minha trajetória artística, participei de vários shows e projetos musicais em muitas cidades brasileiras. Toquei e gravei ao lado de renomados instrumentistas e cantores da música popular brasileira e integrei importantes conjuntos de Choro da cidade do Rio de Janeiro. O convívio com meu pai e com tantos músicos despertou o interesse pela pesquisa sobre as obras e seus respectivos compositores: onde, por que, quando e em que contextos? A partir de tantas perguntas, ainda adolescente, comecei a sentir-me interessado, de uma maneira especial, pela História. Decorrencia desse interesse é o fato de hoje eu ser membro do Instituto Jacob do Bandolim desde sua fundação no ano 2000. Esse Instituto tem por objetivo pesquisar e preservar a obra deste importante músico brasileiro. No ano de 2005, decidi unir duas áreas de interesse: a História e a educação, ingressando no curso de Licenciatura em História na Universidade Veiga de Almeida. Em 2008 me tornei professor de História e atualmente trabalho na rede municipal do Rio de Janeiro.

De 2005 a 2008, ao mesmo tempo em que cursei a Licenciatura em História, trabalhei em diversos projetos sociais de educação musical e, paralelamente, como monitor bolsista de História em escolas regulares da rede privada de ensino com o segundo segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Fui ainda monitor bolsista da disciplina *Estudos da Antiguidade*, experiência que me acendeu o desejo de ingressar na vida acadêmica e que se alargou aos anos de 2008 e 2009, quando cursei e concluí pós-graduação *Lato Sensu* em História do Brasil na UCAM – Universidade Cândido Mendes.

Dar minha parcela de contribuição a uma educação que não privilegie a homogeneização e a negação do diferente e contraditório, foi sempre luta no cotidiano da minha prática docente. No processo de escutar as tantas histórias que

foram a mim narradas nesta pesquisa, debruicei-me também sobre minha própria história de filho, músico, professor de história. Não sou judeu e, portanto, não tenho histórias familiares nesse tema. Entretanto, pensar sobre as histórias a mim narradas e sobre as tantas outras que possuo no meu seio familiar, me potencializou como pessoa responsável com a expressão humana que liberta e contribui em processos de transformação do mundo. “Como o homem é gerado na cultura da mesma forma que produz cultura, ele pode fazer história e contar história” (KRAMER, 2003, p. 60). A pesquisa me ensinou a encontrar minha própria história na escuta e escrita da história do outro. Começar em mim e terminar em mim mesmo, mas não no mesmo lugar, pois seria impossível ser o mesmo depois de caminhar por tantas narrativas.

Em 2016 ingressei no Curso “Trajetórias Judaicas no Rio de Janeiro” oferecido pelo Departamento de Educação da PUC-Rio em parceria com o Museu de Arte do Rio de Janeiro – MAR. Esse curso é voltado especialmente para professores da rede pública da cidade do Rio de Janeiro e suas discussões em muito me mobilizaram e inquietaram. Nesse mesmo ano, tendo em vista minha trajetória simultânea nas áreas da música, história e educação passei a integrar o grupo de pesquisa intitulado à época *GLYK: Estudos de Yiddish e Cultura Judaica*, hoje transformado no Núcleo Viver com Yiddish<sup>2</sup>, vinculado ao Departamento de Educação da PUC-Rio e coordenado pela prof<sup>a</sup> Sonia Kramer.

Desde então, me encontro ativamente inserido nesse grupo participando de atividades de extensão com crianças sobre língua e cultura Yiddish<sup>3</sup> em escolas judaicas da cidade do Rio de Janeiro, tocando música Yiddish em shows e, em 2018, participando como um dos organizadores do Livro-Cd intitulado *Likhtik*, fruto de intensa pesquisa sobre música Yiddish, suas histórias e contextos históricos, e aprendendo a língua Yiddish. Esse encontro me trouxe novas perguntas e desejo de pesquisar especialmente a temática que reúne memória, História do Holocausto e educação.

Para o embasamento teórico desta pesquisa, dois importantes pensadores foram escolhidos em função da relevância de seus conceitos e obras para o tema: Zygmunt Bauman (1925-2017) e Walter Benjamin (1892-1940). Muitos outros

---

<sup>2</sup> <https://vivercomyiddish.com.br>

<sup>3</sup> Vide capítulo 2.

autores chegam no decorrer de toda a dissertação com amplas contribuições e interlocuções teóricas.

Bauman, sociólogo judeu-polonês, fornece suporte teórico para pensar o Holocausto a partir de sua crítica à modernidade, ética da obediência, ao racismo e processo civilizador. Bauman (1998) traz a perspectiva do Holocausto como um fenômeno da modernidade, imbuído de contextos de modernas tendências culturais e técnicas. As narrativas da terceira geração sobre o tema do Holocausto trouxeram muitas histórias em fragmentos, cheias de detalhes e lacunas. Benjamin, filósofo judeu-alemão guia o caminho de análises a partir dos conceitos de memória e rememoração, narrativa, experiência, história e teoria crítica da modernidade.

A estratégia metodológica utilizada na presente pesquisa foi a entrevista semiestruturada, individual, com adultos, netas e netos de sobreviventes. Em função da pandemia de COVID-19, as entrevistas foram todas realizadas no formato online, através da plataforma Zoom, gravadas em áudio e transcritas em sua íntegra. Entrevistar através de uma plataforma digital certamente trouxe novos desafios. Será que, diante de uma tela, fui capaz de perceber todas as nuances que observaria em formato presencial, face a face com meus sujeitos? Não sei, não tenho as respostas, mas sei que ouvi narrativas comoventes, fortes e inspiradoras. As entrevistas tiveram um roteiro pré-estabelecido, mas flexível. Nessa estratégia há a possibilidade de acrescentar novas perguntas ou mudar aquelas já previamente organizadas em função do andamento da fala do entrevistado, e isso de fato aconteceu no campo dessa pesquisa.

Oliveira et al (2010) sinalizam a importância, na escolha metodológica pela entrevista, em gostar de conversar com o outro, ouvir o outro; em fazer uma pergunta de cada vez, frente a frente, olhos nos olhos. Destacam ainda a gravação (se permitida pelo entrevistado) como importantíssima ferramenta seguida de transcrição e análise imediata realizada pelo pesquisador, antes da realização de outra entrevista. Anotar gestos, atitudes, inflexões de voz e considerar falas significativas ao longo da entrevista também são elencadas como atitudes necessárias a um bom pesquisador.

Aprender a realizar uma entrevista é algo que depende fundamentalmente da experiência no campo (...). Entrevista é trabalho (...) Elaborar roteiros de entrevistas e formular perguntas podem, inicialmente, parecer tarefas simples,

mas, quando disso depende a realização de uma pesquisa, não o é. (DUARTE, 2002, p.146).

A confiabilidade e legitimidade de uma pesquisa empírica está na sua capacidade de articular teoria e empiria em torno de um objeto, questão ou problema de pesquisa. Requer esforço, leitura e experiência e exige estratégias que sejam lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras (DUARTE, 2002). A entrevista é ação dialógico-reflexiva que se dá mediante o encontro entre pessoas para obtenção de informações sobre determinado assunto.

Olhar o campo é inferir, e inferir com bom senso. O bom senso do pesquisador está situado no limiar das suas escolhas que devem ser respaldadas pelo compromisso ético-teórico-metodológico. Isto é âncora da pesquisa, pois num campo árido o bom senso é bem-vindo. E o que olhamos? E como olhamos? (BARBOSA, 2013, p.69).

Esta pesquisa tem como objetivo central ouvir as narrativas de netas e netos de sobreviventes desse evento, residentes e/ou nascidos na cidade do Rio de Janeiro para compreender o que conhecem e falam sobre o Holocausto. Foram perguntas orientadoras da pesquisa: (a) netas e netos de sobreviventes ouviram histórias sobre o Holocausto? (b) por quais experiências, relacionadas ao Holocausto, passaram junto de seus avós? O que aprenderam com eles? (c) há relevância dessas narrativas para além da esfera familiar? A memória de um evento traumático contribui para a formação humana? (d) existem tensões entre a voz e o silêncio – falar e calar - diante da lembrança do Holocausto? (e) existem e, se existem, quais são os impactos dessas narrativas para uma educação que caminhe na dimensão contrária à barbárie?

As conversas marcaram meu encontro com as sete pessoas entrevistadas nesta pesquisa. O contato com o outro marca a existência humana e traz sentido de infinidade (PENA, 2015). As narrativas de tantas experiências vividas e rememoradas asseguraram suas continuidades no fluxo da vida. Bernardo, Elaine, Fernando, Gabriel, Iolanda, Mariana e Olívia – os nomes são fictícios para preservar suas identidades - narraram experiências vividas no passado e ressignificadas no tempo presente. Asseguram a não extinção da sabedoria. A

perda de narrar a experiência no mundo do progresso levou a sabedoria, o lado épico da verdade, à extinção (BENJAMIN, 2012).

“Sempre fez parte da minha identidade ser judia e ser neta de sobrevivente. O tema precisa se manter vivo, a história precisa ser contada”. Conversei com Mariana no dia 03 de março de 2021. Seu avô materno, Abel, nasceu na Polônia, na cidade de Ostrówia. Foi sobrevivente do Holocausto e veio para o Brasil no ano de 1947.

“A minha relação com o Holocausto foi aumentando conforme eu fui entendendo a história que aconteceu. Doía saber tudo o que o meu avô passou”. Conversei com Gabriel no dia 09 de março de 2021. Seus avôs paternos, José e Laura, nasceram na Polônia, em Łódź e ambos foram sobreviventes do Holocausto. Vieram para o Brasil no ano de 1953.

“Quando eu vi as cabanas dos *partisans*<sup>4</sup> me deu um bloqueio e despenquei de soluçar. É uma coisa que você carrega muito forte e muito intensa”. Conversei com Bernardo no dia 10 de março de 2021. Seu avô materno, Saul, era de Volhynia - Polônia - onde hoje é território da Ucrânia e veio para o Brasil junto com o irmão mais velho, Uri, logo após o fim da Segunda Guerra.

“O meu avô mostrava sempre a tatuagem no braço e a gente sentia: Aprendi com ele a ser forte, ter perseverança e não desistir”. Conversei com Fernando no dia 15 de março de 2021. Seus avôs paternos, Daniel e Abigail, ambos sobreviventes do Holocausto, eram da cidade de Łódź – Polônia. Chegaram ao Brasil no ano de 1950.

“Cada um tem a sua história de campo de concentração: Eu aprendi com a minha avó a ser exemplo, força e resistência”. Conversei com Elaine no dia 23 de

---

<sup>4</sup> *Partisans* eram judeus que fugiam dos guetos e campos e formavam seus próprios grupos de combate formados muitas vezes por civis, desprovidos de treinamento militar; pessoas que se armavam e organizavam-se em pequenas células paramilitares, em torno de um comandante, no objetivo de lutar, principalmente, nos interiores de florestas pertencentes à Europa oriental. Concentravam-se em áreas densamente florestadas e viviam sob constantes ameaças de serem delatados por informantes locais. Havia um grande grupo deles dentro do território soviético ocupado pela Alemanha, que se escondia em uma floresta perto de Vilna, capital da Lituânia. Seus membros conseguiram descarrilhar centenas de trens e matar mais de 3.000 soldados alemães. A vida dos guerrilheiros nas florestas era muito difícil, feita de contínuos deslocamentos, exposta ao rigoroso inverno vivido em abrigos rústicos feitos de troncos e galhos. Em algumas áreas, os *partisans* recebiam ajuda de moradores locais. Contudo, em geral não podiam contar com essa possibilidade tanto pelo antissemitismo disseminado entre a população, quanto pelo medo de expor as pessoas ao perigo da ajuda (<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/jewish-partisans>).

março de 2021. Seus avós paternos, Raquel e Israel, foram sobreviventes do Holocausto. Ambos eram da cidade de Łódź - Polônia - e chegaram ao Brasil no ano de 1950.

“Saber que sou neta de sobrevivente é uma coisa bem profunda. Pulsa mais, impacta na minha postura como pessoa”. Conversei com Olívia no dia 25 de março de 2021. Seu avô materno, Abel, nasceu na Polônia, na cidade de Ostrówia. Foi sobrevivente do Holocausto e veio para o Brasil no ano de 1947.

“Pensar sobre a história do meu avô me modificou: se reestruturar para seguir em frente, independente do que aconteça com a nossa vida”. Conversei com Iolanda no dia 08 de junho de 2021. Seu avô paterno, Davi, era da cidade de Łódź – Polônia e veio para o Brasil cerca de dois anos após o fim da Segunda Guerra.

As análises das sete narrativas ouvidas me impulsionaram a dividi-las em três principais eixos temáticos: percepções singulares das histórias na guerra narradas pelos avós; resistência no cotidiano da educação; silêncios e palavras que potencializam ética e resposta em ser terceira geração de sobrevivente do Holocausto. Dessa forma, a dissertação encontra-se organizada em seis capítulos textuais e o último, capítulo sete, contém as referências bibliográficas. O capítulo 1 é este, introdutório. Me situa autor da presente pesquisa e versa sobre o meu encontro com o tema, o campo, os objetivos e referenciais teórico-metodológicos.

O capítulo 2, intitulado “É Possível Entender? História, teoria e metodologia sobre o Holocausto”, pensa o tema do Holocausto em oito subdivisões temáticas: relevância histórica, cultural e social do tema; migração dos Judeus para o Brasil e para o Rio de Janeiro; migração para o Brasil dos judeus apátridas, refugiados e sobreviventes: 1933-1950; antissemitismo, modernidade, declínio do liberalismo; negar o negacionismo; referências teórico-metodológicas desta pesquisa; revisão bibliográfica do tema; aspecto metodológico da micro-história.

O capítulo 3, “Mais um dia começa: percepções singulares das histórias na guerra narradas pelos avós”, debruça-se sobre análises de singularidades presentes nas percepções das netas e netos com os quais conversei sobre as histórias na guerra que ouviram narradas por seus avós sobreviventes do Holocausto. Salta o movimento de escavação da memória feito pelas netas e netos sobre as memórias de seus avós, lugares singulares e autorais vividos na guerra. Bernardo e Saul,

Elaine e Raquel, Fernando e Daniel, Gabriel e José, Iolanda e Davi, Mariana e Abel, Olívia e Abel, emergem como pessoas de potentes relações entre si e com o mundo. As narrativas, despertadas por perguntas, trazem respostas, mas também novas perguntas e muitos caminhos de ideias e pensamentos.

O capítulo 4, “Não apagar para que nunca mais se repita: a resistência no cotidiano da educação”, analisa o tema do Holocausto a partir das narrativas das netas e netos sobre situações do cotidiano de suas escolas e idas a museus, e exposições. Educação contra a barbárie deve atuar na relação entre saber e experiência, com olhar bem atento à formação humana de modo a construir respostas responsáveis. Educação não é verdade pronta, absoluta. É ato ético, responsivo, dilatador de muitas possibilidades.

O capítulo 5, “Ser a terceira geração: silêncios e palavras que potencializam ética e resposta”, problematiza o lugar de ser neta e neto de sobrevivente do Holocausto mediante abertura à compreensão ativa de múltiplos enunciados que se multiplicam numerosos em profundidade e responsabilidade. As narrativas falam de silêncios e palavras, ambos vividos no ambiente familiar com seus avós sobreviventes. Ambos, silêncios e palavras, emergiram das memórias no tempo presente, ressignificando o passado, a experiência e o olhar direcionado a si e aos muitos outros em processos mútuos de relação.

O capítulo 6 traz a conclusão. Não tem intenção de ser fechamento de ideias e sim palavras finais que compartilham tudo aquilo que analisei e refleti a partir das narrativas das pessoas entrevistadas e das leituras e estudos que fiz acerca do tema. Reúne pensamentos que inauguraram em mim processo de mudança em minha trajetória pessoal e docente. Se encontram neste capítulo os principais achados desta pesquisa, assim como questões que apareceram no decorrer de sua feitura postas como sugestões para novas pesquisas com a temática: Educação e Holocausto.



## 2

## É Possível Entender? História, teoria e metodologia sobre o Holocausto

Tudo agora tornou-se caos: estou só no centro de um nada turvo e cinzento. E, de repente, sei o que isso significa, e sei também que sempre soube disso: estou de novo no Lager, e nada era verdadeiro fora do Lager. De resto, eram férias breves, o engano dos sentidos, um sonho: a família, a natureza em flor, a casa. Agora esse sonho interno, o sonho de paz, terminou, e no sonho externo, que prossegue gélido, ouço ressoar uma voz, bastante conhecida; uma única palavra, não imperiosa, aliás breve e obediente. É o comando do amanhecer em Auschwitz, uma palavra estrangeira, temida e esperada: levantem, “Wstavach.” (LEVI, P., 2010, p. 213).

As comunidades judaicas europeias, durante o período de 1933 a 1945 - horizonte de tempo que compreende a ascensão do governo nazista de Hitler, na Alemanha, e os seis anos de duração da Segunda Guerra Mundial - foram severamente perseguidas, deportadas, escravizadas e exterminadas na Alemanha e, posteriormente, no restante da Europa ocupada ou aliada do nazismo. De uma população de aproximadamente nove milhões de judeus que viviam na Europa, seis milhões foram assassinados<sup>5</sup>.

Infelizmente, depois de transcorridos setenta e seis anos do final da Segunda Guerra, não foi a extinção de eventos genocidas que se presenciou. Ao longo da segunda metade do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, pós Holocausto ou Shoah<sup>6</sup>, pode-se enumerar como exemplo Ruanda (1994), Bósnia (1995), Kosovo (1998), Macedônia (2001), Sudão (2003), além das terríveis perseguições efetuadas pelo “Estado Islâmico” a diversos grupamentos humanos, em diversos países do Oriente Médio e da África, mais recentemente.

---

<sup>5</sup>Dados retirados do *United States Holocaust Memorial Museum*. De acordo com o site, desde o ano de 1940, para estimar a extensão das perdas de vidas, pesquisadores, órgãos governamentais e instituições judaicas têm se valido de uma variedade de dados que incluem relatórios censitários, arquivos capturados dos alemães e outros países do Eixo, além de diversas pesquisas realizadas após a Segunda Guerra Mundial.  
(<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>).

<sup>6</sup> Palavra usada como alternativa a Holocausto é *Shoah*: termo hebraico que significa catástrofe, calamidade. O termo Holocausto significa sacrifício, expiação pelo fogo, situação em que a vítima era inteiramente queimada. *Khurbn*, em Yiddish, significa destruição. Neste projeto, a escolha pela utilização da palavra Holocausto justifica-se por sua recorrência nas referências bibliográficas (<https://diversitas.fflch.usp.br/holocausto-e-anti-semitismo>).

No entanto, é importante lembrar, que antes do Holocausto – com assassinatos de ciganos, negros, homossexuais, judeus e deficientes que não se enquadravam no ideal de raça ariana pregado por Hitler – há diversos episódios na história que já mostravam o quão desumano poderia ser o ser humano. Escravização, aculturação forçada e extermínio de povos indígenas das três Américas; sequestro, desterro, transporte em navios tumbeiros, escravização e morte dos negros, oriundos de diferentes locais e tribos da África que chegaram aos territórios do continente americano; genocídio armênio levado a cabo pelo Império Otomano nas primeiras décadas do sec. XX são alguns exemplos da barbárie que marca a história, ocorridas em períodos anteriores ao Holocausto.

Para Benjamin (1987) quem pretende se aproximar do passado soterrado deve voltar recorrentemente aos fatos, espalhando-os como se espalha a terra, garimpando, agindo como um homem que escava (p. 239), “(...) Pois ‘fatos’ nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação.” (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Diante de acontecimentos cruéis e deploráveis, o entendimento de que preconceitos, atos discriminatórios, racismo, perseguições, assassinatos e extermínios perpetrados contra grupos ou populações específicas são problemas de toda a humanidade, e não exclusivamente de quem os sofre, pode abrir caminhos de sensibilização.

O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura. (BAUMAN, 1998, p. 12).

Para Bauman (1998), o Holocausto foi um produto monstruoso da sociedade moderna e não apenas um ponto terrível fora da curva civilizatória. Esse crime não pode ser explicado apenas pela sua germanidade. Pensar por esse caminho, implica colocar em dúvida e em dívida a sociedade e seu funcionamento, o modo de vida vigente e as instituições. Isto é necessário para resistir e impedir futuros produtos - que, infelizmente, já aconteceram - mas que, para o autor, não estão nem perto de penetrar na consciência contemporânea com vistas a afetar quaisquer mudanças de práticas.

Observa-se no Brasil e no mundo a escalada de atos racistas; governos com discursos extremistas; desrespeito às escolhas sexuais, religiosas e políticas; feminicídios; negação e distorção das descobertas e avanços científicos; bem como um descaso pela vida, sugerido pelas posturas e palavras de governantes, divulgadas pelos mais variados veículos de comunicação, frente à pandemia causada pela COVID-19.

Esses são apenas alguns contextos que podem indicar a importância – na contemporaneidade – de continuar pesquisando o tema da memória do Holocausto. Embora não tenha sido o povo judeu o único a ser submetido às práticas extremas dos nazistas, “(...) só os judeus foram marcados para o extermínio, a destruição total, e não tinham lugar reservado na Nova Ordem que Hitler pretendia instaurar.”. (BAUMAN, 1998, p.12). Por esta razão, o Holocausto configurou-se em uma catástrofe judaica, resultado de uma política racista de estado, que culminou com uma tragédia étnica e humana.

A memória do Holocausto importa em si e para além, pois não só permanece como fonte para resistência a atos extremos, como também oferece uma gama relevante de elementos para pensar discriminação religiosa, social, de gênero, política, artística, bem como evidências essenciais para se evitar qualquer tipo de racismo.

Continuar humano é impedir que se apague o que há do outro em mim. Recusar acreditar no que se vê é resistir à perda do respeito e do reconhecimento de si no outro, resistir à destruição de uma cultura, uma língua, uma história, um modo de vida e seus valores. (KRAMER, 2014, p.9).

Ao deixar a memória do Holocausto viva, é possível caminhar para uma educação que seja capaz de evitar novamente Auschwitz. Como avisa Adorno (1995), educação dirigida a uma “autorreflexão crítica”, voltada para um “esclarecimento geral”, a fim de produzir um ambiente intelectual, cultural e social que possa impedir a repetição do abominável; enfim, educação que possibilite que as razões que conduziram ao horror de Auschwitz tornem-se conscientes e evidentes no intuito de que nunca mais se repita.

## 2.1

### Relevância histórica, cultural e social do tema

O povo judeu, por diversas razões, sempre migrou. Espalhou-se pela Península Ibérica e norte da África constituindo-se nos *sefaradim*; pelo mundo árabe constituindo-se nos *mizahim*; e pelo leste e centro da Europa constituindo-se nos *ashkenazim*<sup>7</sup>. Por onde se estabeleciam, se encontravam e dialogavam com outras culturas, influenciando-as e sendo influenciados por elas (GRINBERG; LIMONCIC, 2010). A opção nesta pesquisa de dar foco aos judeus que habitavam o centro e o leste da Europa, portanto os judeus *ashkenazim*, se dá pela sua expressiva emigração para a cidade do Rio de Janeiro.

Os judeus *ashkenazim*, falantes de Yiddish<sup>8</sup>, no século XIX habitavam, principalmente, as regiões da Prússia - Prússia esta que lideraria o processo de unificação alemã - o Império Austro-Húngaro e o Império Russo. Segundo Grinberg e Limoncic (2010), os *ashkenazim* viviam de diferentes maneiras nessas regiões. Na região central da Europa - na Prússia e em grandes cidades do Império Austro-Húngaro, constituídos de forte cultura germânica - os judeus passaram a gozar de igualdade jurídica e política, assim como a figurar nas carreiras de Estado e universidades. Muitos judeus ascenderam à classe média dessas sociedades, aderindo à cultura alemã.

Os judeus *ashkenazim* que habitavam as regiões da atual Polônia e Romênia – localizadas geograficamente no Império Austro-Húngaro – viviam em pequenas vilas, lugarejos – a que em Yiddish se dá o nome de *shtetl* – ou em cidades muito pequenas e muito pobres.

O Império Austro-Húngaro foi, aliás, o coração da *Mitteleuropa*, a Europa Central de cultura alemã, região em que a emancipação dos judeus levou ao fenômeno cultural, político e social do encontro entre o messianismo judaico e o romantismo alemão, produzindo nomes como Martin Buber, Franz Kafka, Walter Benjamin, Ernst Bloch, Gyorgy Lukács, Erich Fromm e Sigmund Freud. No

<sup>7</sup>Asquenazes ou *asquenazim* (do hebraico אַשְׁכְּנָזִי *ashkenazi*; plural אַשְׁכְּנָזִים *ashkenazim*) são os judeus provenientes da Europa Central e Europa Oriental. O termo provém do termo do hebraico medieval para a Alemanha, chamada *Ashkenaz* (אַשְׁכְּנָז). A terminação *im* encontrada também para os judeus *sefaradim* e *mizahim* vem do hebraico. Na língua portuguesa são chamados asquenazitas, sefaraditas e judeus orientais para os *mizahim*.

<sup>8</sup> “(...) Língua falada pelos chamados judeus *ashkenazim* da Europa central e oriental. Originou-se do alemão medieval ao qual se integraram termos do eslavo e do hebraico. Grafado com caracteres desta última. O ídiche é considerado por muitos como mais do que um meio de comunicação, referindo-se a uma totalidade cultural, ocupando ao lado da música, literatura e teatro um lugar central na definição de uma judeidade particular (*Yiddishkeit*).” (BITTER, 2015, p.124).

entanto, em regiões do Império como a Galícia (atual Polônia) e Bukovina (atual Romênia), coalhadas por pequenos e paupérrimos *shtetlach*, os judeus permaneceram falando o iídiche e rudimentos de polonês, ucraniano e romeno. (GRINBERG; LIMONCIC, 2010, p.33).

A Rússia, após o Congresso de Viena em 1815<sup>9</sup>, tomou o poder do que se chamou Grande Reino da Polônia. Do lado da fronteira do Império Russo - em regiões onde atualmente se localizam Polônia, Lituânia e República Moldávia -, os judeus foram incorporados ao Estado teocrático Russo, que lhes impunha perda de autonomia religiosa, submetidos a leis cerceadoras e punitivas e obrigados a viver em áreas restritas. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, com a modernização do Império Russo realizada pelo Czar Alexandre II, essas restrições abrandaram, o que possibilitou a ida de muitos judeus para lugares como Moscou, São Petersburgo, Varsóvia, Odessa, Kiev, Kishnev e Minsk (GRINBERG; LIMONCIC, 2010).

A ascensão dos nacionalismos nas regiões da Europa central e leste, vivida a partir de 1880, dificultou a vida dos judeus ashkenazim, que passaram a ser considerados estrangeiros - outros -, aqueles que não integravam o contexto nacional, que possuíam outra língua, outra cultura, outra religião e, portanto, que representavam a antítese da ideia de nacionalismo.

A base dos “nacionalismos” de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com “sua” nação e podiam ser mobilizadas (...) presteza que podia ser explorada politicamente. A democratização da política e especialmente das eleições oferecia amplas oportunidades para mobilizar as pessoas. Quando os Estados faziam isso, chamavam-no de “patriotismo”. Originalmente, a essência do nacionalismo de direita, que emergia em Estados-nação já estabelecidos, era a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita política, e por meio dela a estigmatização de todos os demais como traidores. (HOBSBAWM, 1998, p. 204).

Com quadros sociais e políticos desfavoráveis, a opção da migração atlântica no final do século XIX e início do século XX surgiu como alternativa por melhores condições de vida, como fuga às perseguições sofridas e possibilidade

---

<sup>9</sup>O Congresso de Viena foi uma conferência realizada entre embaixadores de grandes potências europeias, ocorrida na capital da Áustria, entre setembro de 1814 e junho de 1815, cuja intenção era a de reorganizar e resgatar limites territoriais das fronteiras europeias anteriores às guerras Napoleônicas e restaurar a ordem absolutista do Antigo Regime, redesenhando o mapa político do continente europeu. Este congresso pretendia também restaurar os tronos das famílias reais derrotadas pelas tropas de Napoleão, como a restauração dos Bourbons ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso\\_de\\_Viena](https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_de_Viena)).

de proteção contra movimentos antissemitas. Entretanto, esse cenário ainda estava relativamente longe do horror que aconteceria a partir de 1933.

## 2.2

### A migração dos Judeus para o Brasil e Rio de Janeiro

O processo migratório configura-se, para Tedesco (2011), como fenômeno social construído a partir de interações entre grupos, forças sociais, produção de fenômenos sociais, processos que conectam aspectos estruturais e ações individuais, em diferentes níveis que vão desde o micro até o macro. Sobre o processo de migração atlântica é possível pensar que:

As ligações entre liberalismo e migração também eram multifacetadas. Ainda que tarifas protecionistas fossem mantidas e por vezes até elevadas em vários países durante o século XIX, restrições mercantilistas de forma geral tenderam a diminuir (...) A impressionante expansão do comércio transatlântico depois dos anos 1860 não teria sido possível sem um comprometimento político significativo com o livre comércio. Nem tão pouco teria havido o maciço êxodo humano sem um comprometimento político similar com a liberdade de movimento. Nas costas ocidentais do Atlântico, o liberalismo forneceu o estímulo ideológico para os movimentos de independência que dera fim às restrições de entrada instauradas por guardiões coloniais. Do outro lado, o liberalismo suspendeu as restrições de saída nos países europeus, um a um [...]. (MOYA, 2009, p. 225).

Em 1900 o Censo indicou o número de 1021 judeus europeus no Brasil (ZAMBERLAM, 2004). De acordo com o autor, havia, desde o período colonial, judeus residindo em terras brasileiras como arrendatários – cristãos novos – em Fernando de Noronha, integrando os ciclos da cana de açúcar e ocupando o Nordeste, juntamente com holandeses, ao fugirem da Inquisição 1700-1770 e a partir de 1885 já existiam, em São Paulo, núcleos judaicos (ZAMBERLAM, 2004).

Falbel (2008), ressalta a inexistência contextualizada de uma periodização da migração judaica para o Brasil. O autor propõe uma cronologia histórica levando em consideração acontecimentos mais decisivos na vida e história dos judeus no Brasil. O aspecto relevante é fundamentar a análise dos judeus no Brasil a partir de uma perspectiva ampla que inclua aspectos econômicos, políticos, culturais, institucionais, jurídicos, sociais, entre outros. Essa cronologia proposta é dividida em três principais períodos que possuem, cada um, de três a seis

subdivisões: I – Período Colonial – 1500-1808 (...) II – Período Imperial – 1808-1889 (...) III – Período Republicano – 1889 até os nossos dias (FALBEL, 2008)<sup>10</sup>.

Para Santos e Bezzi (2009), o processo migratório judeu para o Brasil alavancou em números a partir da terceira década do século XX. Em 1920, o Brasil somava cerca de 15 mil judeus. Segundo Grin (1993), a chegada de judeus do Leste Europeu ao Brasil configurou, em muitos casos, como um destino não antecipado. Entretanto, já se tinha notícias no próprio Leste Europeu do Brasil como país de grande potencial econômico e de pequenos conflitos religiosos.

A “febre” da emigração (metáfora que surgiu no século XIX por toda Europa, da Rússia à Escócia) espalhou-se principalmente por redes sociais transnacionais primárias, mas não teria alcançado uma difusão tão rápida e tão intensa sem as transformações tecnológicas e organizacionais dos meios de comunicação. O aparecimento do telégrafo (1844), da fotografia (década de 1840), do papel feito à máquina a partir de fibras de madeira (anos 1850), dos sistemas modernos de correio e de serviço postal (também nos anos 1850), das máquinas de escrever (década de 1860), da União Postal Universal, que unificou os regulamentos internacionais de postagem (1875), do telefone (1876), da fotogravura (anos 1880), do linotipo (1886) (...) e do rádio (1895) deu origem a uma verdadeira revolução na comunicação de massa, a qual possibilitou apenas então, e não anteriormente, o movimento maciço de pessoas [...]. (MOYA, 2009, p. 223).

A migração, especialmente dos judeus russos e poloneses, para o continente americano se deu em razão de fatores políticos, legislativos restritivos, religiosos e desigualdades econômicas e educacionais. “Pobreza, antissemitismo e modernização foram fatores que impulsionaram fortemente a saída de significativo contingente de judeus do Leste Europeu desde o final do século XIX.”. (GRIN, 1993, p. 3).

Diferentemente dos judeus da Europa Ocidental, que já experimentavam os benefícios modernos da cidadania e da mobilidade social em um mundo liberal, os judeus do Leste Europeu viviam ainda sob forte tutela da estrutura comunitária (*kehilla*), (...) apartados de contatos mais estreitos com a ordem majoritária, em uma base existencial informada por normas tradicionais que regulavam a dinâmica comunitária do grupo. Os constrangimentos impostos pela dinâmica autorreferida significavam, igualmente, segurança e sustentação mútua contra as incertezas e hostilidades do “mundo de fora”. Com efeito, o referencial comunitário garantia, mesmo que precariamente, alguma segurança para os judeus, em um mundo radicalmente adverso. (GRIN, 1993, p.3).

<sup>10</sup> Para maiores aprofundamentos sobre a periodização da migração judaica para o Brasil aqui citada, consultar Falbel (2008).

Com relação aos aspectos étnicos e culturais, Barth (2005) colabora com a reflexão acerca da identidade étnica de uma determinada coletividade, que assim se define e/ou é definida por outros grupos em arenas nas quais coabitam diferentes identidades, sejam elas étnicas, sociais ou culturais. Em sua dimensão política, pode expressar a mobilização de interesses por meio da participação política em arenas públicas, sobretudo em circunstâncias nas quais os direitos dos grupos étnicos, ou mesmo sua sobrevivência, estão ameaçados. O autor traz a assertiva de que grupos étnicos não se formam em bases de cultura comum, mas diferentes. Afirma a etnicidade como marcador de diferenças culturais.

O contraste entre “nós” e os “outros” está inscrito na organização da etnicidade: uma alteridade dos demais que está explicitamente relacionada à asserção de diferenças culturais. Assim, começemos por repensar a cultura, a base a partir da qual emergem os grupos étnicos. (BARTH, 2005, p. 16).

Com relação aos judeus, Grin (1993) critica a visão generalizada de que se trata de um povo com vocação histórica para a vida comunitária – uma característica imutável – e, portanto, pouco influenciável por culturas exógenas.

Tal crença encontra pouca correspondência no mundo empírico, a percepção corrente de que os mesmos princípios étnicos e comunitários são visíveis em toda e qualquer comunidade judaica na diáspora merece análise cuidadosa, no sentido de redimensionar caracterização tão naturalista. (GRIN, 1993, p. 1).

Grin (1993) aponta que a etnicidade judaica pode emergir de uma dinâmica relacional peculiar com outras culturas, o que significa que as variadas maneiras pelas quais essa etnicidade se apresenta, são também indícios que respondem a motivações de circunstâncias particulares e recíprocas. O entrelaçamento experimentado a partir da troca entre traços da cultura tradicional judaica e elementos culturais próprios dos locais de destinos migratórios favorece a flexibilização das fronteiras étnicas dos judeus.

O Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX procurava modernizar-se. Uma cidade recém-libertada das chagas da escravidão deveria se parecer com algo minimamente sofisticado, e se afastar do atraso e das mazelas dos tempos anteriores à República. O novo regime simbolizava o novo e, portanto, nova a capital do país precisava ficar. As reformas urbanísticas do centro da cidade, iniciadas entre 1902 e 1906, com o então prefeito Pereira Passos, deram



ares parisienses ao Rio de Janeiro; na verdade pequeninos sopros: “(...) A capital renovada não tinha como mascarar o fato de que o Brasil da Primeira República não era um grande Império, como o francês, mas continuava a ser uma economia de base agroexportadora.”. (LIMONCIC, 2020, p. 52). Dentro desse contexto, aliado ao movimento transatlântico das migrações, o Rio de Janeiro tornou-se destino para muitos imigrantes, dentre eles os judeus.

(...) ao mesmo tempo em que abriram aos judeus as portas da incorporação, a modernidade construiu também novas formas de rejeição. Foi, portanto, desse conjunto de constrangimentos que os judeus ashkenazim emigraram de seus lares rumo às Américas e alguns milhares aportaram no Rio de Janeiro. Dos que permaneceram na Europa, boa parte acabou perecendo no genocídio nazista. (GRINBERG; LIMONCIC, 2010, p. 36).

Na cidade do Rio de Janeiro, os judeus começaram a chegar de maneira mais expressiva no final do século XIX e início do XX, porém até 1939 este fluxo se manteve. O grupo mais numeroso a chegar à cidade foi o dos *ashkenazim* que, nesse momento histórico, vieram em face de contínuas rejeições, constrangimentos e buscas por uma vida melhor. De acordo com Limoncic (2020), entre os anos de 1884 e 1939, desembarcaram em solo brasileiro pouco mais de 4 milhões de imigrantes. Entre 1872 e 1939, cerca de 65 mil do total de imigrantes eram judeus, em sua maioria, *ashkenazim*.

A cidade do Rio de Janeiro recebeu, no decorrer da primeira metade do século XX, expressivo número de judeus que vinham de variados lugares da Europa central, oriental e Península Ibérica. “(...) Muitos deles se fixaram na região da Leopoldina e em bairros como Méier, Madureira e Nilópolis entre 1920 e 1950 (...). Os judeus alemães tenderam a se fixar em bairros da Zona Sul, Copacabana e Ipanema.”. (BITTER, 2015, p.132-133). Nas cercanias da antiga Praça Onze, judeus ashkenazim instalaram-se em um conjunto de ruas e vilas de casas, construindo sinagogas, clubes, bibliotecas, jornais, agremiações, organizações políticas, lojas de produtos judaicos, que lhes assegurou condições de desenvolverem intensa atividade cultural, social, econômica, religiosa e política (BITTER, 2015).

Entre 1921 e 1924 chegaram ao Brasil cerca de 7.500 judeus e entre 1926 e 1930 esse número subiu para 22.500 (LIMONCIC, 2020, p. 51). O Rio de Janeiro se constituiu como um dos lugares na América onde muitos judeus

puderam descer dos navios encontrando mínimas condições para se estabelecerem, especialmente, na Praça Onze e nos subúrbios, morando, trabalhando em sua grande maioria como prestamistas - *klienteltshik*<sup>11</sup> - construindo suas sinagogas, influenciando e sendo influenciados socialmente e culturalmente.

### 2.3

#### **A Migração para o Brasil dos Judeus Apátridas, Refugiados e Sobreviventes: 1933-1950**

O cenário dos anos 1920 ainda estava relativamente longe do horror que aconteceria, a partir de 1933, com a ascensão de Hitler e o consequente surgimento da Alemanha nazista. Os judeus do centro, do leste e de quase toda Europa dominada pelo nazismo, se tornariam apátridas, refugiados, sobreviventes.

Acnur (2020) traz a diferença conceitual entre migrante e refugiado. Migrante é a pessoa que geralmente deixa o seu país em busca de melhores condições de vida, entretanto gozando da proteção de seu estado nacional. Um refugiado - alguém que foi obrigado a deixar seu país em função de situações de guerra, conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos - ao contrário, não possui essa proteção nacional de seu país e o fator que mais importa a ele no país de destino migratório é a sua segurança e garantia dos princípios básicos de sobrevivência humana. Refugiadas são pessoas que se encontram fora de seu país por motivos de temor a perseguições de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais<sup>12</sup>.

Para Zamberlam (2004), refugiados podem ser considerados migrantes sociais uma vez que a migração social traz pressupostos de exclusão de pessoas dentro de sua classe, categoria, e a partir da vivência de perdas de direitos básicos, impossibilidade de ascensão social e dificuldade de inserção aos valores culturais, políticos, sociais e religiosos.

Em 1939, iniciou-se na Europa a Segunda Guerra Mundial trazendo consigo o Holocausto e toda a degradação humana. Ao seu término, em 1945, os

<sup>11</sup> *Klienteltshik* foi palavra criada no Brasil que se referia aos judeus prestamistas que percorriam, na primeira metade do século XX, as ruas das grandes cidades brasileiras, batendo de porta em porta, vendendo mercadorias à prestação. O percurso foi árduo, mas muitos dos antigos *klienteltshiks* se tornaram depois homens de negócios. Esses prestamistas também foram figuras populares nos EUA e na Argentina (<http://museujudaicorj.blogspot.com/2010/10/klienteltshik.html>. Acesso em 22/11/2020).

<sup>12</sup> <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Convenção de Genebra de 1951.

judeus sobreviventes iniciaram novos processos migratórios para diferentes lugares do mundo. O nazismo alemão e a Segunda Guerra Mundial geraram números exponenciais de migrantes refugiados e sobreviventes judeus, que passaram a viver em diversos lugares do mundo, dentre eles no Brasil.

No ano de 1933 imigraram cerca de 20.000 para o Brasil, 94.000 para os Estados Unidos, 21.000 para a Argentina, 8.000 para a República Sul-Africana e México, Canadá e Suíça receberam 6.000 judeus. Inclusive a China recebeu 15.000 judeus russos refugiados. Muitos também foram para a Inglaterra e para Israel (na época chamada de Palestina, sob domínio inglês). Na década de 40 já havia 75 mil judeus imigrantes no Brasil, em consequência da vinda de europeus em busca de refúgio durante a guerra e após seu fim em 1945. (MÜHLEN, 2012, p. 40-41).

As décadas de 1930 e 1940 ficaram marcadas pelas políticas e ideologias antidemocráticas e pela exasperação de um nacionalismo xenófobo e racista. Nesse momento, políticas restritivas, incluindo o Brasil varguista, fecharam muitas portas na América aos judeus, considerados raça indesejada. Entretanto, apesar desse contexto, calcula-se que 100 mil judeus após 1938 tenham se refugiado na América Latina, sendo a maior parte judeus alemães e poloneses.

Carneiro (2018) analisa a condição diaspórica dos judeus poloneses que chegaram ao Brasil, entre os anos de 1939 - pós-ocupação da Polônia pela Alemanha nazista no início da Segunda Guerra Mundial - e 1950 - primeiros anos do período pós-guerra. A autora pensa a existência de uma migração forçada desses judeus poloneses inserida em um contexto maior do movimento diaspórico, imposto pelas políticas genocidas da Alemanha nazista e seus respectivos colaboradores. Traça o perfil de pessoas que chegavam aqui apátridas, muitas com marcas de uma quase morte registradas em corpos e mentes.

Ainda que a partir de fluxos desiguais, houve entre os migrantes um caráter de integração econômica e social; houve apoio espiritual e social das Igrejas para migrantes aglutinando em torno de seus assentamentos, bem como de ideias e práticas comuns; acolhimento de parentes e amigos que já residiam no Brasil abrindo portas no que diz respeito ao favorecimento para o trabalho, sustento básico, moradia e relações sociais e afetivas. O surgimento de associações de imigrantes - hospitais, clubes, escolas, bibliotecas - que buscava reunir os migrantes e oferecer apoios específicos a partir do fortalecimento de

laços culturais, no intuito de facilitar o processo de adaptação dos migrantes à nova terra, foi outro elemento importante dos contextos migratórios.

Carneiro (2018), em sua análise sobre o processo de vinda para o Brasil de judeus poloneses, afirma que o trauma e a dor desses refugiados e sobreviventes, suplantava qualquer sentido de pertencimento ao país de origem. Durante anos se negaram a buscar suas raízes vivendo um verdadeiro exílio interior. “Para os judeus sobreviventes do Holocausto estes fatos são lembrados como ocorrências traumáticas, enquanto memória coletiva e individual gerando, assim, uma herança histórica-cultural.”. (CARNEIRO, 2018, p.10).

No caso dos judeus sobreviventes que migraram depois da Segunda Guerra, a opção de vinda para o Brasil se dava porque em muitos casos já se tinha conhecimento da existência de uma comunidade judaica aqui, constituída a partir de processos migratórios datados do início do século XX ou ainda a partir da informação de familiares residentes no país. “(...) O fato de existir um elo familiar em algum lugar era o suficiente para definir a escolha de uma futura pátria, pois a maioria sentia-se perdida, sem referências.”. (CARNEIRO, 2018, p.9).

Além da migração trazer uma ruptura na vida das pessoas, também traz em si um difícil período de adaptação à nova sociedade de destino e, ao mesmo tempo, um alargamento das fronteiras étnicas e culturais. Apesar das leis restritivas de Vargas<sup>13</sup>, para os judeus que conseguiram entrar e aqui permanecer, o Brasil foi um dos lugares que ofereceu relativa segurança e oportunidades.

Aqui, muitos prosperaram, puderam professar e compartilhar sua fé e cultura. Constituíram família. De uma forma ou de outra, ainda que tivessem que conviver com as lembranças do terror das perseguições e atrocidades sofridas, o Brasil foi um dos lugares em que puderam tentar amenizar seus traumas e reconstruir suas vidas.

---

<sup>13</sup> “Entre 1930 e 1945, o governo de Getúlio Vargas colocou em prática uma política imigratória restritiva e racista. Vetou, com base em argumentos racistas, a concessão de vistos aos judeus, ciganos, negros e japoneses. O discurso racista reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam essas minorias em seres indesejáveis, “indigestos”. Em particular, não interessava ao Brasil receber os judeus que fugiam do nazifascismo porque – segundo as autoridades brasileiras – eles colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade. Essa posição, radical em sua essência, vinha atrelada a uma prática orientada para o futuro da nação, que deveria incentivar apenas a entrada de “bons” imigrantes, tendo como critérios elementos étnicos e ideológicos. Assim, as correntes imigratórias não poderiam estar comprometidas com a ideia de corrosão social e com as doutrinas exóticas, traços pertinentes à imagem estereotipada dos judeus, avaliados como inassimiláveis, comunistas, parasitas e avessos ao trabalho agrícola [...]”. (<https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/>).

## 2.4

### Antissemitismo, Modernidade, Declínio do Liberalismo

Escapa aos objetivos desta pesquisa, aprofundar o tema do antissemitismo. Contudo, torna-se relevante trazer alguns aspectos conceituais relevantes na abordagem da dissertação. Sua definição se refere à concepção do judeu como um grupo estranho, hostil e indesejável. A isso, aliam-se as práticas discriminatórias, racistas e violentas perpetradas contra eles. Para Bauman (1998), a questão fundamental do antissemitismo é o fato da discriminação entre os grupos ocorrer em uma seara territorial desvantajosa, uma vez que não se deseja um grupo de pessoas que não é originária àquele determinado local. Há, portanto, um ressentimento de uma maioria local para com uma minoria, os judeus. A antítese: nós e eles.

Até 1948, ano da criação do estado de Israel, os judeus como grupo nacional não estavam vinculados a nenhum Estado específico oficial. Sua história diaspórica lhes conferia a identidade de povo que conseguia manter sua cultura, religião e tradições mesmo estando sediado, adaptado e participando da vida nos diversos lugares em que se encontravam. Essa característica tornou-se argumento de absoluta relevância a ser utilizado pelos nazistas alemães contra os judeus, visto que a “(...) hostilidade antijudaica era de um tipo radicalmente diferente dos antagonismos comuns entre nações ou raças rivais.” (BAUMAN, 1998, p. 55).

Hitler acreditava que, não tendo Estado territorial, os judeus não podiam participar da universal luta pelo poder na sua forma ordinária de guerra para conquista de território e assim tinham que apelar a métodos indecentes, sub-reptícios e desleais que faziam deles um inimigo particularmente sinistro e formidável; um inimigo, ademais, improvável de ser jamais saciado ou pacificado e por isso fadado a ser destruído para se tornar inofensivo. (BAUMAN, 1998, p. 55).

Com a modernidade - resultado das ideias iluministas, das lutas da Revolução Francesa e das práticas do capitalismo liberal - grande parte da Europa experimentou uma mudança substancial no seu modo de vida: industrialização em massa, desenvolvimento da ciência e tecnologia, relevância e destaque das universidades, integração cultural. Foi essa modernidade que propiciou aos judeus envolvimento e assimilação, talvez nunca antes experimentados, no que tange aos países onde nasciam e/ou viviam. Segundo Bauman (1998), a modernidade

ocasionou um esfacelamento nas diferenças legais segregacionistas que havia anteriormente e trouxe o mote da igualdade e algo inteiramente novo: a cidadania. A Alemanha, Áustria-Hungria, Inglaterra e França eram, no final do século XIX e início do XX, principais países que evidenciavam essa modernidade na Europa.

Mas o advento da modernidade impunha insegurança, medo e raiva, às elites que ainda queriam conservar o modo de vida pré moderno. Os órfãos da sociedade de castas do Antigo Regime cristão dos séculos XVI, XVII e XVIII não aceitavam a igualdade, a garantia dos mesmos direitos para todos os cidadãos. No Império Russo os judeus sofreram fortes restrições relacionadas a direitos, sendo forçados a residir em Áreas de Estabelecimento até pelo menos a Revolução Russa de 1917 (LIMONCIC; GRINBERG, 2010). Entretanto, nas grandes cidades do Império Austro-Húngaro (Viena, Praga e Budapeste), Alemanha, Inglaterra e França os judeus *ashkenazim*, a partir do século XIX, gozaram de certa incorporação à sociedade e com isso galgaram condições econômicas relevantes, prestígio acadêmico e ascenderam a posições políticas de certo destaque. Essa ascensão nestes países não foi uniforme, nem tão pouco para todos os judeus, mas as possibilidades de mudança apareceram. Essas possibilidades eram garantidas, na forma da lei, pelo Estado e pelo corpo político que governava sob a égide do liberalismo.

Não à toa, se a modernidade produziu promessas emancipatórias, produziu, também, o pensamento conservador e movimentos religiosos que reafirmavam a verdade literal da Bíblia. Pois, embora o liberalismo afirmasse que todos os homens nascem livres e iguais e têm direito à busca da felicidade, como na formulação clássica da Declaração de Independência dos Estados Unidos, o acesso desigual a renda e à riqueza resultante da generalização das relações de assalariamento reproduziu, e por vezes ampliou, as diferenças de nascimento, não mais amortecidas pelos laços de reciprocidade hierárquica do Antigo Regime. (LIMONCIC, 2020, p. 48).

Em Hobsbawm (1995), esses sentimentos carregados pelos conservadores antimodernistas foram acolhidos pelo antissemitismo. Aquilo que se desfizera precisava ser reconstituído. A vida para esses grupos reacionários não poderia abarcar o pronome indefinido “todos”; ao contrário, “nós” e “eles” deveria retornar. Ou não: nesse momento, “nós” *versus* “eles” ganhava espaço. Dentro da modernidade, as fronteiras discriminatórias deveriam ser recompostas. Para usar a metáfora de Bauman (1998), em um novo jardim, as ervas daninhas precisavam

ser retiradas. Vários países, a partir do último quarto do século XIX, viram surgir movimentos específicos cujo o alvo eram os judeus (HOBSBAWM, 1995).

Os judeus estavam presentes em quase todo lugar e podiam simbolizar com facilidade tudo o que havia de mais odioso num mundo injusto, inclusive seu compromisso com as ideias do Iluminismo e da Revolução Francesa que os tinham emancipado e, ao fazê-lo, os haviam tornado mais visíveis. Eles podiam servir como símbolo do odiado capitalista/financista; do agitador revolucionário; da corrosiva influência dos “intelectuais sem raízes” e dos novos meios de comunicação; da competição(...) que lhes dava uma fatia desproporcional dos empregos em certas profissões que exigiam educação; e do estrangeiro e forasteiro como tal. Para não falar da visão aceita entre os cristãos antiquados de que eles tinham matado Jesus. (HOBSBAWM, 1995, p. 123).

Os valores liberais trouxeram a modernidade: o compromisso com governos constitucionais e seus representantes eleitos; um conjunto de leis e direitos garantidos aos cidadãos como liberdade de expressão, publicação e reunião; razão, educação e pensamento científico como fontes das melhorias das condições humanas; pujança econômica. Todos estes valores floresceram a partir do século XIX e adentraram pelo início do século XX. Tais princípios pareciam intocáveis, perenes e garantidores da eterna felicidade. Ledo engano.

Em 1914, a guerra. A primeira, mundial. Ela solapou os sonhos, as trincheiras enterraram os jovens e a Europa ficou à deriva. Que liberalismo moderno era esse que evaporava na fumaça dos escombros e na incredulidade de milhões de vidas perdidas? A modernidade chega como causa de tudo o que esse contexto acabara de gerar: armas de destruição em massa, liberdade que pregava o nacionalismo megalomaniaco, selvageria capitalista na busca insaciável pelo ganho exponencial, exploração de pessoas e sociedades, racismo. A Primeira Guerra Mundial escancarou as contradições e paradoxos fundamentais da modernidade, do liberalismo, mas não foi o último ato: foi só um ensaio geral sinistro para algo muito maior.

Diante do fracasso liberal capitalista moderno, da desesperança, fome, inflação e do caos gerado entre os anos de 1914 e 1918, as elites conservadoras pareciam gritar com cinismo irônico: “ - Não foi por falta de aviso”. As classes médias e médias baixas perderam o rumo açoitadas pelo desemprego e perdas de todos os tipos. E então? Para onde ir? Ato contínuo, salvação e salvadores costumam aparecer. Mas pregando o quê?

Na Rússia, a revolução proletária socialista derrubou uma das últimas formas antigas de governo pré moderno, implementando outro modelo diferente do liberalismo. Seria este o caminho? Em outros países da Europa, uma frágil social democracia tentava governar, mas foi nocauteada em aproximadamente onze anos com outra crise liberal capitalista: a de 1929. Esta, importada do outro lado do Atlântico, dos EUA, afundou ainda mais as economias cambaleantes europeias do pós primeira guerra mundial. Capitalismo, liberalismo estavam na lona: derrotados no oriente europeu pela revolução socialista soviética e desfigurados no centro e no ocidente do continente.

O caminho estava aberto para as forças conservadoras e ultraconservadoras chegarem ao poder. General Francisco Franco na Espanha; Salazar em Portugal; Almirante Horthy na Hungria; Marechal Mannerheim na Finlândia; Marechal Pilsudski na Polônia; Rei Alexandre na recém Iugoslávia: todos autoritários, conservadores, anticomunistas e impregnados de preconceitos tradicionais de suas classes (HOBSBAWM, 1995). Enquanto isso, em outros dois países emergia o extremo absoluto: na Itália o fascismo de Mussolini e na Alemanha, o ápice, o nazismo de Hitler.

(...) nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda. O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo “fascismo” é ao mesmo tempo insuficiente mas não inteiramente irrelevante. Insuficiente porque de modo algum todas as forças que derrubavam os regimes liberais eram fascistas. E relevante porque o fascismo primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro. (HOBSBAWM, 1995, p. 116).

Em 1933 a Alemanha tornou-se a Alemanha de Hitler e do nazismo. Com eles vieram o anticapitalismo, anticomunismo, a superioridade da “raça ariana”, o racismo, o nacionalismo extremo. Hitler e o nazismo preconizavam o anseio das classes conservadoras: manutenção de privilégios, da segregação, do retorno a um mundo que o capitalismo liberal tinha substituído. Ao mesmo tempo, o nacional-socialismo alemão seria aquele capaz de barrar a outra ameaça aos valores conservadores que vinha do leste europeu: o comunismo. A revolução proletária



soviética, embora significasse a implantação de um sistema contrário ao capitalismo liberal, era também uma ameaça de ruptura com os princípios antimodernos, o que fazia do comunismo e dos comunistas um inimigo a ser eliminado.

Porém, para Hobsbawm (1995), tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão não se referiam aos ícones históricos do conservadorismo - Igreja e rei - mas sim, em posição oposta, procuravam construir uma posição de liderança ancorada no “(...) homem que se faz a si mesmo, legitimado pelo apoio das massas, por ideologias seculares e às vezes cultas.” (HOBBSAWM, 1995, p. 121). O nazismo de Hitler, não tinha como motor os valores do antigo regime, ao contrário, seu motor foram os valores e as conquistas da modernidade.

A ironia da história permitiria descarregar as fobias antimodernistas através de canais e formas que só a modernidade podia desenvolver. Os demônios interiores da Europa seriam exorcizados com os sofisticados produtos da tecnologia, administração científica e o poder concentrado do Estado – conquistas supremas da modernidade. (BAUMAN, 1998, p. 67).

Os judeus eram identificados como demônios, usurpadores estrangeiros capitalistas se bem-sucedidos economicamente; comunistas altamente perigosos se críticos da sociedade; raça degradada que contaminava e degenerava as superiores. O nazismo amplificou sobremaneira o antissemitismo através do racismo. Bauman (1998) mostra que os discursos inconcebíveis de Hitler e de seus mais fiéis colaboradores buscavam sustentar-se nas pesquisas e pensamentos científicos como forma de convencimento de que os judeus não poderiam estar não só na Alemanha, mas também no mundo. “A modernidade tornou possível o racismo. Também criou uma demanda de racismo (...) para redimir as preocupações com o traçado e a guarda de fronteiras nas novas condições em que cruzar fronteiras era mais fácil do que jamais fora.” (BAUMAN, 1998, p. 84).

Mas o racismo moderno declarava que certos grupos de pessoas não podiam, jamais, ser inseridos a estrutura racional, não importando o que fizessem. Mesmo com todos os aparatos tecnológicos, científicos e culturais o mundo moderno nunca teria espaço para aqueles que apresentassem falhas incorrigíveis ou que não pudessem ser retiradas. Não havia conserto para essas pessoas. Tal absurdo reverberou fortemente até o final da Segunda Guerra Mundial. Hoje, dramaticamente, ainda ecoa por aí.

(...) bem antes das câmaras de gás, os nazistas tentaram, (...), exterminar seus próprios compatriotas com deficiências físicas ou mentais recorrendo ao “assassinato de misericórdia” (falsamente chamado de “eutanásia”) e criar uma raça superior através da fertilização de mulheres racialmente superiores por homens racialmente superiores (eugenia). À semelhança dessas tentativas, o assassinio de judeus foi um procedimento de administração racional da sociedade. E um esforço sistemático de colocar a seu serviço a postura, a filosofia e os preceitos da ciência aplicada. (BAUMAN, 1998, p. 95).

Os componentes do Holocausto estavam dados: uma elite conservadora preconceituosa ressentida; massas perdidas e desesperadas; valores liberais em cacos; e o poder entregue aos nazistas por conveniência, oportunismo, crença, aliado a todo o aparato da modernidade. A narrativa do inimigo comum foi construída rapidamente. Os discursos racistas se tornaram política de estado. Judeus, ciganos, negros, homossexuais e deficientes perseguidos e escravizados. Assassinados. Como foi possível? Ou para repetir Primo Levi: por quê? É possível compreender o indizível? O esforço de entender, compreender o Holocausto, o extermínio, o ato de assassinar é desafio para as ciências humanas e exige coragem intelectual.

## 2.5 Negar o negacionismo

No final dos anos 1970, o tema do Holocausto passou por intenso e cruel negacionismo, a partir de discussões iniciadas na França e nos EUA<sup>14</sup>, tendo sido sua forma acadêmica classificada como revisionismo, ação que pretendia reduzir a tragédia judaica a um simples desdobramento da guerra, ancorada em suposta falta de provas documentais históricas e incoerências dos testemunhos.

Ou seja, sendo as provas supostamente frágeis e os testemunhos incoerentes, a dúvida revisionista tenta aniquilar o genocídio planejado e conduzido com metódica perversidade a um efeito contingente de guerra. Essa diluição – seja ela velada como revisionista, seja ela brutal como negacionista – é conduzida, ora com base na idolatria de um método histórico imparcial, que buscaria o encerramento do processo do povo alemão por falta de provas. Ora a partir de um cinismo pós-moderno, que veria as celebrações do Holocausto como parte de uma manipulação sionista internacional. (LEWGOY, 2010, p. 53).

<sup>14</sup> <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-do-holocausto/>.

Negacionismo e revisionismo histórico justificam a relevância da rememoração de eventos traumáticos. Talvez por isso, a partir da década de 1980, muitas publicações e reedições de livros, lançamentos de filmes e documentários. Para Benjamin (2012), “(...) a rememoração funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração.”. (p. 228). A rememoração faz emergir aquilo que se viveu, experimentou, aprendeu e que repousava em algum canto, quase inacessível da vida. A narrativa transforma isso em experiência.

A pergunta “O que significa elaborar o passado” requer esclarecimentos. Ela foi formulada a partir de um chavão que ultimamente se tornou bastante suspeito. Nessa formulação, a elaboração do passado não significa elaborá-lo a sério, rompendo seu encanto por meio de uma consciência clara. Mas o que pretende, ao contrário, é encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória. (ADORNO, 1995, p. 29).

Em Schweidson (2009), na expectativa de criarem validades científicas, negacionistas lançaram mão do positivismo em buscas de provas cabais, testemunhos que jamais poderiam acontecer justamente porque as vítimas já não estavam mais vivas para contar a experiência do trauma que viveram. Como contar a experiência de passar por uma câmara de gás? “Assim, exigências de referências imediatas à história, através de evidências não mediatizadas pelo discurso, como preconiza o positivismo, não passam de artifícios com a finalidade de negar a história, como fazem os negacionistas.”. (SCHWEIDSON, 2009, p. 26).

Não negar é atuar contra a barbárie. Para Adorno (1995), a barbárie traz a deformidade, o impulso destrutivo e a essência mutilada. Desbarbarizar é impedir modos de ação humana devastadores em relação à própria civilização, fundamentados no discurso do ódio, violência e desejo de eliminação do outro que é diferente.

Ao contrário do que prega o negacionismo, “(...) o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.”. (Benjamin, 2011, p. 244). Lembrar para entender a relevância humana do tema, resistir, não negar, impedir e continuar no combate ao inimigo. O passado do Holocausto, quando rememorado e não negado, influência e interfere no presente. Na perspectiva benjaminiana, despertar as centelhas do

passado a partir da memória, para além do conhecimento, pode trazer tomada de consciência e mudança de discurso para ato efetivo contra a barbárie.

Para Benjamin (2012), a memória e a narrativa são capazes de romper a fragmentação passado, presente e futuro entrelaçando os tempos e conectando crianças, jovens, adultos e idosos. “(...) existe um encontro secreto marcado entre as gerações (...) uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.” (BENJAMIN, 2012, p.242). Fazer vir à tona a memória de eventos traumáticos como o Holocausto pode significar encontrar condições para a resistência; pode contribuir como caminho possível para se barrar intenções e ações que remetam a qualquer tipo de discriminação ou racismo.

## 2.6

### **Narrativa, experiência, memória: Bauman e Benjamin**

O que se pretende nesta pesquisa é encontrar a narrativa que, ao ser contada, se torna experiência. Experiência que transforma, move, carrega sentido ético, alerta e ensina; que é ponto de inflexão fundamental ou que orienta, desde cedo, o caráter contra qualquer desumanidade; experiência dos mais velhos comunicada aos mais jovens, dos avós para netas e netos. O que a terceira geração faz com a experiência do Holocausto pela qual seus avós passaram?

Sabia-se também exatamente o que era experiência: ela sempre fora comunicada pelos mais velhos aos mais jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; às vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos. – Que foi feito de tudo isso? Quem encontra pessoas que saibam narrar algo direito? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis, que possam ser transmitidas de geração em geração? (...) Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? (BENJAMIN, 2012, p. 123).

Na contemporaneidade o efêmero engolfa; absorve; drena a capacidade de sentir as dores, frustrações, alegrias; faz o tempo acelerar. E se não se sente, não há como se sensibilizar; se a ordem é acelerar, finda-se a percepção, o olhar, a escuta. Cegueira, silêncio e surdez. Tudo se empobrece. Pobreza na qual a humanidade mergulhou faz tempo, como já denunciava Benjamin. Em sua tese sete (2012) o autor alerta para o carregamento dos despojos no cortejo triunfal realizado pelos dominadores que permanecem na ação de pisotear aqueles

prostrados e vencidos no chão. Os despojos são exatamente os bens culturais e “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie [...]”. (BENJAMIN, 2012, p.245).

Junto aos despojos, dominadores e pisoteados, há um falso sentido de “progresso” da história, de evolução permanente em direção à civilização. O capitalismo, que concebe a exponencialidade da técnica e de seus respectivos mecanismos de controle, não trouxe a satisfação geral e irrestrita, ao contrário, trouxe desigualdade, exploração, guerras, exclusão aos bens culturais. Os vencidos, que produziram, pelo seu trabalho, os bens culturais, não podem ter acesso a eles. Os bens culturais

...são, portanto, “documentos da barbárie” uma vez que nasceram da injustiça de classe, da opressão social e política, da desigualdade, e porque sua transmissão é feita por massacres e guerras. Os “bens culturais” passaram da Grécia para Roma e, em seguida, para Igreja, depois caíram nas mãos da burguesia, desde o Renascimento até hoje. Em cada caso, a elite dominante se apropria – pela conquista, ou por outros meios bárbaros – da cultura anterior e a integra a seu sistema de dominação social e ideológico (LOWY, 2005, p.78-79).

Em sua tese oito, Benjamin (2012) afirma a necessidade da construção de um conceito de história que caminhe na direção contrária à atos que se desenvolvem mascarados de progresso e norma histórica. Construções que se desvinculem de assombros desnecessários; fortaleçam ações que estejam fora da regra e dentro de um verdadeiro estado de exceção: “(...) e com isso nossa posição ficará melhor na luta contra o fascismo.”. (BENJAMIN, 2012, p. 245).

Para Bauman (1998), o Holocausto pode ser analisado como produto de um choque entre a emancipação do Estado político, com uma prática de monopolizar através de meios fortes de violência e audaciosas ambições manipuladoras, e o controle social, resultado do desmoronamento de todas as instituições de autogestão social e de tudo o que não era poder político.

O grande projeto de Estado moderno nasceu racionalmente planejado e buscou a divisão das pessoas em categorias e grupos, a separação entre os úteis e aqueles que precisavam ser arrancados como ervas daninhas, entre os de dentro e os de fora, os amigos e inimigos, os de baixo e os de cima (BAUMAN, 1998). O projeto cresceu e encontrou no mundo das desigualdades modernas as frestas para

o padecimento e a descartabilidade dos muito excluídos e a vitória seletiva dos poucos temporários vencedores.

O projeto do Estado moderno nasceu como missionário, empenhado na missão de examinar a sociedade transformando-a em algo ordeiro e afinado com os preceitos da razão. Ele retirou a legitimidade da condição presente da população e fragmentou os mecanismos presentes de autoequilíbrio (BAUMAN, 1998). A modernidade, que em uma face experimentou o progresso, em outra abriu portas do totalitarismo e revelou o fracasso da civilização moderna.

A civilização moderna não foi a condição *suficiente* do Holocausto; foi, no entanto, com toda certeza, sua condição *necessária*. Sem ela, o Holocausto seria impensado. Foi o mundo racional da civilização moderna que tornou viável o Holocausto. (BAUMAN, 1998, p.32).

O Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo que ela apresenta (BAUMAN, 1998); revelou o reverso dessa civilização trazendo suas faces mais perversas – opressão, discriminação, perseguição, extermínio. Pesquisar o tema da memória do Holocausto traz importante pergunta: a busca burocrática da razão e da eficiência é cega e eticamente equivocada até que ponto? O projeto de extermínio de cerca de 20 milhões de pessoas, dentre homossexuais, ciganos, comunistas, deficientes e dos quais 6 milhões eram judeus representa o ponto final? Mas e depois? Em Bauman (1998), a busca racional da eficiência, ou seja, a otimização na execução do objetivo final, no projeto do Holocausto, em momento algum se chocou com os próprios princípios da racionalidade: ênfase na contabilidade e nos aspectos minuciosos das regras, economia e preservação de recursos, eficiência industrial, obediência das leis e sentido de missão diante de um discurso de nova construção da história.

(...) o assassinio em massa contemporâneo caracteriza-se, por um lado, pela ausência quase absoluta de espontaneidade e, por outro, pelo predomínio de um projeto cuidadosamente calculado, racional. É marcado pela quase completa eliminação da contingência e do acaso, assim como pela independência face às emoções grupais e as motivações pessoais (...). É um genocídio com um propósito. (BAUMAN, 1998, p. 114).

Entretanto, com frequência o Holocausto é pensado como evento único, atípico e sociologicamente inconsequente da história judaica; evento resultante apenas do antissemitismo europeu. Ainda, por vezes, é defendido como caso

extremo, produto de repulsivo e abominável preconceito que aconteceu e com o qual a sociedade poderia conviver e resolver pela sua capacidade de recuperação. Assim o Holocausto é classificado como mais um item (embora mais grave) em uma ampla categoria que abarca muitos casos semelhantes de conflito, preconceito ou agressão. E ainda, por vezes, é incorporado à categoria mais sinistra e aterradora - a dos genocídios dissolvidos na opressão ou perseguição étnica, cultural ou racial (BAUMAN, 1998).

A relação que Bauman traz sobre Holocausto e modernidade fundamenta-se na reflexão sobre as implicações reais do progresso da racionalidade científica e tecnológica, no progresso da condição de ser humano e do sentido de humanidade como um todo. Para o autor, as regras da racionalidade instrumental são incapazes de evitar fenômenos como o Holocausto. Ao contrário, a racionalidade, que é instrumental e eticamente neutra, abre condições para que chegue à perspectiva da compulsão pela ordem que elege uns e elimina outros, destrói o considerado ruim e impõe escassez de liberdade.

O genocídio moderno, como a cultura moderna em geral, é um trabalho de jardineiro (...). Se o projeto de um jardim define o que é erva daninha, há ervas daninhas em todo o jardim. E ervas daninhas devem ser exterminadas. Eliminá-las não é uma tarefa destrutiva, mas criativa. Que não difere em essência de outras atividades que se somam para a construção e manutenção de um perfeito jardim. Todas as visões da sociedade como um jardim definem parte da população como ervas daninhas. Que, como quaisquer ervas daninhas, devem ser segregadas, contidas, impedidas de proliferar, removidas e mantidas fora dos limites da sociedade. (BAUMAN, 1998, p.116).

O genocídio ocorre quando o sonho da modernidade é envolvido por um poder totalitário, absoluto que se torna capaz de estabelecer controles e dirigir veículos de ações racionais. Ao mesmo tempo, ocorre na medida em que esse mesmo poder não sofre nenhum tipo de censura ou contestação por parte da sociedade. O Holocausto foi planejado e administrado dentro de uma lógica que primava pela suspensão de direitos e da própria liberdade; foi fruto da lógica de dominação moderna (BAUMAN, 1998).

Pesquisar o tema dessa memória à luz dos conceitos de Benjamin é posicionar-se criticamente frente à ideia de um conceito dogmático de progresso que chegou sem nenhum vínculo com a realidade, um processo sem limites e inexorável. A ideia de progresso da humanidade deve trazer a concepção de

história como uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de tempo de agora (BENJAMIN, 2012, p.249).

Pesquisar o tema com Bauman, é entender os mecanismos dessa modernidade que caminha na direção do desencajamento, da existência de indivíduos racionais e solitários, indiferentes ao outro, onde viver significa sobreviver. É compreender a ideia de que qualquer empobrecimento de capacidade de formulação do povo relativa a seus mais diversos interesses, qualquer assalto à diversidade social e cultural, às possibilidades de expressão, qualquer tentativa de cerceamento da liberdade e transparência do Estado e enfraquecimento das bases sociais da democracia política, contribui um pouco mais para a viabilidade de uma catástrofe social nos moldes do Holocausto (BAUMAN, 1998).

Trazer a memória desse evento, pelas narrativas de netas e netos daqueles que sobreviveram, significa indicar continuidade no processo de luta contra os extremismos; contribuir com a reflexão sobre um atentado à humanidade. É preciso perguntar, falar, escutar, pesquisar, escrever, na expectativa de que eventos como esse não se repitam, nunca mais, com ninguém.

## 2.7

### **Holocausto, memória e netos de sobreviventes: revisão de pesquisas**

Conhecer e se apropriar da literatura e bibliografia sobre o campo significa clareza sobre a lacuna existente no campo, reforçando a importância da pesquisa. Para Gil (2010), a pesquisa bibliográfica desnuda o nível de conhecimento existente sobre o assunto e o grau de precisão que se pretende atingir com a pesquisa.

A revisão bibliográfica sobre foi realizada a partir da eleição de palavras-chave para buscas em bancos de dados. Foram realizadas pesquisas na modalidade nacional e internacional das plataformas Scielo, Google Acadêmico, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, considerando-se artigos, teses e dissertações que direta ou indiretamente conversam com a temática desta pesquisa. As palavras-chave definidas para as buscas foram: Holocausto e Memória; Sobreviventes do Holocausto; Netos de Sobreviventes do Holocausto. A partir dessa busca, foram selecionados 35



trabalhos, nacionais e internacionais, publicados entre os anos de 2003 à 2020, dentre os quais: 23 artigos acadêmicos, 8 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado.

**Quadro 1: Artigos, dissertações e teses: Holocausto e Memória**

<b>Título</b>	<b>Autor/es</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>
Emancipatory voice and the recursivity of authentic silence: Holocaust descendant accounts of the dialectic between silence and voice.	KIDRON, C.A.	Artigo	2020
Pós-memória afiliativa, bystanders e apagamento do Holocausto: diálogo transtextual e camadas palimpséticas em Malinski, de Siofra O'Donovan.	NAGAYAMA, E.	Tese	2020
O conceito de evento limite: Uma análise de seus diagnósticos.	CALDAS, P.S.P.	Artigo	2019
Trauma, transmissão e (re)construção: memórias da Shoah na comunidade judaica curitibana no pós-guerra.	EHRlich, M.	Artigo	2019
Reconhecimentos, sensibilidades e relações étnico-raciais: a obrigatoriedade do ensino do Holocausto em Porto Alegre.	MEINERZ, C.B.; CAMARGO, C.M.S.	Artigo	2019
<i>A column</i> e o sionismo no Rio de Janeiro em princípios do século XX: reflexões acerca de uma identidade em construção.	OLIVEIRA, J.S.	Dissertação	2019
“O bisturi que coisifica, a tabela que classifica”: a desinstrução da condição humana nas narrativas do trauma do holocausto nazista em Miklós Nyiszli e Primo Levi.	OLIVEIRA, T.R.	Dissertação	2019
Uma história concisa do Holocausto na literatura brasileira.	WALDMAN, B.	Artigo	2019
Material de ensino e traumas coletivos: uma análise sobre o holocausto.	SHURSTER, K.; LEITE, A.M.	Artigo	2018
Quando é preciso narrar o incomunicável: narração, foco, atmosfera e alegoria em minha suja cabeça, o holocausto, de Moacyr Scliar.	NEVES, F.L.S.	Artigo	2017
Entre lágrimas: o ensino sobre holocausto na perspectiva da sensibilidade.	RAPOSO, T.A.; PEREIRA, A.L.	Artigo	2017

Dever de Memória	LEVY, S.D.; LEITE, L.O.F.B.	Artigo	2016
Teatro de Sami Feder: espaço poético de resistência nos tempos do holocausto (1933-1950).	MARKO, L.E.R.	Tese	2016
Um coração que ainda bate após Auschwitz: um estudo de caso sobre o Holocausto.	ROCHA, T.de S.	Dissertação	2016
A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente.	TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SCHURSTER, K.	Artigo	2016
The Big Event: história, memória e identidade na minissérie "Holocausto".	SILVA, E.P.da.	Dissertação	2015
Memória coletiva e tempos de vida: sobre a intenção política da escrita da história em Walter Benjamin e Maurice Halbwachs.	JOBIM E SOUZA, S.	Artigo	2014
Resistir, sobreviver e viver para contar o Holocausto.	KRAMER, S.	Artigo	2014
Ecos do Holocausto na Literatura Portuguesa de potencial recepção juvenil.	TOMÉ, M.C.D.	Artigo	2014
A moral nazista: uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler.	GUTERMAN, M.	Tese	2013
A trajetória de vida das mulheres judias, sobreviventes do Holocausto: relatos orais.	SOUZA, L.F.de.	Artigo	2013
The After Generations: Legacies and Life Stories of Children and Grandchildren of Holocaust Survivors.	RATH, S.	Dissertação	2012
A memória e a história do 'Shteitl' na canção popular judaica.	BELK, S.	Dissertação	2011
"Traumatic Family Narratives in a Cosmopolitan World: Identity in American Third Generation Holocaust Survivors".	BURTON, K. L.	Dissertação	2011
Holocausto, trauma e memória.	LEWGOY, B.	Artigo	2010
Línguas judaicas, história e memória: identificação linguístico-cultural na condição judaica.	SZUCHMAN, E.	Artigo	2010
Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e consequências.	VESNEYAN, S.	Tese	2009
Between Culture and Family: Jewish-Israeli Young Adults Relation to the Holocaust as a Cultural Trauma.	LAZAR, A.; LITVAK- HIRSCH,T.; CHAITIN, J.	Artigo	2008
Narrar, transmitir, representar: o testemunho de um sobrevivente francês (judeu e resistente) dos campos de concentração nazista.	SILVA, H.R.da.	Artigo	2008

Holocaust video-testimony and the Third Generation: Report on Research Methods. International Journal on the Audio-Visual Testimony.	KLEIN, A.	Artigo	2007
O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos.	HEYMANN, L.	Artigo	2006
Identificação/Identidade: Linguagem, história e memória na condição judaica.	SZUCHMAN, E.	Dissertação	2006
Entrevistando sobreviventes do Holocausto: reflexões sobre a construção de um arquivo.	LERNER, K.	Artigo	2005
Jewish Israeli Teenagers, National Identity, and the Lessons of the Holocaust.	LAZAR, A.; CHAITIN, J.; GROSS, T.; BAR-ON, D.	Artigo	2004
Family Approach with Grandchildren of Holocaust Survivors.	FOSSION, P.; REJAS, M-C.; SERVAIS, L.; PELC, I.; HIRSCH, S.	Artigo	2003

Fonte: elaborado pelo autor.

Muitos sobreviventes do Holocausto silenciaram experiências vividas nos campos, ação analisada como consequência do trauma e medo de serem enquadrados como vítimas ou portadores de atos heroicos (NAGAYAMA, 2020). Lerner (2005) destaca a escrita de Levi (1990) sobre nazistas e seus risos sarcásticos avisando aos judeus prisioneiros sobre o fim vitorioso da guerra que não deixaria viva nenhuma pessoa que pudesse narrar, dar o testemunho sobre o ocorrido. Afirmavam que ainda que sobrasse alguém para contar, suas palavras jamais seriam aceitas como verdadeiras, vez que representariam extremos de uma monstrosidade que seria negada por eles, nazistas. Eles sim é que seriam os responsáveis por contar as histórias dos campos de concentração em suas neutras e negacionistas versões.

Lewgoy (2010) traz a imagem de um pêndulo entre o trauma e a narrativa; entre a passagem da repetição compulsiva da lembrança traumática e o trabalho de luto constituído pela narrativa. Um testemunho é individual, enquanto o trauma histórico é coletivo; um testemunho, quer seja de sobrevivente ou descendente, vira agente de memória coletiva. A memória coletiva deve abrir-se a um necessário diálogo e reconhecimento de diferentes sujeitos, e não se isolar em cápsulas identitárias.

Narrativas sobre o Holocausto sensibilizam e potencializam discussões e reflexões que são da humanidade, trazem a dimensão da alteridade na condição humana e dos muitos posicionamentos no mundo (RAPOSO; PEREIRA, 2017). Entender o Holocausto como barbárie, controle do comportamento humano, fortalecimento de administração burocrática, racional e profundamente eficaz na perversidade, lógica incrustada no plano do irracional, impulsiona as perguntas: como narrar algo que é além da compreensão humana? Como narrar o inenarrável? Como narrar atos de extremo abuso e desrespeito à condição humana? (MARKO, 2016). Narrar e rememorar, ainda que seja doloroso, é fundamental, pois dá à memória condição de pilar no combate a distorções históricas perpetradas pelo revisionismo e negacionismo acerca do Holocausto.

O Holocausto é caracterizado como o genocídio em seu estado mais avançado e devastador, justamente por trazer a extrema aniquilação física, bem como a destruição cultural em dimensões globais. Importam memórias e narrativas, pesquisas e estudos que se voltam ao passado na intenção de se conectarem a demandas do tempo presente e oferecerem resistência a quaisquer tipos de manifestação de ódio.

E o que dizer diante da corrente de produção da intolerância – estereótipo, preconceito, discriminação, exclusão, eliminação, extermínio? *Resistir é importante, mas é pouco*. É preciso *impedir* que a corrente prossiga e atuar por uma sociedade sem desigualdade, com justiça social, aceitação do outro e reconhecimento de que o que nos torna singulares como seres humanos é nossa pluralidade: nossas diferenças físicas, mentais, de raça, etnia, orientação sexual, cultura religião, gênero, modos de entender o mundo, escolhas, pontos de vista. (KRAMER, 2021, p. 163).

Estranhar o mundo, romper com estados de amnésia, apostar, não na prática da tolerância ao diferente, mas no reconhecimento de valores que são diversos, universais e constituem a condição humana, é combater a barbárie, lutar com afinco contra a negação ao outro. Mais que resistir, trata-se de impedir práticas de fascínio pela violência.

Muitos outros autores descobertos no processo de revisão bibliográfica desta pesquisa, que não se encontram citados direta ou indiretamente neste capítulo, estão distribuídos, com suas valiosas contribuições ao tema, ao longo dos capítulos subsequentes desta dissertação.

## 2.8

### Ainda um aspecto metodológico: a micro-história

Olhar para objetos de pesquisa entrelaçados à temática do Holocausto diante da abordagem da micro-história é considerar escalas particulares de observação que rompem com hábitos adquiridos no processo de estudo sobre a história social em um macro espaço.

Por que olhar para o Holocausto a partir de narrativas de netas e netos de sobreviventes desse evento, residentes na cidade do Rio de Janeiro? O outro. Quem é ele? O que fala, narra? Que história conta? Com quem se relaciona, o que enuncia e quais contextos históricos estão situados nas enunciações? Por que escutá-lo? “A escolha de micro dimensões surge como um resultado direto da tradicional preponderância da interpretação macro contextual, em vista da qual ela é a única direção experimental possível de ser tomada.”. (LEVI, G., 2011, p.158).

É na experiência individual que o sangue escorre. Pode-se identificar com o narrado, ter empatia, condoer, mas o sangue que corre nas veias de netas e netos passou pelo coração de quem sobreviveu à experiência traumática do Holocausto. É preciso lente de aumento para enxergar as nuances que estão postas ali, no segundo que se atreveu a apostar na vida.

Giovanni Levi (2011) pensa a micro-história como uma prática historiográfica em que se utiliza como procedimento analítico a diminuição da escala de maneira a possibilitar observações intensas no microespaço, reveladoras de fatores previamente não considerados. Prática de pesquisa que porta referências teóricas intercambiadas com diversas áreas das ciências sociais. “A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental.”. (LEVI, G. 2011, p. 138-139).

A pesquisa que dimensiona a perspectiva micro-histórica também conversa com pessoas, sujeitos que possuem voz, marcam experiências singulares e únicas. Pesquisas sobre o tema do Holocausto em todo o mundo foram realizadas nessa metodologia. Deixar viva a memória do Holocausto é resistir contra a barbárie, contribuir no fortalecimento de relações mais solidárias e humanas e romper com o aprisionamento do conhecimento que não dialoga e interage. “A micro-história reconstrói, em torno de alguns personagens precisos, aquilo que o seu espaço

social foi e, dessa forma, dá conta das incertezas das suas escolhas diante da conjuntura do momento.”. (BENSA, 1998, p.53).

A capacidade de um historiador em refletir sobre os vários sentidos de seu trabalho e ser sensível aos desafios que se apresentam na relação passado-presente, potencializa sua ação crítica. Para Nóvoa (1996), a ação comprometida atenta ao alargamento de possibilidades, aceita que o objeto do historiador não é tão somente o passado, mas sim a relação de seus vestígios na reflexão do tempo presente. “(...) Trata-se de mobilizar uma história problematizadora, capaz de integrar uma dimensão teórica e uma reflexão comparativa.”. (NOVOA, 1996, p.430).

Para Revel (1998), o historiador tem como objeto de pesquisa algo que aconteceu e não é passível de se repetir da mesma forma, dado que inserido em um contexto e tempo particular. Neste sentido, a abordagem micro-histórica traz em si posturas antifuncionalistas, ricas de significações porque consideram análises de diversificados destinos particulares e “(...) procuram reconstituir um espaço dos possíveis – em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada.”. (REVEL, 1998, p. 26). Para esse autor (1998), o trabalho de micro-historiadores leva em conta múltiplas contextualizações, no qual cada ator histórico participa direta ou indiretamente, se inscrevendo em contextos de níveis variados, desde o local até o mais global.

Netas e netos de sobreviventes aqui escutados contaram as histórias de seus avós, mas também as suas. As narrativas são delas e deles: netas e netos. Somos constituídos por nossas narrativas. Ao narrar a história do outro, narramos a nós mesmos. As netas e netos que ouvi narraram memórias a partir da convivência direta com aqueles que estavam na História. Netos e netas são provavelmente a última geração a escutar testemunhos diretos, vivos, daqueles que por um fio resistiram e sobreviveram para viver. Portanto, impulsionam reflexão sobre o desafio de ser e estar no mundo em busca de resposta que seja responsável e promotora de novas indagações, ideias e sentidos: movimento potente de resistência.

Muitos estudiosos investigam o tema do Holocausto ouvindo narrativas de sobreviventes e seus descendentes, analisando diários, cartas, poemas, canções achadas em esconderijos nos guetos e campos de concentração. Belk (2011), por exemplo, estudou a memória do Holocausto através de canções Yiddish, cantadas

e tocadas especialmente pelos judeus do centro-leste europeu. Fez investigação histórica de diversificados compositores de canções Yiddish que compuseram sobre temas como migrações, incêndios, pogroms, lamentos, massacres.

Outros autores buscaram caminhos diferentes no investimento de encontrar pluralidade de desdobramentos enunciativos. Guterman (2013), por exemplo, debruçou-se na análise de diários e escritos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas com o nazismo – militantes, simpatizantes e críticos – na expectativa de entender o que pensavam e quais sentidos se encontravam latentes nos discursos que velavam pela destruição do outro. O autor estudou a barbárie pelo avesso, a partir das narrativas não dos sobreviventes, mas de seus algozes que disseram sobre práticas de atos que transformaram assassinatos em ações banais. Nessa via de aposta, encontrou espaço para refletir sobre a barbárie, a partir dos relatos das ideias que perpetraram ações nazistas genocidas, de que se valeu a construção e perpetuação do nazismo dentro de um Estado totalmente voltado à ideologia de produzir crimes.

A potência da pergunta instigante feita aos micro-historiadores - “Qual pode ser a representatividade de uma amostra assim circunscrita? Que pode ela nos ensinar que seja generalizável?”. (REVEL, 1998, p. 32) - trata das contribuições da pesquisa de um fato histórico a partir da particularidade, individualidade, da lente do olhar no detalhe e especificidade, e não somente em termos rigorosamente macros e estatísticos. Neste sentido,

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral. (LEVI, G., 2011, p.160).

O que significa para sempre lembrar as histórias do Holocausto contadas por seus avós e como, eticamente, constituir-se membro indireto dessa micro-história vivendo as tradições, honrando seus antepassados sobreviventes e mantendo viva a chama da esperança no futuro? A pergunta instiga a pensar que “(...) O detalhe vale pelas fatias de realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz.”. (BENSA, 1998, p.45). Para Bensa (1998), os enunciados se deslocam entre pontos fixos, mas sempre destacam a importância do lugar de

início. A acumulação dos diferentes lugares ocupados é que impulsiona uma trama de relatos que nasce da ação de rememorar o passado.



### Mais um dia começa<sup>15</sup>: percepções singulares das histórias na Guerra narradas pelos avós

O sonho está na minha frente, ainda quentinho; eu, embora desperto, continuo, dentro, com essa angústia do sonho; lembro, então, que não é um sonho qualquer; que, desde que vivo aqui, já o sonhei muitas vezes, com pequenas variantes de ambientes e detalhes. Agora estou bem lúcido, recordo também que já contei o meu sonho a Alberto e que ele me confessou que esse é também o sonho dele e o sonho de muitos mais; talvez de todos. Por quê? Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam? (LEVI, P., 1988, p.85-86).

Este capítulo é inspirado nas singularidades das percepções das netas e netos com os quais conversei sobre as histórias na guerra que ouviram narradas por seus avós sobreviventes do Holocausto. Primo Levi (1988) diz do confronto interno de cada dia vivido no campo entre o calor acolhedor e a angústia fria que ele, o sonho, gerava justamente por protagonizar cenas narradas e nunca ouvidas. Um dia, em estado de lucidez, narrou a Alberto. A narrativa potencializou-se no ouvinte que, na imediata sequência, também contou. Qual não foi a surpresa? Os sonhos, guardadas óbvias variantes de detalhes e ambientes, se assemelhavam e os dois, Levi e Alberto, se puseram a dimensionar com quantas outras centenas de sonhos aqueles poderiam tonar-se afins.

Para Bauman (1998), o assassinato contemporâneo em larga escala traz como características principais a ausência quase absoluta de espontaneidade e, ao mesmo tempo, a primazia metódica de cálculos racionais minuciosamente pensados sobre um projeto de extermínio. Nessa lógica, tudo passa a ser rigorosamente calculado de modo a evitar qualquer possibilidade, tanto da efetivação do acaso, quanto da vivência de qualquer tipo de emoção ou sentimento particular e coletivo.

Para Kátia Lerner (2005), as ações dos nazistas foram cuidadosamente calculadas para tornar o povo judeu um povo eternizado em ruína, evitando deixar qualquer rastro de culpabilidade. Neste contexto, Auschwitz, algo impossível de esquecer, tornou-se metonímia para a experiência do Holocausto. No campo de concentração, Primo Levi (1988) fala da não perda do sonho, dos sentidos de

<sup>15</sup>“Arrumei a cama, botei a roupa. Desço até o chão, ponho os sapatos. Reabrem-se as chagas. Mais um dia começa.”. (LEVI, 1988, p.91).

calor acolhedor, da angústia fria. Resistência à primazia metódica criada dentro de um projeto de barbárie.

As conversas com Bernardo, Daniel, Elaine, Gabriel, Iolanda, Mariana e Olívia trazem sentido de resistência e clareza com relação às histórias ouvidas sobre a guerra, fruto de cada experiência vivida e ainda enlaçada ao ato de narrar, único e autoral de cada um/a - avó, avô, neta, neto. O movimento dessas sete pessoas de sujar as mãos, escavar, rememorar sobre essa temática específica das histórias vividas na guerra, levantou para alguns mais e para outros menos histórias, algumas bem guardadas no fundo da memória.

Bosi (1987) afirma ser a memória um cabedal infinito que aflora em fragmentos; tem suas possibilidades de surgir, libertar, apurar, retocar a realidade e seus limites emocionais, racionais, subjetivos, corporais. Quando perguntei sobre as histórias dos avós com o Holocausto, conversei com netas e netos que estiveram ativos no movimento de encontrar, em suas memórias, as memórias de seus avós. Para Bosi (1987), a substância social da memória, matéria lembrada, prova que a ação de lembrar se dá sempre na relação entre ser individual e social.

A memória, a partir de Benjamin, ao chegar como um flash, um relâmpago, impulsiona a escavação para se aproximar do passado que se quer conhecer. Benjamin ensina que não se deve recluir em analisar um determinado acontecimento por diversas vezes, em ângulos e recortes diferentes, esmiuçando-o, revolvendo-o “(...) como se revolve o solo.” (BENJAMIN, 1987, p. 239). Ao investigar o passado há que se ter cuidado. A escavação deve ser cautelosa para que haja recompensa. A recompensa é exatamente aquilo que brilha no meio da terra escura. E, diante do brilho que se encontra no ato da escavação, o que fazer? Enquadrá-lo dentro da moldura ou expandi-lo com questionamentos – o que brilha, como brilha, por que brilha? O assombro é o contrário, o avesso.

Bernardo narra detalhes quase cinematográficos de várias histórias de seu avô. “A história do meu avô é a história de um *partisan*, não é uma história de campo (...) Ele era um *partisan* que tinha como missão a sabotagem das missões nazistas.” (Bernardo; Entrevista 10/03/2021). Sua fala cheia de particularidades do vivido vai na contramão da pobreza para a qual Benjamin (2012) chama atenção: pobreza que oprime a memória, sufoca a lembrança e negligência a narrativa.

“Cada um tem a sua história de campo de concentração.”. (Elaine, Entrevista 23/03/2021), afirma Elaine ao escavar histórias de sua avó nos guetos e campos pelos quais passou. A frase é intensa, marca um lugar singular na existência humana e certamente é o da neta que quer se aproximar do passado para entender suas tantas nuances; a neta que olha do tempo presente a história singular da avó e encontra brilho particular por entre a terra escura, desenquadra a experiência da moldura comum e típica e a expande.

Fernando lembra das várias filas da morte pelas quais passou seu avô que “(...) por algum destino não morreu.”. (Fernando; Entrevista 15/03/2021). Em sua rememoração, ele parece recompor as tantas filas da morte ocupadas por seu avô como tentativa de entender a contraposição de uma vida posterior cheia de encontros e superações. Benjamin opõe-se à história como retrato fiel do passado. “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’.”. (BENJAMIN, 2012, p.243). A tarefa fundamental na perspectiva benjaminiana não é a de restituir em todos os seus detalhes o que aconteceu, mas de ocupar o lugar de permanente incomodado com versões oficiais e verdades prontas da história que se apresenta.

“Como a minha avó sobreviveu? Como o meu avô sobreviveu? O que aconteceu ali?”. (Gabriel; Entrevista 09/03/2021). As perguntas de Gabriel na conversa com suas memórias trazem a dimensão do compromisso que retira os sujeitos do lugar de objetos e assegura o não esquecimento de suas histórias. “Não pode haver enunciado isolado. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que lhe sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; é apenas o elo de uma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia.”. (BAKHTIN, 1997, p.375). Perguntas envolvem anseios e buscas por respostas; ambas enunciam. São ações dialógico-reflexivas que acontecem a partir do encontro entre pessoas que se disponibilizam ao alargamento de conhecimento sobre determinada situação que invade a memória.

Iolanda surpreende com a história das batatas: “Por que vocês pedem as cascas e não as batatas?”. (Iolanda; Entrevista 08/06/2021). Sua percepção sobre a pergunta que reata um laço com a dimensão da humanidade é provocativa, incita. Diante da ação de escavação, lembranças aparecem e surpreendem pelo vigor e capacidade de gerar novas ideias. Buscar confirmações de momentos da história real e ao mesmo tempo investir na recuperação daquilo que não foi mexido ainda,

perguntado, pensado, é ação do narrador em relação com a experiência. Derrubar balizas, desfazer garantias, recuperar o risco do pensamento e a tensão entre agir e lembrar, redimensiona o lugar do sujeito em relação com a sua narrativa (BOSI, 1987).

“-Desbota?’ e ele respondia: ‘- Desbota, desbota!’.”. (Olívia; Entrevista 25/03/2021). Olívia, através da memória, relaciona o tempo presente de seu avô recém-chegado ao Brasil à interrupção de sua vida pregressa na Polônia, vez que pego como escravo de guerra desde os seus quatorze anos. Sua narrativa é frequente convite ao estabelecimento de paralelos com a contemporaneidade que fortaleçam a resistência contra qualquer tipo de exclusão.

Mariana tira a respiração na história que conta de seu avô no aeroporto décadas após o fim da guerra. “(...) Como resposta às perguntas, mostrou o braço: B5000.”. (Mariana; Entrevista 03/03/2021). Lembrar é também resistir. A memória liberta o passado e marca diretamente a história no tempo presente. Ao relacionar-se com o presente, o ausente, o inacessível e acessível, Mariana se torna autora na experiência de romper com cristalizações e pensamentos castradores. Para Geraldi (2013), alteridade é espaço onde se constituem individualidades. É o *outro*, impreterivelmente, que dá ao *eu* sentido de completude, ainda que provisória, mas necessária, fornecendo elementos que dão corpo e sentido à relação.

Quem tem legitimidade para narrar as atrocidades vividas? A experiência do extermínio é somente de quem viveu e sobreviveu ou de todos nós? De quem é a memória do Holocausto? Lembrar é obrigação possuidora de normas e modelos? Como um passado é transmitido à outra geração? Para Kátia Lerner (2005), memória e esquecimento caminham lado a lado. Mesmo os movimentos de rememorações concentrados em buscas de escavações mais integrais de histórias, visto que memórias totalizadoras são impossíveis, experimentam seus espaços de esquecimento. A memória é seletiva, descontínua, lacunar, cheia de vazios e hiatos (WALDMAN, 2019). Não romper a transmissão significa manter o legado do vivido; alargá-lo por várias gerações.

### 3.1

#### Bernardo e Saul

A narrativa de Bernardo fala de um avô *partisan*, e não sobrevivente de campo; avô que foi soldado, guerreiro. Saul era o seu nome. Um dia chegaram nazistas no povoado em que morava e ordenaram aos judeus que se pusessem em fila indiana. Todos foram expulsos de suas casas e começaram a andar. Saul entrou na fila de mãos dadas com seu pai. Imediatamente à frente, sua mãe segurava as mãos de seus dois irmãos mais novos. Apenas Uri, o irmão mais velho, conseguira entrar no esconderijo de fundo falso construído na casa onde moravam. Os demais não tiveram tempo. Para onde andava a fila?

Um dos métodos de extermínio eram essas covas gigantes em que se jogavam as pessoas, todos iam para a cova e metralhavam todo mundo. O meu avô percebeu o que iria acontecer (...) subitamente virou para o pai e disse: - "pai, eu vou fugir". Soltou então sua mão. Era inverno e ele saiu correndo para o meio da floresta. (Bernardo; Entrevista 10/03/2021).

Aos dezesseis anos, em uma fração de segundo, Saul decidiu soltar a mão de seu pai e correr para dentro de uma floresta da região onde nascera, Volhynia - à época pertencente à Polônia e hoje à Ucrânia - para escapar do extermínio. Fugiu floresta adentro. Integrou um dos muitos grupos que decidiram lutar contra as forças nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Aliou-se a um grupo de resistência. No reconhecimento da necessidade de lutar contra seus algozes, tornou-se um partisan, enquanto perdia quase toda sua família e seu povoado, executados pelos nazistas.

Eu não lembro exatamente o ano da Segunda Guerra, se foi mais para perto de 40, 41, mas o vilarejo foi invadido pelos nazistas e eles já estavam esperando esse movimento. O meu avô tinha dezesseis. Na casa, eles criaram um chão de fundo falso para esconderem em caso de alguma invasão. Pelo que ele contava, não deu muito tempo para eles fazerem isso e o meu avô tinha claustrofobia, ele não conseguia entrar. (Bernardo; Entrevista 10/03/2021).

A narrativa de Bernardo rememora um passado do avô vivido com medos, fugas, tomadas de atitudes imediatas, reconhecimento da necessidade da luta. O que significa, aos dezesseis anos, soltar a mão do pai e correr floresta adentro rumo ao desconhecido? O que é viver a interrupção de uma vida vivida no cotidiano, desejada em suas muitas facetas e nuances e, em uma fração de

segundo, juntar-se a um grupo de luta armada frente a brutais extermínios? “O passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram?”. (BENJAMIN, 2012, p. 242).

Saul narrou índices secretos vividos em meio à brutalidade de um cotidiano interrompido. Sua narrativa foi sopro de ar que atravessou tempos e espaços. “Na casa, eles criaram um chão de fundo falso para esconderem (...) meu avô tinha claustrofobia, ele não conseguia entrar.”. (Bernardo; Entrevista 10/03/2021). Bernardo, o neto do avô que não conseguiu entrar no esconderijo de fundo falso, mas conseguiu soltar a mão do pai e correr floresta adentro – não como um ato da vontade, mas como ruptura, força que move o que é impossível de ser qualificado -, foi tocado por esse sopro de ar que envolveu seu antepassado; se viu também narrador de índices secretos. Soltar a mão: um ato de coragem ou de desespero? De onde veio a força para soltar a mão do pai? O pai lhe deu essa força? Havia ali o sopro da liberdade?

Para Benjamin (2012), a experiência autêntica ao ser narrada alça voo, chega a muitos lugares, atravessa o tempo. Experiência que transforma, move, carrega sentido ético, alerta e ensina; que significa ponto de inflexão fundamental ou que orienta, desde cedo, o caráter contra qualquer desumanidade; experiência dos mais velhos que é comunicada aos mais jovens, dos avós para netas e netos, das antigas gerações para as novas. Bernardo amplia a narrativa e conta que seu avô, no momento da fuga, vestia um casaco de inverno entreaberto. Alguns tiros foram dados em sua direção, entretanto, “milagrosamente”, nenhum lhe atingiu a pele, somente alguns pontos do casaco. “Ele entrou para o meio da floresta e depois de um tempo ouviu os tiros que matou sua família inteira.”. (Bernardo; Entrevista 10/03/2021).

Em Benjamin (2012), a rememoração é movimento, ato, algo intencional, busca da memória. Rememorar é produzir intencionalmente uma volta e uma ressignificação da história ao lado de uma memória que chega sem ter sido convidada. Memória e ação, neste sentido, estão intimamente ligadas justamente porque favorecem a possibilidade de desatar nós da falsa objetividade cronológica. A verdadeira imagem do passado se dá quando se estabelece uma relação entre aquilo que está esquecido - enterrado - e o momento presente. Nesse

entrelaçamento, surge o passado que aparece como novo, trazido pela memória - a rememoração - que se articula ao momento presente. Como um paradoxo no qual o velho e o novo se entrelaçam,

Benjamin aposta nas ruínas, como marcas emblemáticas do pouco que fica – restos de construções antigas, livros comprados em leilões, brinquedos antigos fabricados por artesãos, confeitos elaborados por padeiros... enfim, são essas ruínas que, ressignificadas, podem trazer novos sentidos de experiência, libertando os sujeitos da monotonia do mundo pós-industrial. (ABREU, 2016, p. 48).

A narrativa de Bernardo busca a memória, produz volta intencional, articula passado e presente e impulsiona a dimensão da experiência que acontece no encontro ativo entre sujeitos, fatos e histórias. Experiência que é feita de troca e carrega muitos mistérios na qual se entrecruzam coletividade, individualidade. Reconhecer a história como tempo de possibilidade e não de determinismo é admitir que, como seres humanos, somos capazes de resistir em cada tomada de atitude que compõe o cotidiano que se vive.

Na floresta, ele começou a ouvir latidos de cachorro indo atrás dele, então entrou em um lago, uma poça. Era inverno. Meu avô deixou só o nariz para fora para os cachorros não sentirem seu cheiro (...) A história do meu avô é a história de um partisan, não é uma história de campo (...) Ele era um *partisan* que tinha como missão a sabotagem das missões nazistas. (Bernardo; Entrevista 10/03/2021).

Para Helenice Rodrigues da Silva (2008), narrativas que envolvem o tema do Holocausto trazem em si a dimensão da dor e sofrimento. A relação entre a experiência vivida - que é única e ao mesmo tempo coletiva -, o acontecimento histórico e a narrativa no tempo presente constituem complexo contexto que envolve diferentes sentidos e sensações. Como testemunhar o indizível? Como converter em palavras algo indescritível? A autora faz as perguntas e alerta sobre a importância das pesquisas científicas e foco nos direitos humanos que se ampliaram sobretudo a partir da década de 80 como importante espaço de abertura ao chamado *dever de memória*.

“Depois a guerra acabou e meu avô veio com o dinheiro do bolso para tentar a vida. Aqui, começou como camelô vendendo chapéu, bolsa, bijuteria, até que anos depois construiu uma rede de joalherias. Ele chegou aqui do zero e

conseguiu vencer.”. (Bernardo; Entrevista 10/03/2021). Sua avó já havia migrado para o Brasil há mais tempo. Ambos se casaram por volta do ano de 1948 e viveram uma vida de cumplicidade, amor e parceria. Bernardo repetiu algumas vezes no decorrer da entrevista sobre o orgulho que tinha do avô e de toda a sua história.

Ouvir palavras de sobreviventes é persistir na história de um tempo presente caracterizado por memórias vivas. “Nem lugar de uma total objetividade, nem espaço de uma aparente subjetividade, a história do tempo presente reapropria, através dos rastros e vestígios, uma memória histórica.”. (SILVA, H.R., 2008, p.223). Saul, no testemunho de sua história, contou de seus inúmeros acampamentos: de local em local invadiam casas abandonadas, de minuto em minuto lutavam por suas sobrevivências. Muitos foram os lugares esconderijos, os companheiros *partisans*; muitas as batalhas, as fugas, as histórias.

### 3.2 Elaine e Raquel

Elaine falou sobre a certeza de ser cada história vivida com os campos de concentração - de sobreviventes ou não - singular e única. Israel, seu avô, faleceu quando ela tinha dois anos de idade, portanto suas memórias de neta descendente de sobrevivente estão interligadas à relação com Raquel, sua avó. O desafio de ser e estar no mundo envolve busca de resposta que seja responsável e promotora de novas indagações, ideias e sentidos.

Cada um tem a sua história de campo de concentração. A minha avó eu tenho certeza de que passou pela Suécia logo após sair do último campo e o meu avô eu não tenho certeza se passou pela Suécia também, mas eles foram morar na Bélgica, que foi onde meu pai nasceu. O meu pai é de Bruxelas. Eu creio que voltaram para a Polônia em algum momento, depois se mudaram para Bruxelas e finalmente vieram para as Américas<sup>16</sup>. Houve uma ida entre Brasil e Estados Unidos. Eles queriam descer lá nos Estados Unidos porque já tinham pessoas da família, mas algo aconteceu e eles voltaram para o Brasil. Entraram então aqui de navio com passaporte polonês. A condição deles, em inglês, que aparece no passaporte é *stateless*: sem Estado, apátridas. (Elaine; Entrevista 23/03/2021).

---

<sup>16</sup> “Por Américas, entendia-se basicamente os Estados Unidos, com suas terras vastas, fábricas vorazes por mão de obra e promessas frequentemente superestimadas, de riqueza, segurança e liberdade” (LIMONCIC, 2020, p. 50).



Por volta de agosto-setembro do ano de 1944, Raquel foi deportada para Auschwitz e para Neukölln, um bairro que existe até hoje. “Em Auschwitz ela ficou entre agosto e setembro de 44. Em Neukölln, em Berlim, ela ficou de setembro de 44 à metade de abril de 45. Eu tenho também o número de braço dela que era 349. Depois ela ficou, eles chamam de internada, em Berlim, poucos dias no mês de abril de 1945.”. (Elaine; Entrevista 23/03/2021).

Milhares de sobreviventes do Holocausto tiveram seus braços agressivamente tatuados. As tatuagens, números trêmulos, mas fortes, impressos nos braços diante de violência e brutalidade, se tornaram um dos mais emblemáticos símbolos do Holocausto. Somente prisioneiros que iam para os campos pertencentes ao Complexo de Auschwitz - Auschwitz I (Stammlager, campo principal e centro administrativo do complexo); Auschwitz II - Birkenau (campo de extermínio), Auschwitz III - Monowitz - eram sistematicamente tatuados. A prática começou no outono de 1941 e, a partir da primavera de 1943, todos os prisioneiros desses campos eram tatuados.

Inicialmente a ação se dava mediante um carimbo de metal penetrado na pele e tinta esfregada nas feridas. Entretanto, com o passar do tempo, os nazistas introduziram um equipamento de agulhas duplas. A tatuagem facilitava a identificação dos judeus após a morte por fome, doença ou brutalidade no campo. Os números recebidos na pele também eram costurados em seus uniformes de prisão. Ao final da guerra, as autoridades do campo usavam nove sequências de numeração diferentes para a identificação dos prisioneiros como pertencentes a grupos específicos, raciais ou étnicos. Somente aqueles selecionados para trabalhar recebiam números de série; os que eram enviados diretamente para as câmaras de gás imediatamente após a chegada nos campos não eram registrados e não recebiam tatuagens.

Raquel esteve, na maior parte do tempo que compreendeu os anos da Segunda Guerra Mundial, em um gueto localizado na cidade de Łódź. “No documento que eu tenho, um em alemão e outro em inglês, eles chamam de gueto, gueto de Łódź. Era um campo de trabalho forçado.”. (Elaine; Entrevista 23/03/2021).

De acordo com Rath (2012), a existência da barbárie negacionista do Holocausto fez com que muitos estudiosos e pesquisadores do campo refletissem com cuidado sobre possíveis limites em se considerar uma pessoa *sobrevivente* do

Holocausto. Para alguns estudiosos, *sobrevivente* aos nazistas e seus aliados seja tão somente aqueles que sobreviveram aos campos de concentração e guetos. Entretanto, outros admitem considerar *sobrevivente* toda pessoa que foi deslocada, refugiada ou escondida por motivo de perseguição e discriminação étnica, racial, religiosa e política.

“Cada um tem a sua história de campo de concentração.”. (Elaine; entrevista 23/03/2021). A frase é forte, profunda, nada passiva. Nasceu das muitas experiências da avó que teve suas histórias singulares e únicas no campo e no gueto? Ou ainda da certeza-resposta de Elaine, ao ser descendente de sobrevivente do Holocausto, em também ter sua história com campos de concentração? Para Freitas (2013), a compreensão amadurece na resposta e ambas, quando em relação com o princípio de compreensão ativa, dinâmica e interessada, se fundam e não mais existem, uma sem a outra.

### 3.3

#### Fernando e Daniel

Os avós de Fernando se conheceram provavelmente em um campo humanitário, diz ele. De acordo com o *Museum Memorial Holocaust United States*<sup>17</sup>, imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, centenas de milhares de sobreviventes judeus se estabeleceram em campos de refugiados, também conhecidos como campos humanitários, organizados na Alemanha, Áustria e Itália. Os campos de refugiados tinham como objetivo abrigar sobreviventes, enquanto procuravam por nomes de familiares nas listas que circulavam pelos jornais, rádios e pela Cruz Vermelha, e aguardavam oportunidades de sair da Europa<sup>18</sup>. Muitos sobreviventes judeus tinham interesse em emigrar para a Palestina, que à época encontrava-se sob o domínio britânico, mas muitos outros preferiam ir para os Estados Unidos.

Meus avós paternos não eram casados antes da guerra. Ambos tinham família, ambos eram casados com outras pessoas. O meu avô, acho que nasceu em 1913 e

<sup>17</sup> <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/refugees>

<sup>18</sup> Quando a Segunda Guerra Mundial finalmente terminou, milhões de pessoas foram dadas como desaparecidas. Já em 1943, um departamento foi montado dentro da Cruz Vermelha Britânica para começar o trabalho de busca e cadastro de pessoas desaparecidas conhecido como Agência Central de Busca (<https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/photo-gallery/2012/11-26-its-arolsen-history-photos.htm#>).

inclusive tinha filho jovem, tinha uma família inteira que morreu na guerra. Ele chegou a ir para Auschwitz, mas como era alfaiate, servia para alguma coisa, por isso não morreu. No pós-guerra ele conheceu a minha avó, que também tinha perdido a família. Eles se conheceram na Polônia ainda, um pouco depois da liberação dos campos de concentração, talvez em um campo humanitário daqueles que estavam cadastrando os sobreviventes. Dali os dois foram para a Bélgica. A minha avó tinha um irmão que foi para lá para trabalhar nas minas de carvão. Nunca trabalhou nisso, mas com essa justificativa conseguiu fugir da guerra. Então meus avós foram para lá e na Bélgica tiveram o meu pai, em 1947. Depois vieram para o Rio em 1950, quando meu pai tinha três anos de idade. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

No final de 1946, o número de judeus deslocados de guerra era estimado em 250.000, dos quais 185.000 estavam na Alemanha, 45.000 na Áustria e 20.000 na Itália. A maioria dos judeus era composta por refugiados poloneses, muitos dos quais haviam fugido dos alemães para o interior da União Soviética durante a guerra. Outros sobreviventes judeus tinham vindo da Tchecoslováquia, Hungria e Romênia. Abaixo seguem três mapas<sup>19</sup> que mostram os principais guetos na Europa, os principais campos de concentração nazistas e os principais campos de refugiados da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>19</sup> Holocaust Memorial Museum United States  
(<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/map/major-camps-for-jewish-displaced-persons-19451946#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial,oportunidade%20de%20sair%20da%20Europa>).

**GHETTOS IN OCCUPIED EUROPE 1939-1944**

0 300  
MILES

ATLANTIC OCEAN

N

SPAIN (Neutral)

FRANCE

SWITZERLAND (Neutral)

ITALY

Corsica

Sardinia

Front Line January 1944

1944 INTERNATIONAL BOUNDARIES

GERMAN-OKCUPIED

GERMAN ALLY

LIBERATED/ALLIES

GHETTOS ESTABLISHED 1939-MAY 1941

GHETTOS ESTABLISHED JUNE 1941-1943

GHETTOS ESTABLISHED 1944

Map of Europe showing the locations of Jewish ghettos established between 1939 and 1944. The map is color-coded: light brown for German-occupied areas, dark brown for German ally territories, and green for liberated or allied areas. A scale bar indicates 0 to 300 miles. A legend in the bottom left corner explains the symbols: yellow stars for ghettos established 1939-May 1941, white stars for June 1941-1943, and black stars for 1944. A yellow line marks the 'Front Line January 1944'. Major cities and countries are labeled, including the UK, France, Germany, Poland, Czech Republic, Slovakia, Hungary, Romania, Bulgaria, Greece, Turkey, and the Soviet Union. The map also shows the North Sea, Baltic Sea, Black Sea, and Mediterranean Sea.

# PRINCIPAIS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTAS

EDITORIA DE ARTE / O TEMPO

**VÍTIMAS DA POPULAÇÃO JUDIA TOTAL DE CADA PAÍS (EM %)**

País	Porcentagem (%)
LITUÂNIA	90
POLÓNIA	89,5
AÚSTRIA	83
TCHECOSLOVÁQUIA	82,5
GRÉCIA	81
IUGOSLÁVIA	80
LETÔNIA	74
HOLANDA	71
NORUEGA	50
ALEMANHA	50
HUNGRIA	45
ESTÓNIA	44
ROMÊNIA	36
LUXEMBURGO	33
FRANÇA	28
BÉLGICA	27
URSS	23
ITALIA	18

**LEGENDA:**

- CAMPO DE EXTERMINIO
- CAMPO DE CONCENTRAÇÃO
- TERCEIRO REICH
- ALIADOS DO EIXO
- ESTADOS OCUPADOS PELO EIXO
- ALIADOS
- ESTADOS NEUTROS

**Figura 3: mapa dos principais campos de refugiados da Segunda Guerra Mundial**



Eu fiquei sabendo que o meu avô foi para a fila para morrer por várias vezes, mas ele não morreu, não foi a vez dele. É uma coisa que ele não falava, porque tinha sido muito traumático, mas depois alguém contava. Por algum destino ele não morreu. Uma vez alguém caiu em cima dele, acharam que estavam todos mortos, mas ele não estava. Meu avô mostrava o número, não escondia. Mostrava e perguntava se sabíamos o que era, mas não entrava em detalhes sobre aquilo porque, com certeza, era algo que lhe causava muita dor, lembranças muito ruins. O número era uma marca que tinha ficado, uma questão. Nós tínhamos uma relação forte e é óbvio que tudo isso me emociona muito. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

Daniel não falava das diversas filas da morte, mas Fernando sabia. Fernando afirma que Daniel não contava por que envolvia o sentimento do trauma. Viola et al (2011) estudam o tema do trauma complexo e suas implicações diagnósticas. As análises indicam que o prolongamento de exposição a múltiplos eventos traumáticos de natureza interpessoal, sobretudo em situações não esperadas, como é o caso de sobreviventes de guerra, com frequência gera transtorno de estresse pós-traumático. Queixas são relacionadas às lembranças recorrentes de vivências traumáticas intensas e se caracterizam como trauma pela alta carga de incapacidade adaptativa frente ao evento inesperado e catastrófico.

Evidenciou-se que pacientes expostos a uma contínua carga de negligência apresentavam determinados sintomas, tais como: sintomas somáticos (dor de cabeça, distúrbios gastrintestinais, dores abdominais, lombares e pélvicas, tremores, sensações de choque e náusea), dissociativos (alteração da realidade, alteração de personalidade, alucinações, confusão temporal entre presente e passado) e afetivos (sintomas depressivos, insônia, apatia, desamparo, culpa, dificuldades de concentração, comportamentos suicidas, alteração na visão de si e dos outros). Salienta-se também a presença de hipervigilância, agitação e ansiedade extrema em consequência das recordações das memórias traumáticas. (VIOLA et al, 2011, p. 57).

Para os autores, a exposição crônica a eventos traumáticos pode gerar uma série de sintomas afetivos e interpessoais associados, dentre eles depressão, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno do pânico e até mesmo uso de substâncias tóxicas. A exposição contínua a eventos traumáticos é associada a inúmeros efeitos de tensões relativas às áreas emocionais, comportamentais, cognitivas e sociais. O agravamento dos sintomas é associado ao número e tempo de vivências de experiências traumáticas, bem como à gravidade dos traumas.

As marcas do trauma e exposição ao estresse crônico diferem de pessoa a pessoa e produzem diferentes respostas humanas (VIOLA et al, 2011). Em situações de cativeiros e aprisionamentos, o agressor geralmente se torna uma pessoa poderosa e influente na vida da vítima, podendo até mesmo influenciar seu sistema de crenças e valores, sobretudo se a vítima perde qualquer tipo de contato com o mundo externo. Assim, quanto mais as relações com o mundo externo se mantiverem fortes, menor será a força do agressor sobre a vítima.

Escutar é ato ético, fundamental para perceber o outro; condição para conhecê-lo e relacionar-se com seus sentimentos. A descoberta do outro é ação fértil porque mobiliza emoções, afetos e sensibilidades por vezes não percebidas no momento exato da relação, mas impressas nos sentidos de resposta diante de toda a vida. Mostrar o número talvez para ele, avô, já valesse por tantas palavras não ditas, não contadas. Seu avô, que foi para a fila morrer várias vezes, que viu corpos caindo em cima do seu e viveu tantos outros momentos incontáveis, dimensionava o quanto emocionava as pessoas que participavam de seu convívio diário? De alguma forma, Fernando escutava essa narrativa inscrita na vida e ao narrar descobria o avô, percebia a força desse homem que sobreviveu a algo que muitas palavras não davam conta de dizer, mas que estava dito nos números tatuados no braço.

### 3.4 Gabriel e José

Gabriel contou que seus avós eram casados antes da guerra e possuíam um filho que não sobreviveu ao Holocausto. Mais tarde, quando a guerra acabou, envolvidos em um movimento contínuo de buscas por familiares, finalmente se reencontraram através da divulgação das listas pela Cruz Vermelha. “As histórias eram contadas de uma maneira romantizada, heroica, mas depois, conforme você vai crescendo, liga os pontos e descobre, chega a conclusões. (...) Como a minha avó sobreviveu? Como o meu avô sobreviveu? O que aconteceu ali?”. (Gabriel; entrevista 09/03/2021).

A *compreensão passiva* é aquela que se detém apenas da decodificação de um sinal e exclui a possibilidade de uma resposta. Permanecendo passiva não traz nada de novo para a compreensão do discurso, ela apenas o dubla, reproduzindo-o, ficando prisioneira dos limites de seu contexto, não rompendo a independência de expressão e sentido. O que importa realmente é a *compreensão ativa* que já deve conter em si um germe de resposta (...) cria o terreno favorável à compreensão de maneira dinâmica e interessada. (FREITAS, 2013, p. 2).

As perguntas de Gabriel criam terreno fértil a narrativas singulares porque mobilizadas pela compreensão ativa que, como afirma Freitas (2013), contém em si germes de respostas, caminhos de ideias e reflexões. “(...) conforme você vai crescendo, liga os pontos e descobre, chega a conclusões.”. (Gabriel; entrevista 09/03/2021). Narrar é preservar memória histórica, diz Silva (2008). A relação entre Holocausto e memória na narrativa, traz o passado para o tempo presente reposicionando-o como experiência de vida na contemporaneidade.

Se o passado é conhecido pelos rastros, e os rastros são também narrativas, e as narrativas são enraizamento da experiência, desprovido de experiência, o homem não deixa rastros (BENJAMIN, 2012). A ausência da experiência que retira dos homens a história e o vínculo com a tradição, provoca a extinção da narrativa que não é só produto da voz, mas de tudo o que é aprendido pelas experiências. Ouvinte e narrador partilham do interesse em conservar o que é narrado.

Ao narrar memórias que chegam acrescidas de perguntas e novas ideias, Gabriel traz à tona pluralidade de possíveis e sentidos. A narrativa, pontua Benjamin (2012), “(...) não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Há uma essência na narrativa que

a conserva. É possível que depois de muito tempo ela ainda seja capaz de se desenvolver e aconselhar. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.”. (p. 221). Ao mesmo tempo, o narrador retira da experiência o que ele conta: de sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. A narrativa de Gabriel traz um reencontro que não ficou perdido na história, faz emergir para a superfície rastros que possibilitam sua continuação e constrói terrenos favoráveis para encontrar suas próprias respostas.

### 3.5

#### Mariana e Abel

Mariana contou que seu avô foi submetido a trabalhos forçados em fábricas e campos dos quatorze aos vinte anos de idade, entre os anos de 1939 a 1945. “Ele viveu a guerra toda indo para campos de concentração e depois que acabou a guerra, ficou um ano na Alemanha e dois na França, até que através da Cruz Vermelha, localizou irmãos vivos no Brasil que vieram no pré-guerra.”. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Para Aarons e Berger (2017), netas e netos de sobreviventes por vezes se deparam com uma espécie de lembrete de que muitas das histórias ouvidas já tinham sido contadas em momentos anteriores e, portanto, poderiam ser mais esparsas e afastadas de particularidades, pormenores. A terceira geração com frequência navega em polos de proximidade e distância com relação às narrativas contadas por seus avós sobreviventes.

Quando eu era ainda mais nova, talvez até ter uns dez, doze anos, muitas das coisas que ele contava era mesmo como era a vida antes da guerra, costumes de família, coisas que meus bisavós faziam, como eram os irmãos, os nomes dos irmãos. Ele era o caçula de nove, então contava mais essa vida no pré-guerra e não diretamente o que aconteceu na guerra. O assunto das dores e experiências traumáticas e ruins vividas na guerra ele não contava diretamente, eu não ouvia dele. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Sentimentos de exclusão, dor, medo, injustiça e tantos outros vividos diante da barbárie imposta pelos regimes totalitários não se extinguiram com o fim da Segunda Guerra. “(...) sobreviver ao trauma nunca é uma tarefa simples, não significando apenas escapar da morte (...) como construir uma narrativa, um



passado que escapou àquele que o vivenciou (...)?”. (KUPFERBERG, 2009, p.111). Como contar o vivido aos filhos e netos, pergunta ainda a autora.

O Holocausto é fato histórico. O fato histórico, quando olhado através de lentes que alteram sua forma de análise - microescala de observação - admite novos contextos, espaços, relações que envolvem enunciados, peculiaridades e outras dimensões, antes não percebidas, que passam a ser perceptíveis e passíveis de serem analisadas em nova realidade histórica.

Os fenômenos previamente considerados bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala de observação (...) a descrição densa serve, portanto, para registrar por escrito uma série de acontecimentos ou fatos significativos que de outra forma seriam imperceptíveis, mas que podem ser interpretados por sua inserção no contexto, ou seja, no fluxo do discurso social. (LEVI, G., 2011, p.143-144).

Quais discursos se ouvem no fluxo de narrativas e silêncios de um sobrevivente que foi capturado aos quatorze anos de idade? Quais compromissos se assume, no ato da escuta, que retira os sujeitos do lugar de objetos e assegura o não esquecimento de suas histórias? Quais fenômenos completamente novos emergem quando se altera a escala de observação? Quais modulações particulares se observa entre as narrativas e os silêncios individuais e a descrição macro de um acontecimento histórico?

Mariana falou sobre sua dificuldade em separar na memória as histórias que ouviu contadas por Abel, daquelas que descobriu através de outras pessoas. Se lembrou muito da história que envolvia o fim da guerra: “A guerra acabou e ele estava no trem, indo para Dachau, um campo onde o extermínio era um absurdo, depois de ter ficado bastante tempo em Auschwitz.”. (Mariana; entrevista 10/03/2021). O trem parou. A lembrança que Mariana tem da história é de que o trem parou e alguém gritou: "(...) A Guerra acabou!". (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Lembro também dele contar que comia neve. Não tinha nada para comer, ele passava fome e o que comia era a neve. Essa é única lembrança que eu tenho de ouvir dele contando. E ele contava isso sempre justificando porque a nossa família não precisava fazer jejum no Yom Kipur. Ele falava essa frase: - ‘a fome que eu passei na guerra, eu já passei pela família toda’, e nós não precisávamos fazer jejum. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Levy e Leite (2016) estudam a preservação da memória do Holocausto como paradigma de reflexão sobre a condição humana, existencial. Muitos sobreviventes vivem o trauma compreendido na dimensão do “(...) choque violento, efração do organismo com ruptura do invólucro protetor, e reflexo no organismo como um todo, desencadeando uma reação global da ordem de uma inadaptação, desproporcional e catastrófica.”. (LEVY; LEITE, 2016, p. 2). A diminuição, ou mesmo a perda das defesas emocionais, têm impactos neurofisiológicos importantes naquele que viveu o trauma, bastante ativos no comprometimento da responsividade regular da pessoa diante de suas ações no cotidiano de sua vida pós-trauma. Sobreviventes do Holocausto com frequência contam de situações como perda de cidadania, de lar, família, bens, empregos, violação de direitos, confinamentos em condições sub-humanas, fome, miséria, deportações e extermínios, a que foram submetidos. São coleções de traumas que possuem consequências psíquicas variáveis e imprevisíveis (LEVY; LEITE, 2016). O trauma abre portas à dificuldade em narrar o vivido, possuir clara compreensão cronológica dos fatos, posicionar-se ativamente diante das situações vivenciadas e expressar-se integralmente enquanto pessoa portadora daquelas experiências.

Uma vez, em 2007, fui para Nova York com meus avós. Fomos encontrar meus pais que já estavam lá estudando. Meus avós viajavam muito ainda nessa época, então compramos a passagem de avião para irmos juntos, eles iam passar quinze dias, voltariam e eu ficaria lá. Eu já tinha vinte e dois anos. O meu avô falava muitas línguas, eu nem me lembro quantas, mas ele falava polonês, a língua mãe dele, Yiddish, mas ele aprendeu a falar hebraico, falava francês, alemão. Só que ele não falava inglês e estávamos indo para Nova York. Quando chegamos na migração, a polícia encareceu, estava conferindo passaportes. Eu e minha avó falávamos bem o inglês, mas o meu avô não. Então estávamos na frente e fizeram umas perguntas para ele, que ficou sem entender nada. Eu e minha avó tentando ajudar, aquela situação bem nervosa, polícia federal americana, até que meu avô mostrou o braço: ‘aqui’. Ali, no aeroporto, ele não falou nada. Como resposta às perguntas, mostrou o braço: B5000. Na mesma hora a polícia americana falou: ‘ok’, assinou um negócio, carimbou e deixou ele entrar. Depois ele ria, ficou contando essa história rindo, ele sabia lidar com isso de uma maneira leve. Ali era como se ele tivesse dito: ‘você não vai barrar a minha entrada, eu não tenho nada a esconder, eu sou um sobrevivente do Holocausto’. Os Estados Unidos têm uma história de ser um país muito respeitoso com esse tema, acolheu muitos judeus no pós-guerra, tem uma comunidade judaica gigantesca em Nova York, que era justamente para onde nós estávamos indo. Mas esse fato dele também saber lidar com isso com uma certa leveza, graça, me impressiona até hoje. Ele dizia: ‘eu não preciso de passaporte para nada, basta mostrar o meu braço’. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Abel falava polonês, Yiddish, hebraico, francês, alemão, mas não falava inglês, a língua cobrada na migração para entrada nos Estados Unidos. B5000 foi sua resposta às perguntas, seu passaporte. A mostra do braço foi ato de não se esconder de si mesmo. Foi ao mesmo tempo inquietude e certeza do caminho já percorrido; foi lealdade a si mesmo. Foi voz que não ameaça a existência, ao contrário, que oferece certeza do caminho percorrido e daquele a percorrer. Um braço que narra uma história, que é memória encarnada, espaço onde tudo está dito e, ao mesmo tempo, que traz tanto ainda por dizer. Mostrar o B5000 ali naquele aeroporto foi honrar com a responsabilidade assumida consigo mesmo, com os compromissos que estabeleceu para si próprio; foi resistir para impedir.

### 3.6 Olívia e Abel

Olívia, que é irmã de Mariana e, portanto, também neta de Abel, conta que quando a guerra começou a dar seus primeiros sinais mais efetivos, seu avô era adolescente, tinha quatorze anos. Ao fim, estava com vinte. Durante todo esse período que, teoricamente, estaria terminando sua formação escolar, ele estava em campo. Quando migrou para o Brasil, em 1947, não tinha diploma ou profissão definida. Trabalhou durante um tempo como camelô, vendendo tecidos de porta em porta. “Ele não sabia falar direito o português. A minha mãe conta que perguntavam para ele: ‘- Desbota?’ e ele respondia: ‘- Desbota, desbota!’ (risos), porque tinha essa questão da língua. Ele chegou aqui sem uma profissão definida e foi comerciante a vida toda.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Para o Rio de Janeiro vieram muitos judeus ashkenazim. A Praça Onze era o local de desembarque, encontro com a nova terra, reencontro com familiares, abrigo para moradia e fusão de culturas. Em suas ruas efervescentes de palavras, conversas, histórias, músicas ditas e cantadas em muitas línguas, especialmente a Yiddish, boa parte do comércio ali firmado pertencia aos judeus vindos do Leste Europeu (BITTER, 2015). Harshav (1994) fala do Yiddish como língua constituída na transmissão oral, na conversa de todo dia, no folclore e nas praças de mercado, sobretudo junto à atividade comercial. Abel chegou ao Brasil falando várias línguas, dentre elas o Yiddish. Trabalhou no comércio a vida inteira, vendendo tecidos de porta em porta, depois abriu sua própria loja.

No Rio de Janeiro, “(...) boa parte dos imigrantes ganhava o sustento de suas famílias com o pequeno comércio, fosse como *clientéltchik*, fosse como proprietário de armazinhos, lojas, de móveis, tecidos ou artigos femininos.”. (LIMONCIC, 2020, p.53). A vida precisa ser narrada. É do encontro das falas e escutas que nasce a cultura. Ser plural significa algo que fala um pouco de cada um de nós. Bitter (2015) analisa essa Praça Onze diversificada, multivocal e heterogênea e quase torna palpável a imagem da *Yiddish Avenid* que se formou na região, mediante intensa instalação de moradias e atividades comerciais, econômicas, sociais, culturais e religiosas.

Das portas e janelas dos sobrados envelhecidas pela pátina do tempo, desponta o largo sorriso dos moradores, cujos corpos se animam ao som de *Chosen Kale Mazel Tov*, conhecida canção do folclore judaico, aqui, temperada com um forte sotaque de marchinha de carnaval. Uns e outros juntam suas mãos e formam uma roda para dançar ao som da música que acelera, gradual e freneticamente. (BITTER, 2015, p. 123-124).

Vassalo e Bitter (2018) analisam a dupla necessidade dos judeus que chegaram na cidade do Rio de Janeiro em reconhecerem-se integrantes de uma etnia específica judaica e, ao mesmo tempo, abrirem-se no desejo de certo grau de assimilação à cultura brasileira. Essa mistura étnica constituiu forte elemento na mobilização da fusão de símbolos característicos da cultura judaica e afro-brasileira.

Assim, afirmam um duplo pertencimento, ao mesmo tempo judeu e carioca, procurando equilibrar-se nessa tênue e difícil fronteira entre marcar diferenças e enfatizar porosidades e permeabilidades. Por outro lado, celebrar os hibridismos que estão na base das construções identitárias e culturais também remete a um posicionamento contra o preconceito e a discriminação racial. (VASSALO; BITTER, 2018, p. 120).

Olívia conta que Abel adorava o Brasil, tinha certeza de ser este seu país. Mais tarde naturalizou-se brasileiro. Tinha muitos irmãos aqui que tinham vindo antes da guerra. Uma irmã que aqui já residia, era vinte e seis anos mais velha do que ele e quando Abel aqui chegou, com seus vinte anos de idade, ela o acolheu como filho. “Ele não tinha dinheiro, tinham questões econômicas difíceis, mas tinha um apoio emocional muito forte porque tinha essa irmã e outros irmãos também.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021). A língua Yiddish, rica em tradição,

herança cultural, piadas, provérbios, canções e literatura, permaneceu ativa pelo tempo no cotidiano da casa dos avós. “Meus avós falavam Yiddish direto. Era assim: ‘Eu quero conversar uma coisa para as crianças não entenderem, vou falar Yiddish’ (risos). Ninguém tinha interesse em te ensinar.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Na pesquisa de Burton (2011), netas e netos de sobreviventes contaram que souberam as histórias de seus avós por intermédio direto deles, os avós, ou pelas narrativas de seus pais – segunda geração. Aqueles que escutaram ou sabiam com mais clareza de detalhes e nuances sobre a realidade da experiência vivida, demonstravam um pouco mais de impacto angustiado em suas narrativas, entretanto, o que saltou na pesquisa foi a reflexão diferenciada diante da vida que todas e todos pareciam assumir.

É com Bakhtin (1997) que nos certificamos da inexistência do ser acabado e do acontecimento como algo fechado e conclusivo. Olívia, em sua narrativa, traz justamente o sentido de abertura ao que chega na vida e muda pensamentos e atos. A neta, que narra o avô escravo aos quatorze anos de idade e sua chegada ao Brasil sem estudo e formação educativa institucional, entende que deixar essa memória viva é resistir contra a barbárie, contribuir no fortalecimento de relações mais solidárias e humanas, romper com o aprisionamento do conhecimento que não dialoga e interage.

### **3.7** **Iolanda e Davi**

De toda uma família grande de pais, irmãos, tios, tias, Davi foi o único sobrevivente da guerra. Sua bisavó morreu no primeiro campo de concentração em que foi levada. Nesse campo, os nazistas dividiram as mulheres para um lado e os homens para o outro; a partir daí seu avô, que à época tinha seus doze anos de idade, nunca mais viu a mãe. Seguiu até o final da guerra com o pai, o bisavô de Iolanda, que morreu de difteria no último campo de concentração em que foi levado.

Quando acabou a guerra, ele estava no trem. O trem parou e deixaram todos os passageiros sentados lá. Ele lembrava muito de um homem - não sabia dizer de onde era, achava que era grego - que foi verificando para ver se encontrava alguém vivo. Meu avô estava de olhos fechados, não sentia mais nada, nem frio, nem medo, e o rapaz foi verificando. Estavam todos de olhos abertos, mortos. Ele

estava de olho fechado e vivo. O rapaz então falou alguma coisa em latim, ele não entendeu e o rapaz foi embora. Depois ele voltou com um copo de leite, segurou a cabeça do meu avô, deu um leite. Ele contava que poderia até ter morrido naquele momento, porque foi muita ingestão de calorias, mas aquele leite teve o efeito contrário em seu corpo, fez com que ele revivesse. Pesava 21 quilos quando a guerra acabou. Dali foi para um campo de refugiados. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Bauman (1998) enfatiza a necessidade constante de voltarmos os olhos, de modo aguçado, aos padrões da ação racional moderna supostamente já compreendida, a procura de novo conhecimento que descubra alguma explicação para o ocorrido no Holocausto. “A maioria dos que executaram o genocídio eram pessoas normais, que passariam facilmente em qualquer peneira psiquiátrica conhecida, por mais densa e moralmente perturbadora.”. (BAUMAN, 1995, p. 39). Pessoas que matavam por desejo, prazer ou obediência no sentido de sentirem-se peça fundamental dentro de um sistema completamente organizado em nutrir aversão pelo outro, enaltecer a aflição do sofrimento físico e emocional e inibir a vida em sua forma mais horrenda.

Davi estava em um trem onde nada mais sentia, nem frio, nem medo. Na contramão do esperado, aqueles que tinham olhos abertos eram os mortos; os vivos, talvez envoltos na ação de economizar a última centelha pulsante de energia de vida, tinham fechados seus olhos. O leite que chegou, trazendo de volta a vida, poderia ter trazido a morte, tamanha incoerência perpetrada pela brutalidade. O pensamento e conhecimento se dão em campos de tensões e multiplicidades (AMORIM, 2003). Agir eticamente é atuar na tensão e nas tantas possíveis formas de compreender a história. Conhecer para perguntar. Perguntar para procurar respostas. Responder para atuar no mundo.

Assim que a guerra acabou, Davi acompanhou muitas discussões entre os militares sobre o que fazer com as pessoas que estavam vivas, se matavam ou não matavam. Imediatamente depois, foi para um campo de refugiados, ainda na Polônia. Inicialmente mandaram que voltasse para um campo de concentração mediante a explicação de que os campos tinham virado campos de refugiados, porém ele não quis entrar. “— ‘Acabei de sair de lá, eu não vou voltar’. Os campos ainda estavam com os arames farpados. Depois tiraram os arames e então ele topou entrar. Tinha cama, higiene, comida, as coisas foram melhorando. No

campo de refugiados ele foi voltando a se sentir gente.”. (Iolanda; entrevista realizada 08/06/2021).

Voltar a se sentir gente. A frase é forte. De quem é sua autoria, do avô ou da neta? Quais subjetividades se encontram presentes ao pensarmos a frase, se dita por Davi? E se dita por Iolanda? A ação de voltar a se sentir gente dita pela boca de um sobrevivente é mais que ter plena consciência sobre a totalidade da falta de condição humana a que foi submetido, é também preocupar-se em acalmar o ouvinte em seu sofrimento mediante a declaração de que um vindouro tempo, com melhores condições, acabara de chegar. Esse agir instaura com o pensamento uma convocação que mobiliza, cobra assinatura ética que só o agir pode firmar.

Por outro lado, a frase, se dita pela boca da neta do sobrevivente, dá pistas de possuir reflexão mais aprofundada sobre a experiência de horror vivida pelo familiar. A pesquisa realizada por Burton (2011), na via de mão contrária às suas hipóteses iniciais, não encontrou a presença de sentimentos de trauma, angústia ou melancolia nas narrativas da terceira geração. Entretanto, observou uma quase comum manifestação de reação mais reflexiva, quando comparada a narrativas de pessoas da mesma idade que não tiveram familiares sobreviventes do Holocausto.

Ele contava que quando acabou a guerra ficou vagando junto a outros judeus pelas ruas, antes de ir para os campos de refugiados. Eles estavam na rua, com a roupa do corpo, sem dentes, não tinham absolutamente nada. Batiam nas portas de algumas famílias para pedir comida. Uma vez uma moça, onde ele foi pedir casca de batata, perguntou: ‘Por que vocês pedem as cascas e não as batatas?’’. Só ali ele se deu conta que podia pedir a batata. Sequer passava pela cabeça dele que alguém lhe daria a batata, por isso ele pedia somente as cascas. A pergunta daquela mulher trouxe um pouco de humanidade a ele. A mulher deu batatas, perguntou se ele queria ovo também. Ele nem se lembrava mais da cor do ovo, que tinha gema dentro. (Iolanda; realizada 08/06/2021).

Iolanda fala de uma pergunta que trouxe ao seu avô um pouco de humanidade. A perspectiva que traz de volta a humanidade parece ter relação com perceber o outro como ser vivo, singular, portador de excedente de visão que de alguma forma pode completar provisoriamente a incompletude (GERALDI, 2013). Davi pedia somente as cascas de batata porque, depois do ódio vivido, sequer podia se imaginar merecedor das batatas. Entretanto, com pergunta que provoca resposta, a mulher evocou em seu interior a certeza não somente do

merecimento às batatas, aos ovos, às gemas, mas também e principalmente ao início de uma nova experiência humana, enriquecida de novos sentidos, fortalecimentos.

Davi viveu de perto o horror da guerra. Mais tarde, no Brasil, casou e construiu família. Nas palavras de Iolanda, teve uma vida digna, feliz, rodeada de amigos. O encontro que acontece com os muitos outros, as vozes alheias que jamais podem ser esquecidas, impulsionam a novas leituras de mundo, interação, ação. “Cada pessoa é constituída pelo outro, pelas vozes alheias, que não podem ser esquecidas.”. (KRAMER; SILVEIRA, 2020, p. 4).

Durante a guerra, Davi e seu pai combinaram que, se fossem separados e sobrevivessem, se encontrariam no Brasil. Uma tia de Davi tinha conseguido vir para o Rio de Janeiro antes da guerra. “Ao longo da guerra meu avô tinha sonhos de que estava sobrevivendo e vindo para o Rio de Janeiro.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021). Quando teve a oportunidade de sair da Europa, o Brasil foi o primeiro lugar que tentou, mas a entrada aqui à época exigia abster-se da identidade de judeu. “Era necessário dizer que era católico. Ele contava que pensou: ‘Eu passei por isso tudo cinco anos, perdi toda a minha família, tentaram fazer com que eu perdesse a minha identidade e eu não vou perdê-la agora. Ser judeu é a única coisa que eu tenho, não me sobrou mais nada além disso’.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Davi então, antes de vir para o Brasil viveu um ano em Nova York. “Foi por meio dos anúncios que circulavam que ele começou a procurar essa tia no Brasil e encontrou. Veio com visto de turista, depois conseguiu toda a papelada e morou com a tia, o marido e o filho, que foi o melhor amigo dele a vida inteira.”. (Iolanda; entrevista em 08/06/2021).

A pessoa é um ser de relações que não se encontra somente no mundo, mas está *com* o mundo (PENA, 2017). Davi não era professor de formação, mas suas palavras falavam fundo à formação humana de dezenas de alunas e alunos que, ao longo do tempo, o escutaram e com ele aprenderam mais sobre vias de caminhos a uma vida emancipatória, disponível ao outro. Estar no mundo é transcender, sair do lugar do limite que fecha fronteiras, é relacionar-se consigo e com o outro em postura receptiva e disponível.



## 4

### Não apagar para não repetir: a resistência no cotidiano da educação

De seiscentos e cinquenta, todos os que então partíramos, voltávamos três. E quanto perdêramos naqueles vinte meses? O que encontraríamos em casa? Quanto de nós fora corroído, apagado? Retornávamos mais ricos ou mais pobres, mais fortes ou mais vazios? Não sabíamos (...) logo, amanhã mesmo, devíamos lutar contra inimigos ainda ignorados, dentro e fora de nós: com que armas, com que energias, com que vontade? (...) os meses transcorridos, embora duros, de vagabundagem às margens da civilização, pareciam agora uma trégua, um parêntese de ilimitada disponibilidade, um dom providencial, embora irrepetível, do destino. (LEVI, P., 2010, p.211).

As demandas judaicas de resistência começaram a ganhar força no ano de 1960 com o julgamento de Eichmann, em Jerusalém<sup>20</sup>. Desse ponto em diante, uma série de obras escritas por sobreviventes, de cunho memorialístico, começaram a ganhar espaço. A ação de rememorar tomou um caminho de importância histórica. Os sobreviventes começaram a contar ao mundo experiências de horror pelas quais tinham passado. A comunidade internacional judaica se apresentou, a relevância da memória do Holocausto se iluminou.

Mas de que maneira se pode fomentar o compromisso com a memória na educação? Professor e escola são protagonistas na ação política de não esquecer o passado? Como desconstruir afirmações impostas como verdades absolutas que tentam, incessantemente, moldar a realidade, impedindo o questionamento, a investigação?

Segundo Kátia Lerner (2005), as frases: “Não esquecer jamais” e “Nunca outra vez” tornaram-se slogans a partir de uma promessa coletiva de sobreviventes que se reuniram no Encontro Mundial de Sobreviventes, ocorrido em Jerusalém, no ano de 1981. São frases que trazem potência no tema da resistência e elegem a memória como elemento central na luta contra a repetição de uma barbárie.

Para Freire (1987), a consciência opressora por vezes imprime no oprimido suas pautas nas quais no centro se coloca o temor pela liberdade. Os

---

<sup>20</sup> O julgamento e toda a sua cobertura pelos meios de comunicação fizeram renascer o interesse pelos acontecimentos da guerra, e o aumento verificado na publicação de memórias e trabalhos acadêmicos ajudou a consciencializar o público em geral sobre o Holocausto. O julgamento teve grande cobertura da imprensa na Alemanha Oriental, e muitas escolas incluíram material sobre o assunto nos seus programas. Em Israel, os relatos das testemunhas no julgamento resultaram em um conhecimento mais profundo do impacto do Holocausto nos sobreviventes, em particular entre os cidadãos mais jovens que nunca tinham passado por opressão levada a cabo pelo Estado ([wikipedia.org/wiki/Adolf\\_Eichmann](http://wikipedia.org/wiki/Adolf_Eichmann)).

oprimidos passam a temer a liberdade por acreditarem não serem capazes de correr o risco de assumi-la; lutar por ela passa a ser ameaçador à própria existência. O opressor imprime no oprimido marcas de totalidades desumanizadas e dezumanizantes que o convencem a cada vez mais ser menos.

Daí a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isso implica o reconhecimento crítico (...) para que, através de uma ação transformadora (...) se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais. No momento, porém, em que se comece a autêntica luta para criar a situação que nascerá da superação da velha, já se está lutando pelo *ser mais*. (FREIRE, 1987, p.34).

Em 2018, foi incluído à nova BNCC<sup>21</sup>, como tema obrigatório para o 9º ano do segundo segmento do ensino fundamental, o ensino do Holocausto, sob o título de “Judeus e outras vítimas do Holocausto”, o que representou, em âmbito nacional, uma conquista, um avanço. A inclusão de tal tema à BNCC, proposto pela Confederação Israelita do Brasil/CONIB, ratifica a luta contra o apagamento do passado e convida à necessária pergunta: E na prática, dentro da escola, como isso acontece?

A inclusão do tema à BNCC não traduz inteira novidade. Anterior a ela, pode-se citar como exemplo duas leis locais que já garantiam o ensino e a preservação da memória do Holocausto: a Lei municipal n. 10.965/2010, que tornou obrigatório o ensino do Holocausto nas escolas da rede municipal de Porto Alegre -RS; e a Lei Estadual n. 6057/11, que dispunha sobre o ensino de noções do Holocausto nazista na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. A publicação de ambas as leis sugere que, àquela época, havia no Brasil um momento de discussão importante sobre racismo, memória de povos submetidos e explorados e reparação histórica, exemplificados também pelas Leis Federais n. 10.639/03 e n. 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino das temáticas afro-brasileiras e indígenas. Como destacam Meinerz e Camargo (2019), as leis em questão são fruto de ações de movimentos sociais organizados, com intenção étnico-racial, na direção da construção e solidificação do reconhecimento de uma determinada

<sup>21</sup> Base Nacional Comum Curricular: norteia os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>).

memória social, capaz de se consolidar em memória histórica aceita e compartilhada.

O ensino obrigatório da história do Holocausto pode ser entendido não só pelo viés da memória, como também pelo caminho do ensino antirracista, que rechaça todo e qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Para Teixeira da Silva e Schurster (2016), a história do Holocausto deve ser conhecida por ter sido ato de desumanidade absoluto e ter gerado diversos instrumentos de resistência tais como testemunhos de sobreviventes, filmes, livros, produções teatrais, museus e monumentos. “Educar contra a barbárie exige este salto de tigre, salto dialético na educação, nos processos de formação humana e transmissão da cultura.”. (KRAMER, 2014, p.3). Nesse sentido, a escola e o professor são proeminentes.

Princípios de fascistização ainda são possíveis de serem encontrados em muitas das instituições presentes tanto na estrutura do Estado (...), quanto no corpo social. (...) Isso nos leva a repensar sobre o que ensinamos e o que aprendemos nas escolas (...) Esta (re) avaliação passa, necessariamente, pelo papel desempenhado pelo professor (a incluir a formação desses profissionais), pelo material didático disponível, e pelo debate de como se introduz nas escolas, em quaisquer níveis, o ensino de História de eventos traumáticos. (TEIXEIRA DA SILVA; SCHURSTER; 2016, p. 747).

Se a legislação brasileira garante o ensino da história do Holocausto, isto precisa acontecer na prática da ação docente, na discussão dentro da escola. Como alerta Meinerz e Camargo (2019), esse tema não pode ficar relegado a uma nota de rodapé ou a um apêndice dentro do capítulo dedicado à Segunda Guerra Mundial de um livro didático. Os autores destacam a possibilidade de entrecruzamentos do tema em diversas ações pedagógicas da escola como um dos caminhos à superação de um caráter curricular conteudista e prescritivo. O tema, por ter duplo caráter, educacional e social,

(...) extrapola o currículo prescritivo do ensino de conteúdos específicos, pois pressupõe práticas pedagógicas cotidianas capazes de entrecruzar planejamentos, projetos políticos pedagógicos, formação de professores, materiais didáticos, espaços coletivos em processos de avaliação contínua e de gestão democrática. (MEINERZ; CAMARGO; 2019; p. 15).

Pensar sobre esta questão é adquirir consciência sobre a importância de se questionar as maneiras de se fazer o mundo, isto é, de se levantar dúvidas sobre as visões de mundo e operações práticas, com frequência impostas à sociedade por opressores, detentores do poder. Para Bauman (1998), o genocídio moderno traz características peculiares: tem um propósito definido e se constitui em benefício de uma engenharia social que possui por objetivo produzir uma sociedade perfeita. É forte no autor a ideia de modernidade como um grande projeto de ordem mundial, através de buscas incessantes de formas de conhecer, classificar e controlar o mundo. O Holocausto nasce na ideia da ordem, do controle absoluto e adequado das condições da vida humana.

O genocídio moderno, como a cultura moderna em geral, é um trabalho de jardineiro. É apenas uma das muitas tarefas que precisam empreender as pessoas que tratam a sociedade como um jardim. Se o projeto de um jardim define o que é erva daninha, há ervas daninhas em todo o jardim. E ervas daninhas devem ser exterminadas. **Eliminá-las não é uma tarefa destrutiva, mas criativa.** (negrito meu. BAUMAN, 1998, p.116).

Olhar um outro como erva daninha, classificá-lo, defini-lo. Diante da definição, segregá-lo, esterilizá-lo, impedir sua reprodução, eliminá-lo. Eliminar não é destruir, mas criar algo novo, pronto, acabado, incorrigível e pleno de sentido – ainda que não faça sentido algum. Eliminar a erva daninha não é destruí-la sem propósito, mas criar uma sociedade perfeita - sem a erva - que caminhe ao lado da racionalização científica, extrema objetividade e planejamento de controle social.

#### 4.1

#### **“Era uma escola que falava sobre o Holocausto e também sobre tantos outros episódios de genocídio”**

Elaine não estudou ao longo da vida em escola judaica. Atribui o conhecimento que tem mais aprofundado do Holocausto às iniciativas particulares que empenhou.

Eu lembro desse tema ser falado nas aulas de História. Me lembro de ser criança e já dividir algo com meus amigos disso que eu, provavelmente, nem tinha consciência do que fosse, mas que de alguma forma me fazia sentir diferente na escola. Na minha escola tinham crianças que eram de outras religiões, era uma escola laica que falava muito abertamente sobre todo tipo de preconceito e tinha

também uma consciência social muito grande com isso. Inclusive a escolha dos meus pais por colocarem eu e minha irmã nessa escola, além da proximidade do local onde morávamos, era o fato dela ter uma veia política que, na época, era importante para os dois. Eles pesaram e decidiram que seria melhor para mim e minha irmã que tivéssemos contato com o diferente também. Foi uma escolha, da parte deles, bem consciente. Era uma escola que falava sobre o Holocausto e também sobre tantos outros episódios de genocídio, de outros lugares, sobre preconceitos raciais. A temática da justiça social era muito presente na escola, mas não era uma coisa limitada ao tema do Holocausto. (Elaine; entrevista em 23/03/2021).

O conhecimento de mundo e de si próprio se dá no cotidiano das relações que acontecem entre pessoas e instituições. A aprendizagem acontece na negociação com interlocutores, ou seja, no diálogo entre ideias e propostas de professores e alunos. Elaine fala da escolha dos pais por uma escola não judaica para que tivessem contato também com o diferente, e no tempo presente analisa essa escolha como consciente. Conta ainda de uma escola crítica, política, atenta ao preconceito, racismo, desumanização. Sua análise de não ser a temática da justiça social limitada ao tema do Holocausto, traz pistas de ser uma escola que indaga sobre a história e seu compartilhamento ativo “(...) por meio de cumplicidade consentida entre ele e seus interlocutores.”. (JOBIM E SOUZA; CARVALHO, 2016, p. 101).

A aprendizagem exige tempo de reflexão, investimento e disponibilidade. Pensar o Holocausto não como anomalia separada do acontecimento de tantos outros genocídios e barbáries é justamente não lhe conferir um tratamento burocrático, isolado, atípico. É com Bauman (1995) que entendemos o Holocausto síntese da civilização moderna com todo o seu espírito condutor, prioridades e visões inerentes de uma soberania que traz massificação controlada, perda de autonomia, liberdade e criticidade de pensamento, organização de genocídios literais e subjetivos. O temor que assola, diz Bauman (1995), encontra-se na perspectiva de que barbárie e modernidade sejam duas faces de uma mesma sociedade, confortavelmente presas, e que uma não consiga mais sobreviver sem a outra.

O indizível horror que permeia nossa memória coletiva do Holocausto (...) é a corrosiva suspeita de que o Holocausto possa ter visto mais do que uma aberração (...) mais do que um tumor canceroso (...): a suspeita, em suma, de que o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo o que ela representa. (BAUMAN, 1995, p. 26).

Nunes e Pereira (2008) falam do homem moderno que, ao decretar sua autonomia, sabe que perdeu algo, embora efetivamente não entenda como e o quê. Unir o pensamento à correspondência de um significado preciso, determinado pontualmente por um objeto, coisa, fato que se resolve fechado em si mesmo é com a burocracia se relacionar; é abrir-lhe portas perigosas. Homogeneizar, negar o diferente e o contraditório, seguir ordens de modelos únicos impostos pela via do autoritarismo com nova roupagem.

Nasce a burocracia e, com ela, o pensamento protocolar, lógico. Certidão de nascimento. Carimbo. Carteira de identidade. Carimbo. Título de eleitor. Carimbo. Certificado de serviço militar. Carimbo. Cadastro de pessoa física. Carimbo. Número de matrícula. Carimbo. Nota escolar. Carimbo. Diploma. Carimbo. Carimbo. Carimbo. (NUNES, PEREIRA, 2008, p. 47).

A experiência de ouvir narrativas dos avós, estudar o tema na escola não judaica e, algum tempo depois, caminhar em busca de novos aprendizados sobre o tema, vai na contramão do carimbo burocrático que autoriza a repetição; mas favorece contexto de discurso polifônico, no qual entram em jogo múltiplas vozes. “A polifonia é da ordem do discurso e, portanto, do acontecimento: outras vozes se fazem ouvir, num dado momento, num dado lugar, dando origem a uma multiplicidade de sentidos.”. (AMORIM, 2002, p.12).

Eu moro em Berlim e é a minha terceira vez morando em Berlim. Acho que eu já visitei mais museus sobre o tema do que muita gente no Brasil porque a cidade é repleta de museus que falam somente sobre isso. Na minha primeira vez morando aqui, que foi em 2007, foi inclusive uma estadia difícil porque eu fui a todos esses lugares, existia uma relação de emoção e de ficar mexida por conta de visitar e ver essas histórias. Emoção que talvez eu não tenha sentido tanto no Rio de Janeiro. (Elaine; entrevista realizada em 23/03/2021).

Bakhtin aposta na relação de alteridade entre o *eu* e o *outro* que deixa espaço para a constituição das individualidades que jamais estão acabadas, porque receptivas a novas chegadas que vivem, falam, alteram, marcam, acrescentam e transformam. Elaine narra suas relações com a cidade, os museus, esses muitos *outros* que afetaram justamente porque interagiram com suas experiências de vida. Para Carvalho (2020), museus dialogam com trajetórias de vida das pessoas. Elaine, ao visitar museus, vê seu passado, sua história. Interage com espaços

convidativos a vivências e conexões com suas experiências singulares e significativas que afloram, se abrem.

## 4.2

### **“Na escola eu conseguia correlacionar: ‘aconteceu com meu avô, aconteceu com todos’”**

Na escola onde estudava, Fernando ouviu testemunhos, depoimentos e narrativas – por vídeos e ao vivo – de outros sobreviventes que falaram, muitas vezes fugindo à cronologia histórica, sobre suas experiências vividas em guetos e campos de concentração.

Sempre estudei em escola judaica e lá aprendi sobre o tema, tive a oportunidade de falar com outros sobreviventes. Lá foram pais, avós de amigos que falavam muito mais que meus avós. O Sr Laks que, por acaso, era amigo do meu avô materno, foi algumas vezes falar para nós. Uma das coisas que mais nos marcava era a fala dele sobre a experiência que viveu e o fato de depois abrir espaço para conversar conosco. Eu sentia toda essa dor do meu avô, mesmo sem conversar com ele diretamente. Na escola eu conseguia correlacionar: ‘aconteceu com meu avô, aconteceu com todos, para ele não foi diferente do que com os outros.’. (Fernando; Entrevista 15/03/2021).

A memória que irrompe fragmentada de cronologia histórica contém vazios e silêncios, sugere potencialidade na descontinuidade e aflora metáforas do horror (WALDMAN, 2019). “Se, então, testemunhar é tentar preservar uma memória, para as testemunhas e/ou sobreviventes dos campos de concentração, narrar essa “experiência limite” é atestar a impossibilidade de dizer e de traduzir o indizível.”. (SILVA, H.R., 2008, p.226).

Há uma profunda separação entre a experiência vivida no mundo dos campos de concentração e as narrativas que contam sobre o vivido. Geralmente as narrativas são pontuadas de pausas, frases inacabadas, busca por palavras e ausência de cronologia de tempo histórico. “A palavra do sobrevivente é descontínua, incompleta e entrelaçada de interjeições. Expressando uma interiorização da memória coletiva, a memória individual reconstrói, de maneira fragmentada, uma identidade de grupo.”. (SILVA, 2008, p.226). Contar singulariza a experiência, ainda que nutrida do pronome *nós*. A narrativa é autoral, mas construída coletivamente, feita de muitas vozes em interlocução. Os enunciados são feitos de relação recíproca entre contexto e sujeito e são inter-relacionados a diferentes experiências vividas, ouvidas, sentidas.

Kramer (2014) traz a dimensão da memória contada não em ordem temporal cronológica, mas como peças de uma coleção que, juntas, trazem a totalidade que se revela. Lembrança, esquecimento, resistência e dignidade aparecem nas narrativas de um sobrevivente do Holocausto: seu pai. Falar, para alguns sobreviventes, é fazer história, ocupar lugar essencial de resposta responsável, ser ativo e vivo no processo histórico. Contar pode ainda recuperar um sentimento que o identifica como sujeito na existência e fornecer sentido de pertencimento à história que não é de um povo específico, mas de toda a humanidade.

Chialé, ao contrário da maioria dos sobreviventes que se constituem no silêncio sempre falou do que passou, viu, sentiu, aprendeu; dos valores e de como sobreviveu ao genocídio e aos campos. Sua narrativa trazia os outros que o ajudaram dando-lhe sua comida por ser mais jovem e ter mais chance de sobreviver. Palavra dada pelo outro: sobreviva para contar; para que nunca mais se repita “é preciso que todos saibam.”. (KRAMER, 2014, p.2).

Fernando conta que já fez muitas visitas a museus em Israel, ao Museu Casa de Anne Frank, na Holanda, entre inúmeros outros no Brasil e fora dele. Já participou de muitas conversas em família, na escola. Constantemente encontra-se empenhando em ver novos filmes que versem sobre a temática do Holocausto, porque considera que não se pode esquecer a barbárie e essa é grande lição: não esquecer.

Hoje eu vejo as escolas de uma forma geral, e não somente as judaicas, mais ativas, atuantes e fortes em contar essas histórias. Não dá para dizer que traz um alento, mas fico feliz em ver que escolas não judaicas dão mais importância a esse assunto hoje. É papel de todo mundo promover acesso a esse conhecimento, afinal foram 75 anos que se passaram e não pode nunca cair no esquecimento porque faz parte de uma história que não é somente dos judeus, mas de todos. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

Ser neto de sobrevivente interferiu em muitas escolhas que já fez no decorrer de sua vida, contou Fernando. As escolhas têm a ver tanto com tomadas de decisões sobre o que fazer e não fazer - como agir, pensar, relacionar -, quanto com a consciência de ter que lutar para que nunca mais aconteça. “A minha árvore genealógica vem dali, vem também desse trauma, vem de duas famílias partidas



que se juntaram para fazer uma nova, e isso com certeza faz parte de mim: não tem como negar.”. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

### 4.3

#### **“Quando eu vi as cabanas dos partisans foi uma lavada forte e muito intensa”**

Bernardo conta que certa feita fez uma viagem a Israel através da Instituição Hillel<sup>22</sup>. Foi uma viagem marcante, feita de encontros com muitos lugares, documentos, fotos, histórias, memórias. A ida ao Museu do Holocausto foi intensa, cheia de energia, reveladora.

Eu estava com um grupo de quarenta pessoas. Tinha muita gente chorando porque é muito forte. Tinham no grupo netos de sobreviventes dos campos. Mas até então eu estava tranquilo. Até que cheguei na área em homenagem aos partisans, que era uma área externa onde construíram réplicas das cabanas que eles construíam nos lugares. Quando eu vi as cabanas dos partisans, parece que me deu um bloqueio. As pessoas iam entrando na cabana, todo mundo entrando, olhando, mas eu fiquei por último. Quando saiu todo mundo, eu entrei sozinho e lá eu despenquei de soluçar. É uma coisa que você carrega há muitos anos, mas você não tangibiliza a sua realidade em relação ao Holocausto (...) ali foi uma lavada forte e muito intensa. (Bernardo; entrevista 10/03/2021).

Aarons e Berger (2017) destacam que, envolvidos em uma tentativa de navegar no abismo entre a escuta real e imaginável, entre o reconhecível e o extraordinário, netos e netas de sobreviventes buscam tornar familiares a si paisagens irreconhecíveis do passado. Muitos realizam viagens físicas a locais de origem de seus avós, visitas a campos de concentração, museus e exposições onde existam documentos e artefatos físicos – roupas, calçados, malas, documentos pessoais, fotos, objetos – na expectativa de viver aquele chão físico por onde andaram seus avós, o terreno ainda não mapeado.

Os netos de sobreviventes do Holocausto percebem os impactos desse evento em suas individualidades, na família e nos contextos sociais dos quais fazem parte. As análises exploram a maneira com a qual, face a um evento

<sup>22</sup> O Hillel Rio de Janeiro é uma instituição cultural e educacional sem fins lucrativos voltada para a juventude da comunidade judaica carioca. Integra o Hillel Internacional ([www.hillel.org](http://www.hillel.org)), fundado há quase 80 anos e presente em mais de 550 cidades ao redor do mundo. No Rio de Janeiro desde 2004, o Hillel é uma das instituições comunitárias judaicas mais fortes do Brasil e busca envolver ativamente judeus nas raízes da tradição judaica. Possui uma visão de pluralismo judaico e, portanto, respeita e envolve vários movimentos (<http://hillelrio.org.br/hillel/>).

genocida, fundamentado no extermínio, “(...) membros da terceira geração parecem sentir que têm uma missão pessoal e coletiva de lembrar o Holocausto, porque entendem que os sobreviventes estão alcançando o fim de suas vidas.”. (LAZAR; LITVAK-HIRSCH; CHAITIN, 2008, p.116).

Os sentidos impressos pelo mundo em Bernardo marcaram a formação de sua consciência no tempo presente, na visão que possui da história de seu avô e do tema do Holocausto. “É aquilo, se eu pudesse dar uma dica para mim mesmo mais novo, eu falaria: - ‘vai mais afundo na história da sua família, do seu avô e aproveita enquanto ele estiver aqui, porque depois você vai se arrepender e não vai ter perguntado o que queria’.”. (Bernardo; entrevista 10/03/2021). Os sentidos escritos pelo mundo marcaram encontros com livros, filmes, documentários e inclusive viagens a lugares que se conectam com a história do Holocausto. “Quando fui para Amsterdã, a casa da Anne Frank, por exemplo, foi um lugar que para mim foi muito pesado.”. (Bernardo; entrevista 10/03/2021).

A história de Saul aconteceu, singular e ao mesmo tempo coletiva. Memória que jamais pode ser esquecida, diz Bernardo. “Eu busco, da minha forma, trazer essa tradição, olhar para os preceitos judaicos de família, união, acolhimento, ajuda. São esses os principais valores que eu levo e que vieram muito do meu avô.”. (Bernardo; entrevista 10/03/2021). A narrativa dá foco às vidas e acontecimentos individuais. Testemunhos e depoimentos orais que trazem memórias olham o passado do tempo presente e impulsionam tomadas de atitude em pluralidade de complexidades e mobilidades.

#### 4.4

#### **“Estar no museu, ver os objetos da época, pedaços do trem, isso te coloca em outra dimensão”**

Mariana relatou a intensa convivência que tinha com seu avô e rememorou situações de felicidade vividas no cotidiano de suas relações. O desafio posto de compreender o sentido de felicidade como sentimento almejado pela humanidade convida a abertura de portas de acesso a infinitas subjetividades em permanente processo de transformação. O sujeito se constrói na grande temporalidade histórica e a tomada de consciência, tanto das limitações, quanto das possibilidades e qualidades humanas, convida a olharmos para dentro das nossas experiências de vida (JOBIM E SOUZA, 2003). As histórias singulares são as

histórias da própria humanidade. A felicidade então passa a ser convocação a descobertas de tantos outros sentidos possíveis à existência.

Íamos à sinagoga e a felicidade dele quando entrávamos lá era muito grande. Nesta sinagoga tinha uma divisão: os homens ficavam na frente, as mulheres atrás. A gente era criança e entrava escondido na parte dos homens, não era uma sala tão ortodoxa, então entrávamos escondidas, eu e minha irmã, e líamos com o meu avô. Ele ficava muito feliz. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Abel sentia-se feliz ao ver suas netas entrando na sinagoga. A felicidade era grande e a leitura dos livros parceira no chamamento à consciência para o enfrentamento do mal-estar de tudo que um dia fora vivido. Elas, as netas, entravam escondidas, liam com o avô e ele ficava feliz. Nas palavras de Jobim e Souza (2003) há urgência constante do resgate dos sentimentos humanos essenciais na chegada da felicidade. Felicidade que rompe o vazio das experiências, histórias, sonhos, desejos. Felicidade que singulariza a experiência, que não é desvio, delito ou ato exótico. É realidade, cotidiano, sentimento.

Lembro também dele muito feliz quando começamos a ter aula de Yiddish na escola. Ele e minha avó conversavam em Yiddish. A minha infância foi tipicamente marcada por eles conversando em Yiddish sem entendermos nada (risos). Aí na escola, eu aprendi algumas frases, palavras e me lembro dele olhando muito impressionado. Eu devia ter oito anos e ele olhava impressionado: ‘como ela aprendeu a falar Yiddish? Quem está ensinando para ela?’ E eu lembro dele muito alegre. Qualquer coisa que fazíamos que voltasse, relembresse a cultura, coisas que ele viveu antes da guerra trazia muita alegria. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Adultos e crianças necessitam uns dos outros, constituem-se e se fortalecem na relação. A relação diz de algo que é construído no processo e de forma ativa, potencial. Escutar a neta criança falando Yiddish seria a certeza do não apagamento de sua própria história? Como afetamos e somos afetados em nossos sentimentos? Para Buber (1977), é dimensão humana a tomada de conhecimento íntimo, o ato e a presença. Tomar conhecimento, agir e responder é concretização da existência. O avô, ali, na escuta do Yiddish falado pela neta de oito anos estaria, nesse face a face, estreita aresta, se conectando com sua própria humanidade, com a essência de sua própria existência? Buber (1977) reflete sobre o encontro verdadeiro que faz da pessoa um *mensch*, capaz de oferecer resposta ao outro dentro da dimensão inter-humana.

A felicidade sentida e compartilhada por Abel ao ouvir o Yiddish dá pistas de terem sido respostas à sua própria vida de sobrevivente; respostas que atingiam seu interior, que não escapavam à responsabilidade de sua própria vida e às amplas aberturas de novos caminhos. “O meu avô foi um sobrevivente. Essa frase: ‘passou por uma coisa muito ruim e sobreviveu’ é muito forte para mim. Depois o que ele fez com a vida dele, sempre muito honesto, lutador, batalhador, construiu uma família.”. (Mariana; entrevista 10/03/2021). Escutar as perguntas procurando por respostas é iniciar o verdadeiro caminho do homem, diz Buber (2011), um caminho essencialmente humano, de autocontemplação decisiva e necessária.

O “caminho particular” é o caminho inconfundível que cada um tem em toda a sua existência, com sua corporeidade, sua alegria, suas necessidades. E de modo tão indivisível ele deve encarar o momento com a correta “Determinação”, sem oscilações, sem o “trabalho malfeito”, com a alma unida. (BUBER, 2011, p.53).

Mariana contou sobre as marcantes experiências que viveu em idas à museus do Holocausto. Sua narrativa impulsiona a ideia do espaço museu construtor de experiências que possuem como centro o processo ativo e espiral de transformação existencial. Nas visitas, pessoas e objetos, documentos, retratos, sons, vídeos e tantos outros tornam-se reais parceiros em autonomia e liberdade de pensamento. Museus judaicos são encontrados em diversos países narrando a história do povo judeu: “(...) tradições, rituais, cerimônias religiosas e diferenças entre os judeus de origens distintas (seculares e ortodoxos – judeus em seus países de origem, antes da migração).”. (CARVALHO, 2020, p.190). Em uma visita ativa, cada um é absolutamente livre para sentir, pensar e construir suas ideias com o que está vendo, se relacionando, apreciando.

Eu já visitei dois museus do Holocausto, o primeiro que eu fui foi em Washington DC, capital, nos Estados Unidos. Em 2007 era o maior museu do Holocausto fora de Israel, não sei se ainda é. Eu me lembro muito dessa visita, passamos quatro horas dentro do museu, não conseguíamos sair, foi muito impactante. Depois visitei o museu do Holocausto de Jerusalém, em 2012, em uma viagem que fizemos à Israel. Eu me lembro muito, mais do que livros, de estar no museu, ver os objetos da época, pedaços do trem, isso te coloca em outra dimensão. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Lerner (2003) destaca a importância de entendermos objetos que possuem e contam histórias, tanto na dimensão de suas trajetórias iniciais, antes de serem

partes de uma coleção organizada, quanto de suas trajetórias posteriores, ao serem integrados ao contexto de uma coleção. “(...) o objeto possui uma história, uma trajetória que se inicia antes mesmo de adquirir certo estatuto dentro da coleção e que se traça em diálogo com um contexto mais amplo.”. (LERNER, 2003, p. 2). São histórias próprias e contextos de coleções onde saltam diferentes perspectivas de saber, cultura, autoria e estética.

Quando um determinado objeto é inserido em um contexto, como de um espaço de um museu ou exposição, ele passa por processos de transformações em sucessivas reclassificações que se dão no centro de um sistema de símbolos e valores que também encontram-se em constante processo de mutação. “(...) as coleções não apenas criam novas taxonomias, mas elas o fazem em diálogo com sistemas classificatórios nos quais estão imersas, formulados em outras instituições.”. (LERNER, 2003, p. 2).

Museus são espaços de cultura potencialmente abertos à interação entre o conhecimento, a história, a arte e a estética (CARVALHO, 2020). Ali, no museu, relaciona-se diretamente ao conhecimento, história, arte e estética, a pessoa em sua dimensão ativa com seus muitos possíveis encontros e desencontros. Mariana contou dos pedaços de trem que a colocaram em outra dimensão. Se relacionar com pedaços, objetos muitas das vezes soltos de seus contextos, fragmentados, pode ser justamente o que enriquece o espaço do museu. O sentido de inacabamento e provisoriedade acolhe a criação e resgata a concepção polifônica do mundo que coloca em destaque a multiplicidade de sensações e pensares que surgem em cada interação singular.

O museu apresenta uma dimensão educativa que é intrínseca à sua estrutura, aos seus objetivos, ao seu papel social. Esse espaço, portanto, pode cumprir a sua função social - que é a de contribuir na formação do cidadão - na medida em que promove a sensibilização do olhar. (CARVALHO, 2020, p.202).

Na busca de sentidos a essa sensibilização, museus também são lugares de memórias, ativam lembranças, visões de mundo, colhem e acolhem sensações, impressões, sentimentos da vida. Museus também interagem com experiências entre passado, presente e futuro. Para Benjamin (2012), o passado não precisava ser o que era e o presente pode se transformar para que haja um novo futuro. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio,

mas o preenchido de tempo de agora.”. (BENJAMIN, 2012, p. 249). O autor diz de mergulhar nas partículas, nos restos em busca de compreensão, desde a menor parte até a totalidade. O mergulho vem da ideia de entender que a história rompe com a linearidade e qualquer dimensão mecanicista. O mergulho abre oportunidades de interpretar a história, escavá-la.

#### 4.5

##### **“Preservar essa memória é essencial para conscientizar e evitar”**

A relação de Gabriel com o tema do Holocausto foi aumentando conforme foi ampliando seu entendimento sobre o evento.

O tema me tocava de uma maneira particular por saber que os meus avós viveram aquilo. Doía saber tudo o que o meu avô passou; saber que eles perderam um filho lá no campo. É um tema que me toca bastante, me sensibiliza muito. Mas muito do Holocausto eu aprendi fora do meu núcleo familiar. Em algum momento eu li ‘É isto um homem?’, do Primo Levi; em algum momento eu vi ‘A lista de Schindler’, ‘O Pianista’. Os livros e filmes de alguma maneira me remetiam aos meus avós, às suas histórias. E foi me tocando mais dessa maneira, indiretamente. As conversas sobre o Holocausto lá em casa ocorriam naturalmente, mas não eram muito frequentes. (Gabriel; entrevista 09/03/2021).

Na busca por descobertas, informações e narrativas mais detalhadas, com frequência a terceira geração se vê em suas próprias narrativas diante de um projeto de autoconstrução e descoberta do passado fragmentado, fracionado, partido, que inevitavelmente envolve a conexão com o tempo presente (AARONS e BERGER, 2017). Suas histórias também são lançamentos de pistas sobre as lacunas não ouvidas com pouco mais de precisão e, portanto, podem ser analisadas como desdobramentos de uma narrativa familiar.

Gabriel fala de uma relação que foi se intensificando à medida que foi escavando essa história, entendendo suas partículas, restos, presenciando seu tempo presente: “Esses livros e filmes de alguma maneira me remetiam aos meus avós, às suas histórias.”. (Gabriel; entrevista 09/03/2021). A história descontínua marca o encontro secreto marcado entre as gerações. Compreender a história como algo linear e direcionado à dimensão do progresso é ceder a um conformismo, a uma racionalidade moderada, pretensiosamente neutra, incapaz de entender a história tal qual ela é, com suas realidades, contradições e subversões, diz Benjamin (2012). Para tanto, escavar e recordar é preciso.

Aos sobreviventes, a todos que opõem a que haja escravos, oprimidos, excluídos, a nós cabe a responsabilidade de mudar o passado, a contrapelo da direção esperada, contra o fatalismo que prega que as coisas aconteceram como deviam, são como deviam ser, serão como se prenuncia (...) mudar o presente significa mudar o futuro, abrir estreitamente a porta e mudar o passado, para que nunca mais se repita. (KRAMER, 2014, p.2-3).

Gabriel em algum momento da vida leu ‘É isto um homem?’, assistiu ‘A lista de Schindler’, ‘O Pianista’ e tantos outros. Arte e literatura ajudam a “(...) refletir sobre elos espaço temporais.”. (ABREU, 2016, p.48). A experiência autêntica apoia-se também na memória de uma tradição cultural, artística, literária, histórica. A partir desse caminho também é possível escavar; e escavando sempre se encontra algo sobre o qual pode-se pensar. As narrativas da terceira geração admitem a pertença à um sentimento judaico que se alia diretamente às histórias vividas por seus avós.

Encontros dialógicos marcam a existência. A fala de um sujeito que narra marca experiências que são singulares e únicas porque acontecem justamente no diálogo com quem naquele momento está com ele a conversar. Ehrlich (2019) pensa o Holocausto como um marco. Dedicase a analisar o processo de construção e encontro de diversas memórias que se formam no entrecruzamento de processos históricos dentre os quais estão o próprio Holocausto, as migrações e as passagens intergeracionais. Descendentes de sobreviventes e até mesmo pessoas próximas dos descendentes, com frequência se sentem parte dessa história e com frequência possuem interesses mais aguçados a questões do Holocausto. O conhecimento é um processo que acontece de corpo inteiro porque envolve ação ativa da pessoa no mundo. Investir na conquista e ampliação do conhecimento é também se relacionar com os fatos, o tempo, a memória, a criação, a produção de cultura, a educação.

O meu avô sobreviveu ao Holocausto. Ele faleceu um dia depois do meu *bar mitzvá* e as memórias mais fortes que eu tenho, é ele me ensinando hebraico, lendo a Torah comigo, mas ele não era ortodoxo. Talvez isso estivesse ligado com o instinto dele de preservar a cultura, a religião e pode estar conectado com a experiência dele vivida no Holocausto. As imagens mais fortes que eu tenho do meu avô são essas: ele sentado comigo me ensinando hebraico, lendo hebraico comigo. (Gabriel; entrevista 09/03/2021).

A memória mais forte que Gabriel tem é a estar com José no aprendizado do hebraico, na leitura da Torah. Buber (2009), fala do ato de viver sendo alvo da palavra dirigida. Gabriel guarda forte a lembrança de ser alvo da palavra dirigida de seu avô nos momentos de ensinamento, leitura. Para ser alvo, bastaria aos homens tornar-se presentes, perceber, diz Buber (2009). Gabriel, ao escavar essa memória, libertou-se da prisão da força do hábito que impede o sentimento da percepção.

Cada um de nós está preso numa couraça que, graças à força do hábito, deixa logo de sentir. São apenas instantes que atravessam a couraça e que incitam a alma à receptividade. E quando tal instante agiu sobre nós e nos tornamos então atentos, perguntamo-nos: “Que é que aconteceu aí de peculiar? Não era algo semelhante ao que acontece todos os dias?”, então podemos nos responder: “Realmente, nada de peculiar aconteceu, é assim todos os dias, só que nós não estamos aí presentes todos os dias.”. (BUBER, 2009, p.43).

Gabriel contou que foi sensibilizado sobre o tema do Holocausto também nas atividades que participava em movimentos juvenis judaicos da cidade do Rio de Janeiro e em visitas a museus. “Outra coisa que eu me lembro bem é o Museu do Holocausto em Israel que eu visitei quando eu tinha dezessete, dezoito anos em uma viagem com o Movimento Juvenil. Ali no museu me lembro de sentir algo bem forte.”. (Gabriel; entrevista 09/03/2021). A experiência *forte* vem porque a história está sendo vista por um lugar de afeto? Uma história encarnada? Espaços museais judaicos contribuem na formação das pessoas e preservação da história contra a barbárie de um dos mais terríveis genocídios já vividos, diz Carvalho (2020).

Falar e pensar sobre o Holocausto é deixar um legado para a humanidade. Pensar sobre o que aconteceu naquele momento, como o ser humano foi capaz daquilo, eu acho que tudo isso é um legado. O mundo deveria refletir até entender por que aconteceu. Não faltam tragédias ao redor do mundo, matanças, genocídios, elas estão aí. O povo judeu, por ter uma capacidade enorme de preservar a memória do Holocausto, acho que está conseguindo preservar relativamente bem, já tem 75 anos que está preservando. Mas eu sou a terceira geração e percebo que já não tenho tantos detalhes. Você me fez várias perguntas que eu deveria saber, mas já não sei. Corre o risco das minhas filhas saberem menos, os meus netos menos ainda. Por isso preservar essa memória é essencial para conscientizar e evitar. (Gabriel; entrevista 09/03/2021).



Refletir sobre o Holocausto é deixar um legado à humanidade, é voltar ao passado para conhecê-lo e com o presente atuarmos criticamente. A resposta responsável no tempo presente vem da escavação; por isso escavar, sujar as mãos é necessário. Escavar é busca, pesquisa. Implica prestar atenção no que surge, olhar indícios de um passado encoberto. Exige delicadeza para não apagar rastros. E a quem interessa que não haja rastros? Por que se promove o esquecimento, o apagamento da história dos oprimidos, excluídos? Aos vencedores, que não cessam de vencer, interessa essa construção unilateral e impositiva da história. A esses, interessa a história que nega, a história forjada que distorce os acontecimentos, que reelabora o passado na intenção de eximi-los da opressão, da injustiça e de toda violência que praticam contra aqueles que lhes estão submetidos.

E na escola, o que acontece?

#### Tese 7

E como professores/as cuja matéria prima de nossa atividade é o pensamento e é tudo o que temos, não há escapatória para entender o presente senão estudar e estudar se é que queremos ensinar algo de relevante aos estudantes para que consigam o conceito que necessitam para uma vida não fascista (...) O que faz o fascismo? (...) Precisamos de uma máscara cognitiva para nos opor a esta catástrofe que é o chamado “mundo normal”. (ABRAMOWICZ, 2020, p. 8).

Educação envolve compromisso ético, prática reflexiva, clareza na proposta, coerência aos objetivos pensados e consistência argumentativa. Ensinar é ação que incita o outro à vida, que desperta no outro processos internos; é algo que implica intencionalidade e encontro. Como resistir à catástrofe, banalizando na escola questões que importam no cotidiano, que é de cada um e, portanto, da humanidade?

#### 4.6

**“Eu vi a suástica no quadro e senti vontade de falar. Em nenhum momento a escola debateu sobre isso”**

Olívia contou que sua trajetória escolar também foi feita de vários momentos em que estudou em colégios judaicos. “Era um tema muito enraizado na escola, um conhecimento tácito no ambiente, todo mundo tinha acesso àquele conhecimento que estava sendo gerado ali na escola.” (Olívia; entrevista 25/03/2021). Olívia fala da geração de um conhecimento que vinha do encontro de muitas experiências, debates e falas – dos professores, alunos, familiares,

sobreviventes. É urgente que a escola encontre fios condutores do pensamento que impulsionem criticidade, abertura ao diálogo e diversificadas possibilidades de atuação responsável.

Eu me lembro de um dia, quando eu estudava em um colégio não judaico, que uma menina - super minha amiga, não é uma pessoa preconceituosa, uma das minhas melhores amigas desde lá até agora - desenhou uma suástica no quadro. Eu perguntei: 'Você está fazendo uma suástica no quadro?', ela respondeu: 'É porque nós estamos estudando a Segunda Guerra'. Ela não conseguia entender que o ato dela desenhar uma suástica era uma apologia àquilo e não um conhecimento que ela tinha. No fundo ela só queria demonstrar que sabia, que tinha aquele conhecimento. Esse tipo de ato não era conversado, refletido naquele colégio que não era judaico. Não foi a escola, fui eu quem tive que falar para ela: 'Eu, como judia, se entro em um lugar que tem desenhado uma suástica, obviamente entendo que é uma apologia ao nazismo. Mas eu sei que não é isso que você está querendo fazer, então vai lá e apaga'. Nessa escola não tinha atenção para a necessidade desse olhar. Me lembro que na sequência desse ato acabei até dando um relato, mas foi uma coisa que partiu mais de mim porque eu vi a suástica no quadro e senti vontade de falar. Em nenhum momento a escola debateu sobre isso: 'vamos ver o que podemos aproveitar desse acontecimento, da bagagem desses alunos, do que estão trazendo'. E isso nem em relação a mim e nem em relação a ninguém. Hoje sou mãe e os meus filhos estudam em um colégio judaico atualmente. Eles são pequenos, então não é possível ainda me contarem sobre essa questão do Holocausto propriamente como que ela é vivida pela escola, mas eu percebo muito claro uma preocupação da escola em discutir e refletir sobre situações humanas que acontecem no cotidiano. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

A consciência sobre o agir ético é diretamente afetada pelo sentido de ser humano e se fazer presente no mundo, deixando rastros, marcas e autorias (KRAMER, 2020). A narrativa de Olívia derruba talvez porque já tivéssemos acreditado na superação do primeiro degrau rumo ao antifascismo. Entretanto suas frases se desenvolvem na contramão a tudo aquilo que já achávamos que tínhamos vencido: o direito sem precedentes a uma vida não fascista. "Em nenhum momento teve um olhar da escola de: 'vamos ver o que podemos aproveitar desse acontecimento, da bagagem desses alunos, do que estão trazendo'. E isso nem em relação a mim e nem em relação a ninguém." (Olívia; entrevista 25/03/2021).

O eu (...) não é autônomo, existe somente em diálogo com outros eus. O eu necessita da colaboração de outros para poder definir-se e ser autor de si mesmo (...) a enunciação é fruto da interação de dois sujeitos socialmente organizados (...) a palavra é o território comum entre locutor e interlocutor (...) toda palavra comporta duas faces (...) é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém,

como pelo fato de que se dirige para alguém, constituindo-se justamente o produto da interação de ambos. (MEIRELES; RAMALHO; NUNES, 2008, p.82).

Olívia diz de possuir um olhar atento para o tema do Holocausto sempre que visitava exposições e museus, ainda que este não fosse a proposta ou temática principal da visita ou exposição. “Teve uma vez que fomos a uma exposição sobre o Estado Novo e tinha um documento oficial que falava sobre a proibição da entrada de judeus. Mesmo que eu estivesse em uma apresentação do Estado Novo, eu tinha um olhar atento para a questão judaica.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

A enunciação é diretamente afetada pela relação dialógica de um com o outro. Porque só acontece no diálogo, nunca é unilateral, onipotente, totalitária. Ao contrário, é garantidora da constituição de novos territórios que sejam comuns a um e outro, que sustentem a presença e ato autoral de ambos. Olívia contou sentir uma experiência mais dialógica com o tema do Holocausto no colégio judaico em que estudou; um olhar mais preocupado, indagador, uma presença mais clara de consciência responsiva que ia na contramão da proposta utilitária de se ministrar um conteúdo didático histórico.

Como eu passei por ambientes de colégio judaico e colégios não judaicos, eu achava bem estranho como esse tema não era uma realidade nos colégios não judaicos. Você chega em um colégio que não é judaico e quando estuda a Segunda Guerra Mundial, alguém vai mencionar que teve o Holocausto, que mataram judeus, ciganos, homossexuais, isso estará presente como uma informação didática, têm muitas escolas que fazem atos humanizadores em volta desse tema, mas não é presente como uma vivência real da brutalidade. No colégio judaico o tema passa pelo afeto. E eu sentia muito isso. Quando eu ia para o colégio que não era judaico, eu era a especialista no assunto porque o meu avô era sobrevivente. Mas no colégio judaico o conhecimento estava ali, na experiência familiar da maioria dos alunos. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Olívia fala da vivência real da brutalidade que chega em conhecimento atravessada de afeto e chão familiar. Traz compreensão de quem sentiu, foi afetado. Para Buber (2011), a responsabilidade em conhecer o outro, percebê-lo em sua inteireza, é condição para que perguntas atinjam seu interior, coração, alma unificada. Responder a questões que chegam pela via do afeto impulsiona o sentido humano a não escapar à responsabilidade da própria vida. Resistem na luta cotidiana contra a brutalidade e convidam a novos caminhos articulados à luta. Escutar as perguntas procurando por respostas é iniciar o verdadeiro

caminho do homem, um caminho essencialmente humano, de autocontemplação decisiva e necessária. “A busca da unicidade ocorre na vida do indivíduo com os outros, cada qual buscando seu caminho individual.”. (PFEIFFER; DAHER, 2008, p. 7).

As escolas judaicas sempre convidavam algum sobrevivente para falar anualmente. A pessoa que fazia muito isso aqui no Rio era o Aleksander Laks. Ele sempre ia todo ano e ele era muito amigo do meu avô. Um dos anos, ao contar sua história, falou de uma outra história horrível: alguém que tinha sido muito chicoteado. Disse que nunca tinha visto alguém sobreviver àquele tipo de tortura e que sempre que via alguém que tinha sido chicoteado daquela maneira, a pessoa morria. Mas naquele caso não, a pessoa tinha sobrevivido e era o meu avô, ele falou o seu nome. Eu estava escutando e aquilo para mim foi um choque. Eu já estava ouvindo uma história que era minha, mas de repente se tornou muito mais minha. Foi uma narrativa que eu ouvi, que não foi contada pelo meu avô, mas foi contada pelo Aleksander. Foi bem difícil e tenso. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Ao narrar essa memória, Olívia retira da experiência o que ela conta: de sua própria experiência e a relatada pelo Aleksander Laks. Há uma essência na narrativa que a conserva pulsante no tempo presente. É possível que durante toda uma vida ela seja capaz de pulsar com vigor. A educação contra barbárie precisa atentar-se a questões da formação humana, situar cada pessoa na responsabilidade com o mundo em que vive, com a necessidade de resposta verdadeira frente aos acontecimentos cotidianos; reconhecer o outro como aquele que se difere de si e lhe dirigir uma resposta que atenda a sua necessidade (BUBER, 2009).

Olívia fala de se sentir ativa dentro de uma história que já era sua, mas que se ampliou em sentido de pertencimento diante da escuta de uma narrativa que trouxe o nome de seu avô. Décadas depois ela se torna autora da narrativa que conta o quão foi surpreendedor, difícil e tenso ouvir o nome do avô como sendo aquele sobrevivente alvo da horrenda tortura, das tantas chibatadas diante da qual quase ninguém sobrevivia. Enunciar-se diante de uma narrativa ofertada é existir na concretude da vida, é ter autonomia de pensamento, sentimento, relacionar-se consigo e com o outro; é também ser produtor de cultura. Educação favorece possibilidades de atuar contra a barbárie quando cria laços com o outro, com o mundo. Rememorar e narrar importam nesse processo porque trazem à tona justamente a memória que se entrelaça com o mundo e que torna a lembrança linguagem para ser compartilhada.

#### 4.7

#### **“Diante daquela suástica eu agi de uma forma completamente diferente de como eu reagiria hoje”**

Iolanda, ao refletir sobre a forma como reagiu no passado e reagiria no presente diante de um desenho da suástica feito em seu caderno, traz pistas sobre um posicionamento pessoal que se transformou ao longo dos anos. Pensar é perguntar. É assumir que a educação contribui na efetiva mudança do presente a partir do grau de adesão ao seu necessário compromisso político centrado na ética da ação docente. Escola e professor contribuem - ou não - na formação de consciências capazes de não reproduzir, de resistir e impedir qualquer intenção/ato discriminatório, racista ou fascista.

Quando eu era adolescente tinha um rapaz que eu acho que dava em cima de mim e não sabia que eu era judia porque isso não tinha vindo à tona ainda, eu era nova ali na sala. Quando ele soube, desenhou uma suástica no meu caderno. Eu fiquei possessa, mandei ele tirar a folha e copiar toda a matéria porque senão eu ia na coordenação. Diante daquela suástica eu agi de uma forma completamente diferente de como eu reagiria hoje. Hoje eu falaria logo que aquilo era crime, certamente seria mais dura. Ele fez aquilo, tirou a folha, começou a copiar a matéria que eu tinha escrito antes, mas no fundo não entendeu direito a minha reação. Uma outra menina na sala falou: ‘Cara, você é maluco, ela é judia, como você faz isso?’. Me lembro que ele ficou mal, me escreveu uma carta enorme dizendo que não tinha tido essa intenção, que tinha estudado em uma escola alemã, sabia o peso daquilo, mas que tinha feito de bobeira. Para mim foi bem pesado viver aquilo, mas foi a única vez e foi o único problema que eu tive relacionado a esse tema. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Iolanda conta do rapaz que desenhou a suástica em seu caderno “de bobeira”, sem nenhuma reflexão sobre o ato realizado. Simplesmente, ao descobrir que era judia, se apossou do caderno e se sentiu no direito descompromissado de fazer o desenho. Ela, adolescente, sentiu a ação reverberar fundo e forte. Arrancou a folha e pediu que copiasse toda a matéria. Analisa que atualmente, teria condições – emocionais? De conhecimento? – para falar-lhe sobre o crime cometido na ação. E a escola, o que fez? Para Barbosa (2013), o ato criador move as pessoas no ato de compreender o mundo. O projeto de escola que não leva em conta a experiência com a cultura, com o contexto circundante, com a vida, desconsidera também o seu potencial criador e provoca consequências desastrosas em seu desenvolvimento.

É com Bakhtin (1997) e seus conceitos de exotopia, excedente de visão, que entendemos a educação provocadora de encontros diversificados. A escola, o professor, precisa atentar-se em busca da captura de fragmentos excludentes e fascistas do cotidiano que acontecem a todo tempo, na perspectiva de acolhê-los no movimento de compreensão responsável. Movimento que não setoriza, disputa poder ou hierarquiza, mas mobiliza, envolve. Reproduzir e transmitir conhecimento acumulado historicamente não pode mais sustentar a escola contemporânea. Professor e aluno se precisam mutuamente.

Os excedentes de visão de cada um beneficiam a relação pedagógica. Para Iolanda, narrativas precisam ser continuadas para que impactem mais pessoas. Histórias precisam continuar sendo contadas. “Os massacres continuam acontecendo no mundo e existem também outros sobreviventes de outros massacres que podem contar. Esperamos que em algum momento as tantas histórias tenham um efeito tão grande, que contribua para uma extinção definitiva de tantos massacres.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Iolanda conta que passado o tempo da guerra, já com sua vida completamente reestruturada no Rio de Janeiro, a partir dos seus 70 anos, falar virou a grande bandeira na vida de Davi. Ele “(...) contou que começou a narrar em público sua experiência no Holocausto motivado pelo fato de que prometera ao pai “contar ao mundo o que aconteceu” quando este estava morrendo em seus braços (...) Desse juramento se originou uma atividade de militância que perdura até os dias de hoje.”. (LERNER, 2005, p.77).

O ato ético individual e responsável compõe a vida em sua singularidade e totalidade, articula realidade e possibilidade (BAKHTIN, 1997). A consciência da incompletude a que todos nós somos expostos é justamente o que possibilita preencher o vazio, encontrar no tempo presente completudes provisórias que se aliem a compromissos firmados que justifiquem a própria existência.

Ele começou a dar palestras no Brasil inteiro. Ele falava em escolas, universidades, judaicas e não judaicas, falava uma vez por ano na Alemanha e isso fazia muito bem a ele porque era uma forma dele se sentir contribuindo para que não acontecesse de novo, não só com judeus, mas com qualquer povo. Ele sempre falava: ‘As pessoas precisam conhecer o horror, a história, para evitar’. A grande frase dele era: ‘Eu não quero que esse meu passado seja o futuro de ninguém.’. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Educação se faz com pessoas conscientes e ativas na proposta de reelaboração e recriação do mundo. Davi passou a ministrar palestras pelo Brasil e isso era apostar na contribuição efetiva de sua ação para o desenvolvimento de novos processos constitutivos de história, cultura e intervenção social. “As pessoas precisam conhecer o horror, a história, para evitar.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Que devo fazer? A força dessa pergunta está em colocar em pauta a dimensão social da ação humana, seja no que se refere às demandas frente as quais o sujeito se posiciona, seja em relação às novas demandas que ele cria com as suas decisões (...) é desse lugar único que o sujeito ocupa que ele – com sua existência – se posiciona na dinâmica social. É na sua existência que se funda a indissociabilidade entre responder e responsabilizar-se por essa resposta. Respondendo às demandas sociais desse lugar único que ocupa, ele confere acabamento e assinatura às suas ações e é essa assinatura que se abre à possibilidade de resposta (PEREIRA, 2015, p. 55-56).

Iolanda conta que sempre achou as palestras de seu avô muito bonitas e impactantes porque ele falava do horror sem raiva. Emocionava as pessoas. Descrevia o que tinha vivido, visto, seus sentimentos. Em público, narrava muitas situações reais que presenciou no dia a dia da guerra. “Ele viu uma mãe pegar o travesseiro para tentar fazer a criança parar de chorar e o neném morrer asfixiado no seu colo. São histórias muito fortes.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021). Iolanda pensa que a decisão do avô em se envolver no trabalho de palestras por todo o Brasil era impulsionada por duas razões centrais: entender que narrar era a contribuição mais efetiva de humanização que podia dar ao mundo; mergulhar, através das narrativas, em suas próprias experiências vividas para, de alguma forma, tentar afastar de si qualquer sentimento de raiva ou rancor. “Fazia bem a ele narrar, foi essa a forma que ele encontrou.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Diante de uma relação de alteridade ninguém sai inalterado e jamais há sentido de fechamento e ato solitário. A alteridade compreende necessários deslocamentos de uma posição em prol do entendimento da outra posição, para que então haja o retorno à posição de início, mas alterado pela riqueza provocada no encontro das visões. A alteridade e o diálogo sempre provocam transformações, despertam enriquecimentos.

A história precisa continuar sendo escavada, achada, marcada, narrada, porque novos massacres se iniciam a cada dia na contemporaneidade. Para

Benjamin (2012), o mais importante é não se privar do melhor; e o melhor é, além do inventário dos achados, marcar no terreno de hoje o local no qual é conservado o velho e isso só é possível pela ação de escavar e de refletir no terreno da atualidade o lugar do que é tradição.

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Ele é um e o mesmo para ambos: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (BENJAMIN, 2012, p. 243-244).

Benjamin sugere o sujar das mãos em movimento de revolver a terra na busca do encontro, no passado, de algo latente, capaz de mover o presente e futuro em entrelaçamento de tempos; algo capaz de contribuir efetivamente no chão da vida, no fazer do mundo real, da história; qualquer coisa que tome uma decisão e mude o tempo cronológico; que tenha consciência sobre o que fazer e sobre o tempo do agora, da decisão. Benjamin inspira a pensarmos na educação capaz de revolver o passado impulsionador de atos éticos de responsabilidade na relação com o outro.

Nunes e Pereira (2008) tratam do medo, ainda conservado dentro do homem emancipado. Medo do desconhecido, daquilo que pode ameaçar a sobrevivência. Uma consequência imediata é o aprisionamento estático que tira da realidade o conhecimento de possibilidades.

A modernidade, com a qual o homem realizaria sua emancipação e se tornaria senhor, cria uma tal autonomia que o próprio homem quase não cabe mais nela. Este corre tanto em busca do futuro, que o próprio tempo lhe escapa. Tempo circular. Tempo linear. Falta de tempo. O ser moderno está condenado a não ter tempo. (NUNES; PEREIRA, 2008, p. 47).

Falta de tempo que se instaura e condena à solidão, desarticula caminhos de possíveis. A condenação a correr sempre em busca de algo que está no futuro, traz insaciável sede de infinito e, ao mesmo tempo, contínua angústia de insatisfação (NUNES; PEREIRA, 2008). A correria de ideias, o engarrafamento de visões, os tantos sinais fechados às relações engolem o cotidiano da escola. A busca desenfreada pela emancipação impede que a escola esteja atenta ao dia a dia que é tecido com fios do contexto social, cultural e do sentido real e simbólico que fala de descobertas, importâncias e alteridades.



Não há palavra que não se dirija. A simples presença do outro – constituindo o social em mim – povoa as palavras a serem ditas e cada palavra dita já traz em si as marcas do que esse outro é para mim e do que penso do tema que se coloca em diálogo entre esses dois mundos sociais que nossas pupilas fazem refletir. (PEREIRA, 2015, p. 60-61).

A escola sem pressa não possui neutralidade pedagógica, política, humana; privilegia a ação docente em teias, redes partilhadas, ampliadas, receptivas aos seus muitos excedentes de visão. Ambos, professores e alunos, levam para a escola suas histórias, saberes, conhecimentos cotidianos e trajetórias e isso merece um lugar de destaque na proposta da escola. Como não levar isso em conta? A escola é o espaço da palavra, por excelência. Se a palavra empobrece, a vida também empobrece. Esfacelam-se as relações, os vínculos. Por muitas vezes o pedagógico, em seu cotidiano, exclui, elimina. A palavra que se dirige a outro e admite a singularidade de sua presença que volta em reciprocidade, é capaz de colocar duas pessoas em diálogo verdadeiro. A troca convida a uma formação humana e dialógica valorizando, assim, as interações humanas no cotidiano da educação.

## 5

### **Ser a terceira geração: silêncios e palavras que potencializam ética e resposta**

A convicção de que a vida tem um objetivo está enraizada em cada fibra do homem; é uma característica da substância humana. Os homens livres dão a esse objetivo vários nomes, e muitos pensam e discutem quanto à sua natureza. Para nós, a questão é bem mais simples (...) hoje, pela primeira vez, o sol nasceu vivo e nítido por cima do horizonte de lama (...) um sussurro correu pela nossa pálida multidão, e quando eu também senti sua tepidez através da roupa, compreendi como é que se pode adorar o sol. (LEVI, 1988, p.102-103).

A narrativa de Primo Levi (1988) agiganta em realidade e profundidade. A vida tem um objetivo. Essa convicção é essência humana, fibra enraizada em cada pessoa. Quantos sussurros correm pelas vastas e pálidas multidões todos os dias sem que estas sequer se atentem ao chamado? Monologizar a vida humana é negar o diálogo, a existência de um outro que possui direitos e responsabilidades. “A forma de escapar do monologismo é pela via do diálogo, única maneira de preservar a liberdade e o inacabamento do ser humano.”. (PENA, 2015, p. 58). Somos seres de afirmativas, perguntas e respostas; de múltiplas experiências individuais e coletivas em contínuas interações e enunciados.

Responsabilidade exige um responder verdadeiro ao outro e a nós próprios; ao que lhe acontece e nos acontece. O reconhecimento compreende libertar-se da indiferença em relação ao outro. Pensar a dimensão humana traz a necessidade do conhecimento do outro, do diálogo e do ato mediante a visão de mundo. As formas de perceber o outro, suas necessidades e aspirações precisam estar coerentes ao sentido de ética e humanização. A perspectiva do diálogo traz a assertiva de algo que acontece entre sujeitos dialógicos, um crescendo com o outro.

Tempo, história e memória constituem labirintos de ideias por onde vários caminhos se entrecruzam (JOBIM E SOUZA, 2014). A memória é fenômeno sempre atual porque constituída de elos com o passado no presente; tem papel político e crítico da história; é capaz de problematizar concepções lineares e cronológicas dos fatos; é ponto de partida na construção de novos sentidos para a temporalidade.

A compreensão dos enunciados de outras pessoas ajuda a vivermos uma vida em diálogo. Quando se dá de forma ativa e dinâmica, multiplica cada palavra

que nasce em réplica, numerosa, profunda e responsiva. “(...) Essa compreensão ativa é criadora, pois, completa o texto do outro, tornando-se um processo de co-criação dos sujeitos.”. (FREITAS, 2013, p. 3).

A convocação que cobra a assinatura de ser neta e neto de sobrevivente do Holocausto parece acontecer não somente na relação de convívio familiar e escuta das histórias contadas – e não contadas – de seus avós sobreviventes, mas também nas muitas realidades vividas na escola, relação com amigos, escolhas por museus, livros, filmes: no sentido de constante busca por algo mais. As narrativas dão pistas de se posicionarem no mundo na relação afetada pelos muitos contextos, conhecimentos e experiências compartilhadas com seus avós, seus silêncios e palavras.

## 5.1 Silêncios

Elaine conta que sempre sentiu no ambiente familiar uma não vontade em se falar sobre o tema. Escutou poucas narrativas de seus avós em casa, no cotidiano familiar. “Existia uma preocupação em não falar muitas coisas, muitos detalhes que pudessem assustar uma criança.”. (Elaine; entrevista 23/03/2021). Conta de ter ouvido narrativas e silêncios. O silêncio é pausa que fala da necessidade de reflexão, pausa para sentir, pensar, continuar. Silêncio que não é um fim. O som do silêncio é potente. Elaine atribui o silêncio dos avós a dois fatores: a não disponibilidade em querer dividir coisas muito trágicas com crianças; e por se tratar de memórias muito dramáticas que talvez seus avós não quisessem reviver ou falar, narrar, testemunhar.

Não era uma coisa que era para ser contada o tempo todo. Entretanto, aquilo ficava presente em outros hábitos do dia a dia como comportamentos de pessoas que sofreram com a guerra e que dava para perceber. Era algo que sabíamos que tinha acontecido, mas existia aquela ideia de não ficar remoendo o passado. Inclusive, eu sabia algumas coisas mais pela minha mãe, que não era judia e que contava as histórias que ela ouvia, do que pelo meu próprio pai que foi um filho de guerra. (Elaine; entrevista 23/03/2021).

Aarons e Berger (2017) comentam que netas e netos de sobreviventes com mais frequência são mediados por um emissário intermediário, a segunda geração, que na maioria dos casos ouviu mais histórias sendo contadas com mais detalhes.

Com frequência pesquisas mostram que a terceira geração, ao invés de escutar diretamente as histórias em suas minúcias, acaba se sentindo diante da obrigação de preencher lacunas na recordação perdida das narrativas de primeira mão, por mais fragmentadas, inacabadas e inconclusas que memórias do Holocausto sejam.

Eu não consigo me lembrar em que momento eu ouvi falar disso a primeira vez, mas me lembro de ser sempre muito claro para mim que os meus avós tinham sido prisioneiros de guerra e vítimas de preconceito. A minha avó morreu quando eu era adolescente, então essa relação de falar diretamente sobre isso não era tão aberta. Eu não fazia perguntas sobre isso, às vezes ela comentava alguma coisa no lamento, mas a gente não conversava diretamente sobre o tema do Holocausto. Ela certamente falou mais coisas no depoimento<sup>23</sup> que gravou do que falou para mim a vida inteira. Ela tinha medo. Medo de acontecer alguma coisa e ter que fugir do país de novo. A minha avó falava um pouco mais em alguns momentos sobre o que tinha acontecido, mas mais detalhes eu sei por mim mesma do que qualquer outra coisa. Eu corri mais tarde atrás por conta própria. (Elaine; entrevista 23/03/2021).

Kidron (2020) investigou netos israelenses de sobreviventes do Holocausto através de entrevistas vinculadas a experiências de viagens em locais onde aconteceu o Holocausto. O estudo reflete sobre a frequência com que aparece voz testemunhal e silêncio familiar vindos do mesmo sobrevivente. A voz pode emancipar passados silenciados e o silêncio renunciar importantes resgates do passado como portador “autêntico” da memória. Lerner (2005) destaca a complexidade existente entre o desejo da lembrança e a necessidade do esquecimento. Memórias, tanto dos sobreviventes quanto de seus descendentes, por vezes oscilam nesse pêndulo de tensão entre o que se deseja lembrar e o que internamente fala alto como necessidade de se esquecer.

Sua avó Raquel viveu a voz testemunhal e o silêncio familiar. Entretanto, nessa dicotomia, sempre foi muito claro a ela, Elaine, o entendimento de ser neta de sobrevivente do Holocausto. “(...) eu corri mais tarde atrás por conta própria e talvez eu até saiba mais do que uma criança que estudou em uma escola judaica.”. (Elaine; entrevista 23/03/2021). Identificar-se com o outro, reagir à sua dor com saber e afeto.

Fernando contou sobre o silêncio que tomava seu avô: pouco narrou, mas a vida toda mostrou o braço tatuado como marca de dor impressa em sua história.

---

<sup>23</sup> O depoimento se intitula *Survivors of Shoá* e “(...) integra o acervo do Yad Vashem, Jerusalém, e do Museu do Holocausto, em Washington (KRAMER, 2014, p.1).

Sua avó teve Alzheimer e faleceu quando ele tinha por volta de dez anos; suas memórias de neto descendente de sobrevivente estão interligadas à relação com seu avô. Daniel não adentrava nas especificidades do vivido. Entretanto, retornava à mostra do número no braço como ato contínuo. Guardava na gaveta a foto do filho perdido e em algum momento se permitiu contar mais detalhadamente sobre as filas e os corpos mortos caídos sobre o seu.

Waldman (2019) alerta para o fato de que após a experiência vivida dos horrores em guetos e campos de concentração, sobreviventes contaram com suas memórias para retomar o vivido no tempo presente, através de narrativas, testemunhos, depoimentos, escritos, poemas, canções. Memória que não se opõe, entretanto, a esquecimento, mas que atua no limite, na linha tênue entre o que se apagou e o que ainda se encontra vivo em algum lugar da lembrança, por isso é seletiva, descontínua, lacunar.

O meu avô tinha uma foto do filho dele que guardava escondida em uma gaveta de um armário que devia trazer muita dor: era a única foto do filho dele. Era algo que estava lá, guardado porque trazia muito sofrimento. Nós tínhamos noção que tinha algo ali, mas apesar de saber, não falávamos nunca sobre aquilo. Nós tentávamos puxar o que ele lembrava, o que tinha vivido, mas não dava e tínhamos que respeitar. Ninguém conseguia ouvir muita coisa dele. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

A narrativa de Fernando por várias vezes tenta se distanciar do avô, trazer o sentimento a si e, de volta ao avô, oferecer o excedente que somente sua visão de neto na relação acrescenta. A foto do filho que ele guardava na gaveta devia trazer muita dor, diz Fernando. “Nós tínhamos noção que tinha algo ali, mas apesar de saber, não falávamos nunca sobre aquilo.”. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

Embora o tema do Holocausto seja bem documentado em diversificadas produções culturais, literárias, cinematográficas, documentais, musicais e teatrais, muitas narrativas no interior das famílias de sobreviventes são esparsas, silenciadas ou interrompidas. O pouco contado ou narrado por vezes gera instabilidades e sentimento de desconhecimento na terceira geração sobre a totalidade do que foi vivenciado por seus avós sobreviventes (FOSSION, REJAS, SERVAIS, PELC, HIRSCH, 2003).

Querer abrir a gaveta da memória para descobrir o que se guardava lá dentro era o pretendido. Entretanto, um limite se impunha, tensionava e conflitava. “(...) não dava e tínhamos que respeitar.”. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

Quando me identifico com o outro, vivencio sua dor precisamente na categoria do outro, e a reação que ela suscita em mim não é o grito de dor, e sim a palavra de reconforto e o ato de assistência. Relacionar o que se viveu ao outro é a condição necessária de uma identificação e de um conhecimento produtivo, tanto ético quanto estético. (BAKHTIN, 1997, p.46).

Mariana contou que não ouviu muitas histórias contadas por Abel, mas a intensidade de sua vida era presente e pulsante. Da mesma forma, Lessa (2009) discute a urgência de ordem moral sentida pelo sobrevivente diante da quase obrigatoriedade em prestar o testemunho, ainda que o sentimento de narrar o inenarrável rondasse seus pensamentos impulsionando, inclusive, a um forte ceticismo.

Um marco familiar foi justamente quando ele gravou um depoimento. Ele era muito relutante no início para gravar. Nós até fomos para a casa dos meus avós no dia porque no final da gravação aparecemos: ele apresenta a família. Ele só aceitou dar o depoimento<sup>24</sup> quando conseguiram uma pessoa conhecida dele para entrevistá-lo, inclusive sobrevivente também polonês que dava várias palestras, o Aleksander Laks. O fato da entrevista ter sido com ele fez o meu avô acabar cedendo. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Para Lessa (2009), histórias de sobreviventes dos campos situam-se fora da normalidade no que tange a narrativas providas de mínimo sentido causal. Esse extremo deslocamento da normalidade justamente provoca no sobrevivente/narrador forte ceticismo: “(...) não há, para ele, sistema capaz de revelar o absurdo de Auschwitz, em sua totalidade. Em outros termos, não há como explicá-lo ou submetê-lo a redes de causalidade.”. (LESSA, 2009, p.96). Diante disso: por que narrar?

Não era algo tenso. Acho que ele não contava pela tristeza mesmo. Eu não perguntava por que era muito tímida, ele também era. Se você perguntasse

<sup>24</sup> O depoimento se intitula *Survivors of Shoá* e “(...)”, de 9 de Julho de 1997 (...) integra o acervo do Yad Vashem, Jerusalém, e do Museu do Holocausto, em Washington (KRAMER, 2014, p.1).

alguma coisa, ele falava, mas muito cheio de tristeza de relembrar, reviver. Eu conheci muitas histórias do meu avô assistindo o seu depoimento. Para mim o sentimento era: depois de ter visto o depoimento dele mais nada precisava ser dito. Eu já sabia o que eu precisava saber e a gente não precisava mais trazer aquele assunto à tona. Mas hoje seria diferente, eu talvez tivesse vontade de perguntar muitas outras coisas, vontade de ouvir mais. Naquela época eu ficava muito impressionada com os pesadelos que ele ainda tinha e às vezes, eventualmente, ele me contava uma pequena parte da história daquele pesadelo que provavelmente foi real ou muito perto do real. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Para Mariana, depois de assistir o depoimento de Abel, era como se nada mais precisasse ser narrado. Klein (2003) investiga narrativas de netos de sobreviventes após assistirem depoimentos de seus avós sobre o que viveram no Holocausto. Os testemunhos estão gravados e arquivados no *Jewish Holocaust Museum* e Centro de Pesquisa de Melbourne. Os netos contaram que ao assistirem os vídeos-testemunhos compreenderam melhor as histórias de sobrevivências pelas quais passaram seus avós; os depoimentos preencheram lacunas, possibilitaram conhecer muitas histórias que não foram contadas no seio familiar, promoveram forte identificação e sentido de identidade judaica com o Holocausto.

É desse embate feroz que se alimenta a escrita testemunhal. Cria-se um campo de ação para o exercício da subjetividade, mantendo ativa a capacidade de fabular, de projetar enredos e emoções, de perspectivar o vivido, de ensaiar sentidos para experiências silenciadoras, que empurram o humano, literalmente, para a combustão. Criam-se com palavras zonas de respiro em meio a universos irrespiráveis, por onde a experiência sensível possa circular e expandir-se. (BINES, 2020, p. 125).

Bines (2020) reflete sobre o sopro de vida que testemunha e faz da linguagem um espaço vital: campo de ação para a chegada da subjetividade. A narrativa é lugar de respiro e expansão. Para além das palavras narradas nos enredos, impresso também se torna o próprio gesto corporal, a pausa, a respiração, o riso, sorriso, o choro contido e a lágrima que escorre no alcance da conquista de mais uma história contada. Olhar para a experiência envolve atenção, sensibilidade e entendimento de que o finito vivido somente se torna ilimitado quando entrecruzado com o tempo presente. É nesse embate que é revolto, atroz, que vive o testemunho. A narrativa tira o finito vivido do seu enclausuramento.

O Holocausto sempre foi um tema bem presente na vida de Olívia e, durante toda sua formação, muito embora afirme não ter ouvido muitas narrativas de seu avô sobre o que viveu na guerra.

Não era algo tenso. Acho que ele não contava pela tristeza mesmo (...) Se você perguntasse alguma coisa, ele falava, mas muito cheio de tristeza de relembrar, reviver (...) O meu avô era o tipo de sobrevivente que não gostava de ficar contando o que passou na guerra, pelo menos para os netos. Tenho relatos de que ele contava muito para a minha mãe quando ela era criança, mas para a terceira geração ele não contava. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Como avaliar o tamanho dos sentimentos que vêm à tona quando são abertas as gavetas da memória em narrativas de situações vividas no Holocausto? Abel contou muito para a filha, entretanto a ação não se repetiu com as netas. Como é contar o já narrado para uma nova geração? Quais detalhes novos apareceriam, quais sutilezas não se repetiriam? Qual dor, indolência, lágrima, também riso, confiança, superação? Bauman diz do Holocausto como janela, não apenas sinistra e horrenda, mas também nada fácil de olhar e compreender, entretanto, “(...) quanto mais deprimente a vista, porém, tanto mais convencido fiquei de que recusar-lhe a olhar seria temerário para quem o fizesse.”. (BAUMAN, 1998, p.10). O Holocausto é um problema da humanidade, e não somente dos judeus. Recusar-se a olhar e debruçar sobre essa janela pode significar “(...) perigosa cegueira, potencialmente suicida.”. (BAUMAN, 1998, p.12).

O depoimento de Abel entre os 50.000 sobreviventes dado às associações vinculadas à Fundação Spielberg em todo o mundo é prova documental de que o Holocausto não atravessou, nos anos posteriores ao fim da guerra, um processo de esvaziamento da memória, ao contrário, “(...) a crueldade do Holocausto e seu impacto sobre as vítimas (particularmente os sobreviventes) ocupam um lugar cada vez maior entre os assuntos de interesse público (...) em filmes de TV, no cinema e nos romances.”. (BAUMAN, 1998, p.13). Nas análises do autor, o Holocausto não foi algo atípico e inconsequente sociologicamente. Foi um choque ignorado e negligenciado pela modernidade, vez que não conseguiu definir outras formas de ação diante da racionalidade e efetividade que se desenvolveram no pensamento e vida moderna.



Meu avô acabou que deu o depoimento. A fita ficava com ele, mas a minha mãe um dia levou lá para casa e assistimos eu, ela e minha irmã. Eu não assisti com o meu avô. Lembro que foi muito tocante porque eu tinha toda a não experiência do meu avô não me contar e, naquela fita, ouvir a história dele narrada por ele. Ele não contava. Ele não falava da guerra conosco. Óbvio que era um assunto sabido, a gente também não perguntava. Vez ou outra ele falava, mas de forma muito pontual. Eu não sei a história do meu avô pelo meu avô ter me contado. Eu sei da história do meu avô pela boca do meu avô depois que ele gravou o vídeo de depoimento relatando toda a história dele. Foi por ali que eu soube de mais detalhes da história dele, mas por histórias que ele me contava não. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

O silêncio familiar parece acontecer por vezes pela falta do desejo de contar, vinda daquele que foi vítima, ou como medo da ridicularização de sua fala, tratada como mentira ou exagero (MEINERZ; CAMARGO, 2019). Olívia conta que as coisas vividas na guerra não eram um assunto de conversa do dia a dia. O tema sempre esteve muito presente porque sua mãe sempre conversou muito sobre o assunto. Seu avô toda a vida teve muitos pesadelos. O assunto dos pesadelos às vezes vinha, mas não era explicado o motivo. “Não ouvíamos da boca dele. Embora o assunto estivesse ali, não era algo que a gente fomentava que ele falasse. Se eu falasse: ‘Vô, quero falar desse assunto’, eu acho que ele iria falar, não acho que teria uma recusa, mas não era algo que surgia.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021). Narrar para não esquecer e para que nunca mais se repita a barbárie é, ao mesmo tempo, zona conflituosa para o sobrevivente, que se vê diante da consciência de que sua narrativa importa a humanidade, mas, ao mesmo tempo, de sentimentos difíceis que narrar traz.

A narrativa de Olívia convida a pensar como descendentes de sobreviventes respondem em compreensão ativa, germe de resposta dinâmica e interessada, ao levarem consigo o silêncio familiar dos horrores vividos por seus avós; como não ser sujeito de compreensão passiva, limitado ao sentimento do trauma que impede libertação potencial e enunciante. Como não permanecer na tangente, mas mergulhar na vida em busca da palavra.

O universo familiar é espaço de escuta, lugar privilegiado de identificações, contradições e lacunas com a história cultural dos antepassados. Situados dentro de um contexto intergeracional, sobreviventes e seus descendentes carregam projetos de identificação e contradições. Ao mesmo

tempo, o universo familiar constitui lugar de inscrição de cada novo ser, cuja condição de existência é o legado do patrimônio parental (KUPFERBERG, 2009).

Ressignificar a memória, trazendo para o presente a lembrança do trauma na promoção de integração das experiências vividas à possíveis transformações de sentimentos, é estratégia de enfrentamento ao silenciamento. Justamente o movimento que oscila constante entre uma e outra necessidade – narrar e contar, calar e falar - é que compõe essa complexidade. Na relação entre os sentimentos difíceis que pousam na rememoração do evento traumático e a consciência, que entende a necessidade da narrativa, está o ponto de inflexão que destaca a vida cheia de suas responsabilidades.

A pesquisa de Fossion et al (2003) mostrou que o trauma sentido por sobreviventes no pós-guerra, dificilmente foi expressado e compartilhado com familiares próximos. O silêncio em muitos casos imperou, tornando-se o único meio de expressão; um silêncio resultante de descontinuidade no legado de memórias e histórias da família, associado a um legado material - documentos, fotos, objetos, imóveis - já interrompido durante o tempo da ocupação nazista. Para muitos sobreviventes, o silêncio se tornou uma regra de sobrevivência. Parecia a muitos ser incompatível, ao mesmo tempo, a ideia da construção de uma nova vida e a transmissão da história de horror vivida. Em muitos dos casos, a segunda geração viveu de maneira mais intensa os traumas e angústias dos sobreviventes, quando comparada à terceira geração.

Como descendentes de sobreviventes respondem em compreensão ativa, germe de resposta dinâmica e interessada, os muitos silêncios que levam consigo no conhecimento íntimo familiar dos horrores vividos por seus avós? Como não ser sujeito de compreensão passiva, decodificador prisioneiro dos limites desse contexto traumático?

## **5.2**

### **Palavras**

Iolanda contou que em casa Davi falava o tempo todo. “Meu avô era um ponto fora da curva porque falava muito o tempo todo. Eu tenho muitos amigos que são netos de pessoas que sobreviveram ao Holocausto. Muitos deles nunca conversaram com os avós sobre isso, os avós nunca falaram nada.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021). Mas suspeita de que nem sempre tenha sido assim.

Quando seu pai e tio eram crianças, Davi sofria com muitos pesadelos relacionados a situações vividas no Holocausto. “Eu acho que para os netos, como já era uma outra relação, era muito mais fácil contar. Na fase do meu pai e tio crianças era mais difícil. Depois, de alguma maneira, ele elaborou dentro dele e começou a falar e eu já o conheci nessa outra fase da sua vida.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021). A palavra é sempre ativa, feita de coletividade, carregada de sentido existencial, arena de contradições, diz Bakhtin (1997). A reflexão de Iolanda ajuda a pensar na narrativa que acontece ao longo da vida em maior ou menor grau, dependendo do quanto nos sentimos mais ou menos preparados a deixá-la chegar e do quanto que isso envolve processo de reelaboração da situação traumática vivida.

Elaine diz sentir, ao longo da infância e juventude, que o tema do Holocausto era um assunto mais inerente à sua realidade do que àquelas que circundavam as pessoas a sua volta. “Sempre foi um tema que denotava alguma diferença em relação a minha família que eu achava que um dia eu precisava entender mais, mas é difícil.”. (Elaine; entrevista 23/03/2021).

Minha avó gravou para o Museu do Holocausto, na época da equipe do Spielberg. Minha avó contou histórias de muita dor, muito sofrimento, muitas necessidades. Eu me lembro de ser adolescente e assistir na época em que ela gravou. Eu assisti e nunca mais tive condições de rever esse vídeo porque tenho certeza que vai me trazer muitas emoções. Eu tive uma consciência maior dessa realidade desde que era adolescente, mas essa busca real por informações mais detalhadas e históricas é algo de poucos anos. (Elaine; entrevista 23/03/2021).

Elaine conta que assistiu o depoimento de sua avó e não sente, no tempo presente, devidamente segura - tem medo? - para voltar ao depoimento gravado por sua avó, entretanto, assume uma tomada de relação com o contexto de sua vida na decisão de procurar mais, saber, se envolver, tornar-se singular no ato de sua responsabilidade. No processo de luta interior entre a memória que ouviu nas narrativas e o desejo de realizar ato comprometido com a vida e o lugar nela ocupado - de ser descendente de sobrevivente -, enuncia novas palavras de uma voz que é sua, porém dialogicamente afetada e relacionada às muitas outras vozes que estiveram presentes em seus pilares, como bases de sustentação. Ora, o indivíduo dá resposta responsável à vida somente quando seus tempos vividos se

entrecruzam no sentido da responsabilidade que desvela verdades, descobre, forma consciência, transforma.

Na casa minha avó tinha um lugar no banheiro que era um azulejo falso. Um dia ela mostrou para mim e para a minha irmã que ela guardava dinheiro ali dentro. Ela tinha um comportamento de comprar coisas em grandes quantidades, que eu acho característico de pessoas que sofreram com a guerra. Era a pessoa mais forte e determinada que eu conheci na minha vida: características que o Holocausto certamente deu a ela, mas que não eram coisas ditas diretamente. (Elaine; entrevista 23/03/2021).

A narrativa envolve o olhar de neta construído ao longo dos anos de convivência familiar. Quando adolescente, visitou o azulejo secreto - esconderijo - construído para guardar dinheiro diante da possível necessidade de, novamente, ter que sair do país. Sua voz narradora adulta no presente interage com as vozes interlocutoras vindas das experiências vividas no tempo passado - dela adolescente, de sua irmã, de sua avó. A voz de quem enuncia “(...) deve ser companheira da voz dos outros personagens, se colocar ao lado e se comunicar com eles, estar aberto a interferir e ser por eles interferido, trocar entoações.”. (JOBIM E SOUZA; CARVALHO, 2016, p. 106).

Com a minha avó aprendi a não reclamar da vida. Ela tinha uma fome de vida muito grande e uma vontade de viver a vida que era uma coisa inacreditável. Considerando tudo que viveu, era amorosa, tinha um certo distanciamento, mas era uma pessoa que tinha uma certa preocupação em deixar as coisas para a família. Ela tinha uma relação com a família muito forte. Ela para mim é um exemplo de vida, eu não sei se eu teria a força que ela teve passando pela situação que ela passou. Eu aprendi com a minha avó a ser exemplo, força e resistência. (Elaine; entrevista 23/03/2021).

Cada sujeito ocupa um lugar único em sua existência que se funda na indissociabilidade da resposta que se encontra entre os atos de responder e responsabilizar-se. Ser exemplo, força e resistência. Aproximar-se do outro na dimensão de ser seus atos uma das propostas, das ofertas, das respostas que são abertas sempre a novas negociações e construções. São sentidos que não estão sozinhos e fechados, mas permeados de efetivos diálogos que se deslocam em busca de compreender outras posições e para eles retornarem, enriquecidos de

trocas. A ética comparece na ação de atuar na resposta, pensando-a em sua singularidade e humanidade e tornando-se verdadeiramente sua autora.

Para Aarons e Berger (2017), netas e netos de sobreviventes trazem vínculos com narrativas que dali em diante não mais poderão ser ouvidas diretamente da autoridade da primeira pessoa testemunhal. É uma geração que constitui passagem às próximas que não entrarão em relação com a narrativa viva dos sobreviventes. Os autores utilizam, para a terceira geração, a metáfora da “dobradiça”, que sugere a dimensão da passagem da memória, o eixo sobre o qual a memória se move e conecta gerações e estruturas a lembrança e expressão.

Foi bem intenso porque o meu avô mostrava sempre a tatuagem no braço e a gente sentia. Quando éramos crianças, pequenos, não tínhamos a noção da profundidade que foi, mas quando eu fui ficando mais velho, fui entendendo. Descobri que ele tinha um filho, que ele era casado, porque quando eu era pequeno para mim era assim: meu avô, minha avó e eles tinham a tatuagem, passaram pela guerra, mas não entendia com detalhes isso. Eu sabia que eram sobreviventes, não tinha muita noção de tudo e eles não gostavam de falar. Ele não falava. Às vezes contava uma coisa ou outra, mas não falava. A minha tia-avó, irmã dele, contava um pouco mais. Morávamos no mesmo prédio, então a víamos um pouco mais. Sabíamos das coisas, mas muito picadinho porque foi uma experiência muito traumática e não se falava. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

Fernando fala de sua forte relação com o avô que mostrava o número do braço especialmente nos encontros familiares de domingo. Afirma também ter sentido – e ainda sentir – os horrores vividos pelos avós durante a perseguição nazista. Pollack (1992) elenca duas categorias que envolvem os elementos constituintes da memória individual e coletiva. A primeira refere-se aos acontecimentos vividos pessoalmente; a segunda, aos acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade a que a pessoa se sente pertencente. “(...) São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.”. (POLLACK, 1992, p. 201). Ser forte, perseverante, não reclamar, não desistir: viver a vida como sujeito que imprime marcas, se posiciona no mundo, é afetado de múltiplos contextos, conhecimentos e compartilhamentos de experiências.

Aprendi com ele a ser forte, ter perseverança e não desistir. Eu imagino que desistir deve ter passado na cabeça dele diversas vezes no meio daquilo tudo, mas

ele insistiu e sobreviveu, casou, fez nova família e lutou sempre por ela. Para ele, tudo estava bom. A frase dele era: - ‘Tudo é bom, não pode reclamar dessas coisas, não podemos reclamar da vida que a gente tem, não podemos reclamar, a nossa vida é muito boa’.’. (Fernando; entrevista 15/03/2021).

A narrativa do sobrevivente é prova documental potencial, alerta Silva (2008). Testemunhar é preservar uma história. Bernardo conta da corrida de Saul para um buraco onde já havia um companheiro escondido; da escolha imediata pela saída rápida à procura de outro esconderijo; da bomba que cai e, em segundos, mata aquele com quem Saul acabara de falar. Ter vivido a experiência única o autoriza a deixar o testemunho que não somente informa, mas narra essa história. A narrativa cria vínculos. A informação passa, não enraíza. Sua fala é livre, descontínua, incompleta, feita de interjeições, recortes e lentes próprias sobre o fato. Justamente essa união é que constitui essencialmente a memória do passado.

As histórias que ele contava eram histórias muito mais ligadas aos companheiros dele, aos soldados, aos outros partisanos, aos mapas, capitão, sargento, à parte organizacional dos grupos guerrilheiros. Eu ouvi histórias assim: eles estavam no meio de uma batalha, correndo, entravam em um buraco e nesse buraco já tinha outra pessoa: - ‘Saul, sai daqui porque não vai caber nós dois aqui, vão nos ver’. Ele saía e caía uma bomba exatamente onde estava o amigo, entre várias outras histórias. (Bernardo; entrevista 10/03/2021).

As narrativas individuais e únicas que escavam a memória do passado instauram possibilidades de novos pensares, ideias e ampliações ao tempo presente. A narrativa que traz memórias de sobreviventes não constitui lamento, melancolia, queixa ou ainda delírio, devaneio. Ela somente se justifica quando se transforma em força e impulso aos que lutam no tempo presente. “(...) Trata-se da dialética entre o passado e o presente (...) Vale principalmente para o combate contra o fascismo, que busca sua força na tradição dos oprimidos.”. (LÖWY, 2005, p.111).

De acordo com Burton (2011), a terceira geração de descendentes de sobreviventes parece não possuir ou sentir, de início, uma clara conexão com o Holocausto. Entretanto e talvez por isso tende, se comparada à segunda geração, a procurar por mais vestígios, explicações, perguntas, viagens em busca do encontro de histórias nos lugares geográficos em que aconteceram. Uma geração que se

relaciona com os próprios sobreviventes em um tempo da vida em que está mais aberta aos testemunhos e narrativas. A conexão entre as histórias de vida da primeira e terceira geração não devem ser vistas como circulares, mas como espirais.

Para a palavra *espiral*, encontra-se no dicionário *Oxford languages*: linha curva que se desenrola num plano de modo regular a partir de um ponto, dele afastando-se gradualmente; curva plana, gerada por um ponto móvel que gira em torno de um ponto fixo, afastando-se ou aproximando-se deste segundo uma lei determinada<sup>25</sup>. Quantas linhas curvas aproximam-se e afastam-se gradualmente, em sentido de giro sobre o fato ocorrido nas histórias que conectam sobreviventes e netas/os? Quais as leis determinadas? Qual o ponto fixo, quais as aproximações e afastamentos?

"Sendo até sincero, se eu pudesse voltar e dar uma dica para eu mais novo, eu diria: "se interessa mais, instiga mais porque é uma oportunidade única que você tem.". (Bernardo; entrevista 10/03/2021). Bernardo, com a frase, enuncia um diálogo com seu próprio passado. Conversar consigo mesmo em tempos diferentes é resgatar o passado na busca de uma nova compreensão histórica. Como não abstrair, mas enriquecer-se do real considerando os mais diversificados aspectos da história social? (REVEL, 1998).

Narrar é preservar memória histórica. Ter contado e ouvido as tantas histórias faz do sobrevivente e de seus descendentes provas históricas documentais vivas que se aliam a dados e documentos históricos. "Se interessa mais, instiga mais porque é uma oportunidade única que você tem.". (Bernardo; entrevista 10/03/2021). Caminhando lado a lado às lembranças do avô, em Bernardo coexiste o testemunho, que é dado na fala livre que olha do tempo presente e considera mais variáveis em suas diferentes complexidades e mobilidades.

Bernardo contou que toca *shofar*<sup>26</sup> há muitos anos. *Shofar* é um chifre curvado de carneiro que é tocado nas principais celebrações das festas judaicas

<sup>25</sup> <https://www.google.com/search?q=espiral>.

<sup>26</sup> O *shofar* é considerado um dos instrumentos de sopro mais antigos. O *shofar* é feito de um chifre de animal *casher* (considerado limpo). Qualquer chifre pode ser usado para o *shofar*, exceto vaca ou touro, pois estes chifres são chamados em hebraico de *keren* e não *shofar*, porque seu chifre poderia remeter ao Bezerro de Ouro que os filhos de Israel fizeram no deserto, ao deixarem o Egito. Geralmente, e de preferência, o *shofar* é feito de um chifre de carneiro, em memória do

*Rosh Hashanah* e *Yom Kipur*<sup>27</sup>, festas que celebram a chegada de um ano novo e reflexão espiritual. “Sinto uma grande honra tocar *shofar*, tem um jeito específico. Eu aprendi a tocar porque eu tocava saxofone mais novo e teve uma vez que eu fui pegar um *shofar* para tocar e saiu um som bom.”. (Bernardo; entrevista 10/03/2021).

As comemorações das festas judaicas aconteciam na casa do avô Saul e nesses encontros Bernardo tocava o shofar para a família. “Meu avô sempre falava para mim: - ‘eu vou falar com o rabino, você vai tocar na sinagoga, você tem que tocar na sinagoga’, mas eu dizia que não iria tocar porque eu tocava só para a família.”. (Bernardo; entrevista 10/03/2021). Quando Saul faleceu, em uma das rezas, Bernardo contou para o rabino da sinagoga que frequentavam sobre o sonho que seu avô tinha de vê-lo tocando ali. *Shofar*: uma palavra em forma de sonoridade ecoada na eternidade.

Não era época de se tocar shofar, mas o rabino me disse: - ‘você vai tocar’. Eu falei: - ‘mas nem pode’. Ele respondeu: - ‘e quem disse que não pode?’. Então em um dia qualquer de um meio de um mês fizemos uma homenagem para meu avô na sinagoga de Copacabana. Estava muito cheia porque era uma reza importante e eu fiz um discurso e toquei *shofar* para ele. (Bernardo; entrevista realizada em 10/03/2021).

Para Bakhtin (1997), nascemos sem uma palavra própria para nos constituirmos humanos a partir das palavras dos muitos outros que nos circundam, os que nos precederam e os que nos são contemporâneos. Esses muitos outros ajudam a constituir nossa humanidade. Bernardo um dia descobriu um som bonito de shofar e então passou a tocar em casa, para a família. O desejo compartilhado de Saul, o avô *partinsan* que fugiu, lutou, sobreviveu, venceu e narrou, pediu por aquele som na sinagoga. O som do *shofar* ali seria a antítese dos multivariados tiros escutados no decorrer de uma vida que viveu a barbárie? Ao tocar na sinagoga, Bernardo selou com o avô já falecido uma relação de afeto? A

---

carneiro que foi oferecido em lugar de Yitzhak (Isaac), que permitiu-se ser atado e colocado sobre o altar como um sacrifício a Deus ([wikipedia.org/wiki/Shofar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Shofar)).

<sup>27</sup> O *Rosh Hashanah* é o dia em que o povo judeu comemora o seu Ano Novo. Nessa data ocorre uma série de importantes comemorações que simbolizam diferentes eventos ligados às tradições e à História do povo judeu. Boa parte das narrativas que explicam esse evento podem ser encontradas no Talmud, um dos livros que compõe o pensamento religioso judeu. Yom Kipur é o dia do perdão, considerado o mais sagrado do ano para os judeus. É um dia em que as pessoas ficam mais próximas de suas espiritualidades ([wikipedia.org/wiki/Rosh\\_Hashaná](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rosh_Hashaná)).



cumplicidade está a todo tempo no caminho de quem se aventura a viver um mundo de partilhas e vínculos.

O excedente de minha visão, com relação ao outro, instaura uma esfera particular da minha atividade, isto é, um conjunto de atos internos ou externos que só eu posso pré-formar a respeito desse outro e que o completam justamente onde ele não pode completar se. Esses atos podem ser infinitamente variados em função da infinita diversidade das situações em que a vida pode colocar-nos, a ambos, num dado momento. (BAKHTIN, 1997, p.44).

A narrativa de Mariana sobre sua relação com o tema do Holocausto no lugar ocupado de ser neta de sobrevivente enuncia a garantia de sua responsabilidade em um presente que a liga a essa história. A potência das reflexões sobre suas narrativas ajuda a pensar as contribuições da pesquisa de um fato histórico a partir da particularidade, individualidade, da lente que olha o detalhe, a especificidade, e não somente a perspectiva macro e estatística. O historiador que é atento às particularidades aumenta o foco da lente para olhar os desafios que se presentificam na relação passado-presente, potencializa sua ação crítica.

O Holocausto é um tema que sempre foi muito presente na minha vida, desde a minha infância. A lembrança que eu tenho não é nem de ouvir histórias relacionadas ao Holocausto vindo do meu avô, eu lembro mais dele contar sobre como era a vida antes da Guerra na Polônia, mas enfim, eu não tenho recordação de não saber que eu sou uma neta de um sobrevivente. Sempre foi um tema muito presente, um tema sensível no sentido emocional. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Mariana não se lembra de nenhum tempo da vida sem saber que é neta de sobrevivente. Para Rath (2012), gerações de descendentes de sobreviventes carregam consigo essa marca, relacionam-se intimamente com o conhecimento íntimo familiar dos horrores do Holocausto, são constituídos e influenciados por essa descendência. A narrativa de Mariana impulsiona a pensar o que significa para sempre lembrar as histórias contadas e imaginar as muitas outras não contadas, os silêncios do trauma, da timidez.

“Hoje eu acho que teria muito mais curiosidade de perguntar detalhes, eu não sei em que condição, mas eu teria vontade de fazer mais perguntas que não fiz e não sei as respostas.”. (Mariana; entrevista 10/03/2021). Quanto mais se conhece, mais perguntas se têm a fazer. Perguntar abre possibilidade de ver a

particularidade da individualidade, do fato, seus detalhes e nuances; integra uma nova perspectiva dentro da escuta que torna possível “(...) acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, entender com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve.”. (REVEL, 1998, p. 21).

A narrativa e a escuta conectam-se ao fio do destino particular do outro e de si próprio; narrador e ouvinte juntos investigam, aprofundam, se inscrevem na meada das relações, encontram muito mais perguntas que respostas, indagam, analisam contextos, arquivos, entrelaçam espaços, tempos e relações. Bakhtin chama *sentido* ao que é *resposta* a uma pergunta: o que não responde carece de sentido, parece insensato, é distante do diálogo. O sentido existe só para outro sentido, com o qual existe conjuntamente.

Sempre fez parte da minha identidade ser judia e ser neta de sobrevivente. Esse tema precisa de alguma maneira se manter vivo, se manter presente e a história precisa ser contada. Sempre bate em mim esse sentimento de ser uma neta de sobrevivente. Três irmãos dele vieram antes da Guerra. Os pais e os outros três irmãos dele morreram. Na Guerra, ele foi o único da família que sobreviveu quase como uma missão de vida. Sempre teve uma vida muito simples, uma pessoa muito humilde. Tudo isso quero muito passar para os meus filhos. (Mariana; entrevista 10/03/2021).

O outro é sujeito histórico-social e sua relação com a existência humana envolve a compreensão verbal, o enunciado, contextualiza a fala que é sempre dialógica porque relacional, feita de muitos encontros interacionais. A dimensão múltipla que relaciona linguagem e vida tem raiz na essência dialógica que reflete e retrata as muitas vozes que compõem realidades históricas e socioculturais. “A palavra do outro deve transformar-se em palavra minha-alheia (ou alheia-minha). Distância (exotopia) e respeito. O objeto, durante o processo da comunicação dialógica que ele enseja se transforma em sujeito (em outro eu).”. (BAKHTIN, 1997, p.386).

Sempre me impactou muito isso de me enxergar como minoria de alguma forma: ‘como isso foi possível acontecer?’ Foi uma perseguição com várias minorias. A questão da minoria e identidade me marcou muito, mesmo dentro da família. A família da minha mãe é de origem judaica, a família do meu pai é católica. Eu sempre tive essa formação plural: - ‘você pode ser o que você quiser, com o que você se identifica mais?’ e eu sempre me identifiquei muito com o judaísmo. É

isso da identidade, com o que você se identifica. A minha história de vida pessoal, mais tarde, quando saí do armário, lésbica e de volta ao assunto das minorias: - ‘como é isso, estar no mundo ocupando essas minorias - mulher, judia e lésbica’? (Mariana; entrevista 10/03/2021).

Mariana afirmou que ser judia e neta de sobrevivente sempre constituiu parte de sua história e lhe despertou muitos impactos e questionamentos sobre a perseguição à qual, historicamente, minorias são submetidas. Viver a concretude do espaço em sua vida para sua expressão, suas indagações e reflexões é agir eticamente. Entender o outro, respeitá-lo em sua pluralidade. Quem é ele? O que fala, narra? Que história conta? Com quem se relaciona, o que enuncia e quais contextos históricos estão situados nas enunciações? Por que escutá-lo? O sentido é potencialmente infinito na atualização do contato com o outro, ainda que seja na ação de lhe endereçar uma pergunta.

“Eu via o número do meu avô e até eu entender o que aquilo realmente significou demorou um tempo. Eu tinha cinco, seis anos, via aqueles números e sequer imaginava o que era.”. (Gabriel; entrevista 09/03/2021). A frase de Gabriel convida a pensar no impacto que o Holocausto produz nas gerações descendentes dos sobreviventes. Laura e José foram para Auschwitz; ela permaneceu lá por mais tempo; ele conseguiu esconder-se em algum lugar por longo tempo antes de ser deportado para o campo.

Ser neto de sobrevivente do Holocausto certamente é uma carga que a gente carrega. Quando, por exemplo, vivemos uma situação triste, bate um sentimento de culpa por estarmos tristes. Porque você acaba pensando nos seus antepassados, nos seus avós e se pergunta: ‘como você pode ficar triste?’. Tem uma carga punitiva, de culpa eu acho. Eu acho que todo judeu carrega isso e tem repercussão até em comentários sociais mais banais. Uma vez um professor na minha faculdade falou: ‘- se teve alguma coisa boa no regime do Hitler, é que a matança foi democrática: matou judeu, cigano, homossexual’. Aquele comentário me doeu. A turma toda gargalhando e me doeu bastante na hora. Todos esses comentários: ‘como fazer 100 judeus caberem no carro? No cinzeiro’, tudo isso me machuca até hoje e as pessoas testam os limites da piada, do comentário. Carregamos dor, culpa e os comentários doem. (Gabriel; entrevista 09/03/2021).

A narrativa de Gabriel desassossega, queima, inquieta. Como viver um cotidiano hostil quando a história familiar grita pela luta a uma vida não fascista, não excludente, não antissemita? “O fascismo opera porque as pessoas o desejam

(...) e não basta ser não fascista a nível molar, é preciso sê-lo na sua mais íntima vida, não basta uma educação antifascista, ou após-Auschwitz se não diferirmos de nós mesmos, se não operamos em nós mesmos, de maneira geral.”. (ABRAMOWICZ, 2020, p.10).

Ser neto de sobrevivente do Holocausto envolve uma carga punitiva que frequentemente se alia a um sentimento de dor e culpa, diz Gabriel. Narrar, escutar. Relacionar-se com o outro, ter resposta responsável, atuar na alteridade, no diálogo, na presença. O reconhecimento, a delicadeza e a ética podem contribuir no cotidiano de contextos endurecidos. A educação sensível, tolerância e prevenção crítica contra o ódio antissemita podem constituir caminhos e possibilidades humanas e coerentes ao sentido de humanidade.

Olívia conta que, mesmo em face de toda a barbárie pela qual passou seu avô, ele era uma pessoa muito doce, não semeava ódio de nada. “Era uma coisa assustadora olhar para o meu avô, lembrar tudo que ele passou e ver como era doce; eu não via ele falando mal de ninguém, levantando a voz, tendo uma atitude mais agressiva em relação a nada. Eu tenho atitudes agressivas, às vezes, que ele jamais teria.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Olívia afirma que conseguir suportar, registrar e agir a partir de toda a brutalidade é preservar a memória e deixar um legado importante para a humanidade, é saber para nunca mais esquecer. A força da pergunta que coloca em pauta a dimensão existencial da ação humana destaca o lugar ocupado por cada pessoa que é único na possibilidade de atuar e responder com responsabilidade, assinar sua inscrição e atuação na vida. A inserção crítica no mundo é ato fundamental à humanização. Ter acuidade perceptiva sobre o quanto já se caminhou e ainda se estacionou nos olhares sobre tantas atrocidades bárbaras que acontecem até hoje em todo o mundo, é tomar decisão responsiva, conferir acabamento e assinatura à ação, é intervir na existência humana.

O decurso de tempo vai criar outros olhares, é inevitável, a minha filha vai olhar para esse assunto diferente de mim, por quê? Porque ela nunca conviveu com o meu avô, porque por mais que eu conte para ela que o meu avô passou e que ela seja muito sensível a esse tema, vai ser um contato diferente, isso não tem como, é inevitável. Cada geração terá um olhar diferente, mas a comunidade judaica continua nesse esforço de fazer esse resgate, de humanizar outros temas como esse. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Olívia fala de um desafio à contemporaneidade: como persistir de geração a geração na conscientização da humanidade contra a barbárie? Lessa destaca a necessidade urgente de um esforço ético que drene a vocação do homem em satisfazer no outro a sua vontade de agredir, humilhar, martirizar e assassinar. “(...) Entre esses esforços, a tarefa de manter *viva* a memória dos horrores que o homem tem praticado certamente é imprescindível.” (LESSA, 2009, p. 124).

Olívia diz de sentir algo bem forte em ver seu avô no cotidiano sendo pessoa tão gentil e nem um pouco agressiva. Isso sempre a tocou. “Como ele conseguiu refazer a vida dele toda depois de ter passado por eventos tão traumáticos, tão bárbaros: ele veio para o Brasil, conseguiu ser feliz e viver a sua vida. Isso para mim diz de uma força muito grande.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021). O cotidiano traz complexas e surpreendentes singularidades e totalidades. Olívia fala de questões intensas e delicadas que possibilitam aprendermos como cada pessoa se relaciona com suas experiências vividas em atos que nunca são solitários, mas singulares e, ao mesmo tempo, coletivos.

Olívia diz de se tratar de uma força grande justamente porque não se está à procura exigente de razão endurecida, entendimento prático, utilitário, imediatista. A força parece chegar pelo olhar cuidadoso que nega qualquer possibilidade de reduzir ao comum um ato que é singular. A busca pelo entendimento age na direção de ver, ouvir, sentir, perceber a resposta que vem do outro, seja em ato, palavra ou silêncio.

O que temos visto, ouvido e sentido? Que respostas temos dado aos nossos semelhantes? É a resposta que contém nela mesma escuta da necessidade do outro que entendemos como cuidado. Cuidado como uma boa ação que se dá no cotidiano. Cuidado como respeito ao espaço do outro. Cuidado como não invasão ao espaço do outro. Cuidado como atenção ao tempo do outro. Cuidado como reciprocidade. Cuidado como modo de ser, estar e fazer no/o mundo. Cuidado que é presença. Cuidado como um modo de olhar, como lugar do sensível. Cuidado como lugar que se dá no afeto, como um lugar para se existir. Enfim, cuidado como uma resposta responsável. (SILVEIRA, CASTRO, BARBOSA, 2021, p.5).

Cuidado é respeito não invasivo ao espaço do outro. É sensibilidade, presença, modo de agir, reciprocidade. Abel viveu a barbárie na pele; reconstruiu, era alegre, divertido e doce nas ações mais cotidianas da vida. Quais contradições gritavam dentro de si, quais tensões, disputas de sentimentos? Cuidar é não

invadir o espaço do outro. Olívia tinha curiosidades que não eram ditas; em muitos momentos não perguntou: cuidado como respeito ao espaço do outro. Cuidar envolve afeto, cumplicidade, vínculo, postura ética de reconhecimento do outro em sua individualidade (SILVEIRA, CASTRO, BARBOSA, 2021).

Saber que sou neta de sobrevivente é uma coisa bem profunda. É profundo você saber que o seu avô, aquela pessoa fofa que você passou a sua infância, aquela pessoa super carinhosa com você, passou por algo tão brutal. Tem uma carga emocional familiar e isso certamente desperta um olhar diferente para todo um entorno. É algo bem indigesto e isso de fato muda a forma como você vê qualquer tipo de autoritarismo, discriminação; pulsa mais por você ter na experiência familiar. Ser neta de sobrevivente com certeza impacta na minha postura como pessoa. (Olívia; entrevista 25/03/2021).

Narrar é trazer à tona a memória em outro tempo da vida. A lembrança singela de Olívia do avô – pessoa fofa parceira na infância – chega no tempo presente lado a lado com a consciência da brutalidade por ele vivida em tempos remotos. A consciência da relação, nas palavras de Olívia, é indigesta e impacta na postura como pessoa. Desperta necessariamente atenção a novas constatações e urgências da vida, transforma a maneira de olhar qualquer tipo de exclusão, autoritarismo, discriminação. “(...) Pulsa mais por você ter na experiência familiar.”. (Olívia; entrevista 25/03/2021). Pulsa pela responsabilidade que exige resposta pelo ato, pelas múltiplas reflexões que trazem passado e presente conectados. Pulsa pela luta que cotidianamente precisa ser engajada contra qualquer tipo de ofensa, maus-tratos, humilhação, ódio.

Viola et al (2011) analisam o processo de desregulação emocional desencadeado em respostas a memórias traumáticas. Sintomas como drásticas mudanças de humor e padrão comportamental, perda de autonomia, comportamento agressivo diante de si e de outras pessoas, perda da regulação do sono, fome e autocuidados, sentimentos crônicos de ódio, auto culpa, impotência e subjetivos de raiva, traição, resignação, medo, derrota e vergonha, foram encontrados em pessoas expostas ao transtorno de desenvolvimento traumático. A conversa que amplia possibilidades de domínio de medos e busca ressignificações da memória traumática em prol do manejo frente a situações temidas, é forte aliada. A pesquisa indica que fortalecer relações afetivas e de vínculos recíprocos

tem se mostrado ação potente em síndromes pós-traumáticas possuidoras de altas cargas de estresses somatizados.

Para Fossion et al (2003), uma missão importante para muitos dos sobreviventes foi a de constituir uma nova família. A principal energia de muitos girava em torno da ideia central de proporcionar um bem físico e material para sua família. Entretanto, os massivos traumas vividos no Holocausto reverberaram em importantes percalços em seus cotidianos como cônjuges e pais. Muitos somavam contínuos pesadelos, indisponibilidades afetivas e dificuldades de se relacionarem com suas próprias emoções e, por consequente, também com aquelas de pessoas mais próximas do círculo familiar.

(...) muitos sobreviventes resolveram jamais colocar filhos no mundo. Outros se casaram logo após se conhecerem para partilharem sua solidão e criarem um espaço de reconhecimento em suas vidas. Geravam filhos e recriavam uma família como tentativa, por meio de um ato concreto, de compensarem as perdas e apagarem a desumanização vivida e testemunhada. (KUPFERBERG, 2009, p. 113)

Mas como afirma Iolanda,

As pessoas que viveram o Holocausto não se resumem ao Holocausto. O Holocausto marca a vida de qualquer um porque é o mal em seu estado bruto, mas você conseguir ter uma vida feliz depois disso é algo para se falar muito. O meu avô teve uma vida feliz depois do horror e isso me orgulha. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

Muitos da segunda geração assumiram a função de serem pais de seus pais mediante um superinvestimento emocional e a negligência de seus próprios sentimentos: nada do que sentissem poderia ser comparado aos horrores pelos quais passaram seus pais; uma geração mais vulnerável e portadora de sentimento de impotência. Já a terceira geração demonstrou possuir mais forte a perspectiva da afirmação da vida, do otimismo, da esperança, da certeza de que a existência de três gerações era a vitória da sobrevivência e da energia inerente a esta convivência familiar.

Pensar sobre a história do meu avô me modificou. Como uma pessoa pode passar pelo horror absoluto e depois viver, ter uma vida feliz com filhos, netos, gostar de viajar, contar piadas? A transformação vem nesse sentido, de ter consciência para evitar que isso ocorra com outras pessoas e ao mesmo tempo, aprender a se

reestruturar para seguir em frente, independente do que aconteça com a nossa vida. Isso, para mim, é uma força muito grande, eu acho muito bonito. (Iolanda; entrevista 08/06/2021).

A ideia de uma vida em relação carrega consigo a potência do sentido de felicidade, convida a ver o cotidiano como algo não estático, parado nas experiências de um tempo, compartimentado, desprovido de alma dialógica. Iolanda diz de viver um cotidiano de muitos momentos de parceria com o avô. “Eu vivia na casa dele, passava os carnavais com ele quando eu era mais nova, saia do colégio e ia para a casa dele, ele fazia batata-frita para mim. Um avô normal, mas ao mesmo tempo, uma pessoa que viveu na pele o horror.”. (Iolanda; entrevista 08/06/2021). O assunto estava ali e saber de sua intensa tarefa de resistência diante de tantos públicos, escutar suas histórias, era algo interessante, diz Iolanda. Entretanto, ele era o avô dos carnavais, saídas do colégio e batatas fritas. A experiência autêntica ao ser narrada e vivida nos momentos do cotidiano alça voo, chega a muitos lugares e atravessa o tempo.

Quando o sonho modernista é abraçado por um poder absoluto capaz de monopolizar veículos modernos de ação racional, e quando esse poder alcança libertar-se do efetivo controle social, o que se segue é o genocídio. Um genocídio moderno – como o Holocausto. (BAUMAN, 1998, p.117).

Diante da monopolização que vem do sonho modernista de eleger como pilares a ação racional e o apoio ou indiferença social diante desse efetivo controle, acontece o genocídio. O Holocausto foi um produto da modernidade que se dirigiu a muitos outros e marcou profundamente a humanidade. Para Gagnebin (1994) a experiência é inscrita em uma temporalidade que é comum a várias gerações supondo, portanto, tradição compartilhada e continuidade de transmissão, geração a geração, de uma palavra dirigida.

Sobreviventes do Holocausto, netas e netos, pelas palavras e pelos silêncios, atuam no presente, ressignificam em movimento contínuo o olhar direcionado a si e ao outro. Palavras e silêncios que são presenças e constituem, transformam, movem, carregam sentido ético, alertam e ensinam. Palavras e silêncios que marcam e são pontos de inflexões fundamentais que orientam, desde cedo, o caráter contra qualquer tipo de desumanidade.



## 6

### Conclusão

Conclusão. Ainda que a palavra signifique término, finalização, fechamento, o sentido aqui posto é o de ser palavras finais que compartilhem a experiência dessa pesquisa. O tempo que vivi conversando com as quatro netas e três netos de sobreviventes do Holocausto, lendo, estudando, debruçando sobre o campo e escrevendo, desvelou a mim nova compreensão histórica e humana do tema. Com as narrativas e as leituras senti-me fortalecido a desenvolver análises e reflexões que não são somente minhas, porque dialogadas em essência com meu campo e meus referenciais teóricos e bibliográficos.

Cada pessoa entrevistada contou-me histórias que são singulares e, ao mesmo tempo, partícipes de um coletivo. Memórias despertaram, resgataram, emocionaram, envolveram. Com as narrativas, aprendi mais sobre consciência de escuta, não neutralidade – nem dos sujeitos nem minha, como pesquisador. As respostas e ideias que ouvi a tantas indagações me mobilizaram na certeza da conexão ao passado como ação importante de resistência no tempo presente. Na partilha de narrativas com os sujeitos desta pesquisa me vi escavador também das minhas memórias e prática docente. Essa pesquisa inaugurou em mim processo de mudança. Com ela, refleti sobre ser pessoa, pesquisador, professor.

Bernardo, Elaine, Fernando, Gabriel, Iolanda, Mariana e Olívia disponibilizaram-se a lembrar, refletir, narrar. Independente de ouvir de seus avós sobreviventes, em maior ou menor regularidade, as histórias vividas no tempo do Holocausto, dimensionaram o desafio ético e a importância humana que é ser parte direta dessa história. As conversas despertaram não somente aprofundamentos no olhar do pesquisador sobre o tema escolhido, mas importantes reflexões para pensar o lugar de ser professor de história, filho e neto, portador de tantas outras histórias de diversificadas temáticas.

As narrativas ouvidas foram, de pouco em pouco, individualizando as memórias porque escolheram detalhes, recortes, aconteceram sempre atravessadas de tempos – passado, presente, futuro – entrecruzados. O apelo do presente, aqui concretizado nas questões que levei para as nossas conversas, retornou ao passado e por vezes caminhou ao futuro; nessa trajetória, se potencializou e agigantou em

multiplicidades de novas lupas, lentes, perspectivas, dimensões. Os sentidos dos enunciados coexistiram em multiplicidades de discursos que habitaram os diálogos e os sentidos neles impressos; ecoaram entre muitas palavras e contextos, diferentes tempos e espaços.

A percepção de cada neta e neto das histórias ouvidas de seus avós trazem a responsabilidade diante da existência humana para o centro das análises. Parecem ser percepções que foram se revelando de pouco em pouco, se avolumando no cotidiano da família, da escola e da própria escuta das narrativas das avós e avôs. As histórias contadas a mim não foram aquelas narradas pelos avós tais como aconteceram. Isso seria impossível de acontecer porque cada narrador é singular na ação de narrar. As histórias aqui narradas pelas netas e netos vêm acrescidas de frases fortes que comentam, refletem, perguntam do tempo presente os passados – das experiências do Holocausto e das próprias narrativas dos avós. São interlocuções que impactam e se aliam ao sentido de experiência, formação e transformação que acontece somente no reconhecimento da alteridade e da consciência vital, do vínculo e afeto.



Ser exemplo, força e resistência, palavras que apareceram muito nas falas dos entrevistados. Exemplo, força e resistência chegaram carregadas de sentidos que transitam entre os tempos passado e presente e que não estão sozinhos e fechados, mas permeados de enunciados em movimento que se deslocam em busca de compor redes enriquecidas de trocas.

As percepções que netas e netos compartilharam sobre as histórias de seus avós sobreviventes dão pistas de estarem atravessadas de preocupação a tudo que possa, nos tempos atuais, fortificar-se em forma clara e oculta de opressão, discriminação, exclusão. As análises sugerem que, ao rememorarem e narrarem, fortificaram-se em atos que resistem à desumanização, estagnação, congelamento. Tornaram-se autores de interlocução teórica sobre o tema.

Ser terceira geração de sobrevivente do Holocausto carrega segredos, mistérios e sentimentos entrecruzados de singularidade e coletividade histórica.

Medo, coragem, decisão, sustentação, luta, são sentimentos que as pessoas entrevistadas nesta pesquisa trouxeram entrelaçados às suas memórias do que ouviram de seus avós e às suas reflexões no tempo presente. Relacionar-se com o outro na experiência traz sentido de responsabilidade ética. Respeito pelos silêncios e guardados, arrependimento por não perguntar mais, admiração e orgulho pelos avós sobreviventes foram também sentimentos que vieram fortes nas narrativas das netas e netos. Olhar o passado com lentes do tempo presente é se posicionar diante do mundo e, ao mesmo tempo, atentar à convocação que mobiliza, circunda e dialoga: as pessoas com as quais conversei me contaram sobre sentir essa convocação.

As netas e netos contaram de avós que falavam e não falavam sobre as experiências vividas no Holocausto e ainda que narrar fazia bem a alguns e não necessariamente a outros. As análises sugerem afirmarmos que falar ou silenciar não são categorias que se encontram firmadas estaticamente nos sobreviventes, mas oscilam de acordo com o tempo, os anseios, os sentidos que envolvem disponibilidades em narrar o vivido em diferentes momentos da vida. O campo dá pistas para pensar que narrar mais, narrar menos, silenciar o todo, as partes, narrar primeiro – à segunda geração - e silenciar depois – à terceira geração -, ou silenciar primeiro – à segunda geração - e narrar depois – à terceira geração, pode ter relação também com as singularidades das pessoas que estão envolvidas nas escutas das narrativas no decorrer do tempo.

O que ouvi das netas e netos me levam a pensar que o investimento na narrativa da memória reconstrói junto aos descendentes da terceira geração, sentimentos de dúvida, arrependimento, dor e tristeza, mas também vínculo, empatia, afeto e confiança renovada. As netas e netos que ouvi nesta pesquisa se viram, em algumas vezes, mais próximos das narrativas de seus avós, quando comparados aos seus pais, e outras vezes mais distantes pelo próprio afastamento geracional de tempo cronológico. Sentir-se mais perto das experiências vividas por seus avós também se correlaciona com lugares geográficos, museus visitados, filmes, palestras ouvidas, e com o que ouviram de seus pais, membros da segunda geração, e outros familiares.

Todos, em algum momento de suas narrativas, sentiram certa dificuldade em localizar nas lembranças como ouviram algumas histórias: se contadas diretamente de seus avós ou contadas por seus pais, familiares, amigos e outras

peessoas. Todos se viram, em maior ou menor grau, diante da necessidade de colarem informações dispersas, pedaços de histórias fragmentadas e pistas carregadas de possibilidades interpretativas. Todos, em alguma medida, fizeram reflexões sobre as zonas de silêncio e os segredos familiares que se relacionam à transmissão, ao testemunho, à narrativa.

Nas conversas com meus entrevistados, percebi uma preocupação geral, enquanto contavam sobre histórias específicas de seus avós, em serem fiéis aos detalhes das histórias que narravam, no cuidado de evitar narrativas equivocadas. Quando se encontravam em situações de dúvidas sobre quaisquer informações mais específicas, por vezes me diziam que prefeririam procurar documentos guardados ou até mesmo conversar com outro familiar na busca pela informação correta. Foram cuidadosos nas narrativas que contaram, sobretudo, sobre os tempos do Holocausto, construídas nas lembranças de muitas micro-histórias específicas ouvidas de seus avós.



Educação é movimento de autêntica luta na conquista do sempre *ser mais*; é constante pergunta e busca por novos saberes, novas ampliações. Conquistas legais, livros, arte, pesquisas acadêmicas desenvolvidas e em desenvolvimento, cursos de extensão universitária oferecidos, artigos publicados, dentre outras inúmeras iniciativas que têm como tema central o Holocausto podem, na escola, agigantar-se na reflexão acerca desse evento. A escola tem muito a contribuir na tomada de consciência sobre projetos de barbárie. O tema definitivamente não pode ficar relegado ao caráter curricular conteudista e prescritivo, e ainda a uma nota de rodapé ou a um apêndice dentro do capítulo dedicado à Segunda Guerra Mundial de um livro didático. Infelizmente essa é a realidade que venho presenciando ao longo de treze anos de magistério em escolas públicas e privadas. Educar para formar é tentar interromper o que de desumano existe.

A pesquisa realizada me leva a afirmar que a construção histórico-cultural judaica é potente na preservação de seu patrimônio material e imaterial. Preservá-lo é com ele resistir, mesmo depois de experienciar o trauma da perseguição, escravidão e extermínio nazista. Quando memória e narrativa emergem, condições para a resistência aparecem.

É fundamental lembrar para continuar combatendo o inimigo. O passado do Holocausto, quando rememorado, oferece condições para influenciar e interferir no presente. Despertar as centelhas do passado a partir da memória, para além do conhecimento, traz tomada de consciência e mudança de discurso para ato efetivo contra a barbárie. Lembrar e narrar para evitar algo que não se quer que se repita. Tomada de consciência prática, com transformação do discurso em ato efetivo, é caminho possível para se barrar intenções e ações que remetam a qualquer tipo de discriminação ou racismo.



Diante do que li e escutei nesta pesquisa, deixo como sugestões para outras pesquisas, questões que irromperam, me invadiram subitamente enquanto eu lia, perguntava e escutava. Questões que me impactaram diretamente especialmente em quem sou como professor e pessoa. Na contemporaneidade, em que o Holocausto importa à sociedade brasileira? Como as memórias consubstanciadas em relatos e narrativas daqueles que sobreviveram podem ensinar para além do tempo passado? Quais tensões e lutas são travadas na manutenção ou espraçamento dessa memória no ensino desse fato? Qual a efetividade do marco legal que obriga o ensino da história do Holocausto, ensinado oficialmente a milhões de jovens brasileiros? Como continuar a luta? Como evitar as arbitrariedades daqueles que tentam apagar o passado para manter o presente sob seu poder?

O ensino do Holocausto necessita articular-se às demais temáticas antirracistas e presentes transversalmente, de maneira interdisciplinar, dentro também da escola que não é judaica. A responsabilidade em fazê-lo precisa se aliar a dimensões que ofereçam tentativas de mudança, que sejam inesgotáveis, não estanquem variados caminhos de atuação e que possibilitem aos alunos viverem experiências mais sensíveis e concretas de aprendizados reais sobre o Holocausto. Importa que venham pesquisas que se debrucem sobre esse campo.



Finalmente destaco o lugar central da educação no movimento de tomada de consciência contra a barbárie; educação que não fecha, enrijece, amplia a indiferença, aumenta a raiva, desagrega, coloca pessoas no alvo de rebeliões violentas e irracionais. Não há processo educativo quando a ação se nega ao outro, à interlocução, ao debate, à luta pela vida sem ódio. Educação é resistência, formação e transformação, participação e intervenção na realidade. Também é acolhimento, responsabilidade, cuidado. Nenhuma prática docente se constitui em verdade acabada, pronta, absoluta, mas deve trazer amplidão de possibilidades e aberturas de muitos olhares e ideias.

Aprendi muito com as histórias e esta foi a questão central: conhecer as narrativas, as histórias por trás da história, acessar as memórias, a fim de, junto as pessoas que entrevistei e aos meus referenciais e interlocutores teóricos, pudesse oferecer parcela de contribuição na resistência contra a degradação da experiência, o apagamento do passado, a continuidade da barbárie. Narrativas rememoram, ensinam, resistem, impedem. A memória é o meio pelo qual se escava e liberta o passado, desenterra as ruínas, revela os rastros. Passado que marca o “tempo de agora”. As narrativas que ouvi de netas e netos de sobreviventes deixam pistas de que o Holocausto não matou a potencialidade da existência humana que resiste na responsabilidade de viver.

## Referências Bibliográficas

AARONS, V.; BERGER, A.L. **Third-Generation Holocaust Representation: Trauma, History, and Memory**. Evanston, Ill.: Northwestern University Press, 2017.

ABRAMOWICZ, A. Educação após-Auschwitz revisitada em tempos de pandemia. *Cadernos da Pedagogia*, v. 14, n. 29 (Edição Especial), Out / 2020, p. 4-11.

ABREU, R. **Memória social: itinerários poéticos-conceituais**. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*. Rio de Janeiro, v.9, n.15, 2016, p. 41-67.

ACNUR. Alto comissariado das Nações Unidas para Refugiados. <http://www.acnur.org/t3/portugues/>. Acesso em dezembro de 2020.

ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AMORIM, M. Vozes e silêncio no texto em pesquisas em Ciências Humanas. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 116, julho 2002, p.7-19.

AMORIM, M. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, Maria Teresa; JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sonia (Orgs). **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. São Paulo, Cortez, 2003, p. 11-25.

BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Silvia Néli Falcão Vem, agora eu te espero - institucionalização e qualidade das interações na creche: um estudo comparativo. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2013.

BARTH, F. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Revista Antropolítica*, n.19, Niterói, 2. sem. 2005, p.15-30.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELK, S. A memória e a história do ‘Shteitl’ na canção popular judaica. Dissertação. Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica. USP, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. (Obras Escolhidas v.2). São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª Ed. Revista – (Obras Escolhidas v.1). São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENSA, A. Da micro-história a antropologia crítica. In: REVEL, Jacques. **Jogo de escalas: a experiência da microanálise (org)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998, p. 39-76.

BINES, R.K. Anne Frank, uma conversa infinita. In: KRAMER, Sonia; PSZCZOL, Eliane. **Trajetórias Judaicas: história, cultura, educação**. Rio de Janeiro: Numa: Editora PUC-Rio, 2020, p. 119-133.

BITTER, D. Narrativas de memórias e performances musicais dos judeus cariocas da “Pequena África”. Revista Antropolítica, n. 39, Niterói, 2. sem. 2015, p.121-149.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Editora da USP, 1987.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BUBER, M. **O caminho do homem segundo o ensinamento chassídico**. Posfácio de Albrecht Goes. São Paulo. Realizações Ed., 2011. (1ª Ed., 1948).

BUBER, M. **Eu e Tu**. Tradução e introdução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Moraes, 1977.

BURTON, K. L. Traumatic Family Narratives in a Cosmopolitan World: Identity in American Third Generation Holocaust Survivors. Dissertations, Theses and Capstone Projects. Paper 458, 2011.

CALDAS, P.S.P. O conceito de evento limite: Uma análise de seus diagnósticos. Tempo/ Niterói, vol. 25, n. 3 set./dez. 2019, p.737-757.

CARNEIRO, M.L.T. Travessia sem volta: Judeus poloneses refugiados no Brasil, 1939-1945. Revista del CESLA. International Latin american Studies Review, (22), 2018, p. 7-52.

CARVALHO, C. Museu, patrimônio, memória, história e a dinamização da cultura judaica. In: KRAMER, S.; PSZCZOL, E. **Trajetórias Judaicas: história, cultura, educação**, Rio de Janeiro: Numa: Editora PUC-Rio, 2020, p. 181-203.

CARVALHO, C. **Quando A Escola Vai Ao Museu**. Campinas, SP: Papirus, 2016 (Coleção Ágere).



CORSINO, P. Benjamin e Bakhtin: outros tempos e novos caminhos para a pesquisa em Educação. In: LEITE, M.; GABRIEL, C.T (orgs). Linguagem, discurso, pesquisa e educação. Rio de Janeiro: DP et all., 2014, p. 164-182.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa, n.115, março/2002, p.139-154.

EHRlich, M. Trauma, transmissão e (re) construção: memórias da Shoah na comunidade judaica curitibana no pós-guerra. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, Agosto 2019, p. 285-307.

FALBEL, N. **Judeus no Brasil: Estudos e Notas**. São Paulo: Humanitas. EDUSP, 2008.

FOSSION, P.; REJAS, M-C.; SERVAIS, L.; PELC, I.; HIRSCH, S. Family Approach with Grandchildren of Holocaust Survivors. American Journal of Psychotherapy, vol. 57, N. 4, 2003, p.519-527.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M. T. Implicações de ser no mundo e responder aos desafios que a educação nos apresenta. In: Educação, arte e vida em Bakhtin. Belo Horizonte, Autêntica, 2013, p. 95-106.

GAGNEBIN, J.M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GERALDI, J. W Bakhtin tudo ou nada diz aos educadores: Os educadores podem dizer muito com Bakhtin. In: Educação, arte e vida em Bakhtin. Belo Horizonte, Autêntica, 2013, p. 11-28.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRIN, M. Etnicidade e cultura política no Brasil: o caso dos imigrantes judeus no Leste Europeu. XVII Encontro Nacional da ANPOCS/Caxambu, 1993, p. 1-14.

GRINBERG, K.; LIMONCIC, F. **Judeus Cariocas**. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

GUTERMAN, M. A moral nazista: uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler. Tese. USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

HARSHAV, B. **O significado do Ídiche**. Campinas: Perspectiva, 1994.

HEYMANN, L. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 1-26.

HOBSBAWM, E.J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBSBAWM, E.J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

JOBIM E SOUZA, S. Memória coletiva e tempos de vida: sobre a intenção política da escrita da história em Walter Benjamin e Maurice Halbwachs. *Mnemosine* Vol.10, nº2, 2014, p. 179-194.

JOBIM E SOUZA, S.; CARVALHO, C. Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. *Rev. Polis e Psique*, 2016; 6(1), p. 98-112.

JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. Experiência humana, história de vida e pesquisa: Um estudo da narrativa, leitura e escrita de professores. In: KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. **Histórias de Professores: leitura, escrita e pesquisa em educação**. Editora Ática, 2008, p.13-40.

JOBIM e SOUZA, S. Educação e felicidade na cultura do consumo. In: JOBIM e SOUZA, Solange (org) *Educação e Modernidade: ficções científicas e ciências do cotidiano*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, p.88-98.

KIDRON, C.A. Emancipatory voice and the recursivity of authentic silence: Holocaust descendant accounts of the dialectic between silence and voice. *History and Anthropology*, 2020, p.442-461.

KLEIN, A. Holocaust video-testimony and the Third Generation: Report on Research Methods. *International Journal on the Audio-Visual Testimony. Holocaust Studies*, Volume 13, Issue 2-3, 2003, p. 7-18.

KRAMER, S. “Resistir, sobreviver e viver para contar o holocausto”. Apresentado no Simpósio *Narrativas de mulheres: memória e resistência*, VI Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica, Rio de Janeiro, 2014.

KRAMER, S. A educação como resposta responsável: apontamentos sobre o outro como prioridade, In: FREITAS, M. T. *Educação, arte e vida em Bakhtin*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013, p. 29-46.

KRAMER, S. Crianças e Adultos: entre gerações e interações, histórias que contam. In: KRAMER, S.; PSZCZOL, E. **Trajetórias Judaicas: história, cultura, educação**, Rio de Janeiro: Numa: Editora PUC-Rio, 2020, p. 259-279.

KRAMER, S. FREITAS, M.T., JOBIM e SOUZA, S. **Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**, São Paulo, Cortez, 2003.

KRAMER, S. **Por entre as pedras: Arma e sonho na escola**. 3ª Ed. Ed. Ática, 2002.

KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. Experiência humana, história de vida e pesquisa: Um estudo da Narrativa, leitura e escrita de professores. In: KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. (Orgs). *Histórias de Professores*. São Paulo: Ed. Ática, 2008, p.13-42.

KRAMER, S.; SILVEIRA, A.. Infância, experiência e rememoração: encontros com a música Yiddish. **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 14, n. 26, maio 2020. ISSN: 1982-3053.

KRAMER, S. **Educação como resposta responsável: conhecer, acolher, agir**. Campinas, Papirus, 2021.

KUPFERBERG, M. Zonas de Silêncio e Segredo Familiar: a transmissão interrompida. In: SCHWEIDSON, E. (Org.). **Memória e cinzas: vozes do silêncio**. São Paulo: Perspectiva, 2009, p.103-124.

LAZAR, A.; CHAITIN, J.; GROSS, T.; BAR-ON, D. Jewish Israeli Teenagers, National Identity, and the Lessons of the Holocaust. *Holocaust and Genocide Studies*, Volume 18, Issue 2, FALL, 2004, p. 188–204.

LAZAR, A.; LITVAK-HIRSCH, T.; CHAITIN, J. Between Culture and Family: Jewish-Israeli Young Adults Relation to the Holocaust as a Cultural Trauma. *Traumatology*, VI. 14, N. 3, 2008, p. 110-119.

LERNER, K. Entrevistando sobreviventes do Holocausto: reflexões sobre a construção de um arquivo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, julho-dezembro, 2005, p. 75-91.

LERNER, K. Coleções e sistemas classificatórios: refletindo sobre a categoria do Holocausto. *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares Em Memória Social*, ano 2, n.3, 2003, p. 1-12.

LESSA, R. O Silêncio e Sua Representação. In: SCHWEIDSON, E. (Org.). **Memória e cinzas: vozes do silêncio**. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 83-101.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 135-163.

LEVI, P. **A trégua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

LEVY, S.D.; LEITE, L.O.F.B; Dever de Memória. *Rai. Rum.*, v. 4, n.1, Rio de Janeiro, ago., ISSN 2317-7705 on line, 2016.

LEWGOY, B. Holocausto, trauma e memória. *WebMosaica*, Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, v.2, n.1, (jan-jun). 2010, p.50-56.

LIMONCIC, F. Da praça à praia: os judeus do Rio de Janeiro. In: KRAMER, S.; PSZCZOL, E. **Trajetórias Judaicas: história, cultura, educação**, Rio de Janeiro: Numa: Editora PUC-Rio, 2020, p. 45-66.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARKO, L.E.R. Teatro de Sami Feder: espaço poético de resistência nos tempos do holocausto (1933-1950). Tese. USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

MEINERZ, C.B.; CAMARGO, C.M.S. Reconhecimentos, sensibilidades e relações étnico-raciais: a obrigatoriedade do ensino do Holocausto em Porto Alegre. Roteiro, Joaçaba, v. 44, n. 1, jan./abr. 2019 | e15086 | E-ISSN 2177-6059, p.1-18

MEIRELES, A.C. das C.; RAMALHO, G.M.C.G.; NUNES, M.F.R. Afinando a orquestra: Concepções de linguagem e diálogo na escola. In: KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. (Orgs). **Histórias de Professores – Leitura, escrita e pesquisa em educação**. Editora Ática. São Paulo. 3ª impressão. Vol. 10, 2008, p. 72-86.

MOYA, J.C. Um continente de imigrantes: transformações pós-coloniais no hemisfério ocidental. Cad. AEL, v.15, n.27, 2009.

MÜHLEN, B. K. V. Cultura, identidade e gênero no processo de imigração judaica de sobreviventes da segunda guerra mundial. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia. PUCRS. Porto Alegre, 2012.

NAGAYAMA, E. Pós-memória afiliativa, bystanders e apagamento do Holocausto: diálogo transtextual e camadas palimpséticas em Malinski, de Síoфра O'Donovan. Tese. USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

NEVES, F.L.S. Quando é preciso narrar o incomunicável: narração, foco, atmosfera e alegoria em minha suja cabeça, o holocausto, de Moacyr Scliar. Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli | V. 6, N. 2, maio-ago. 2017, p.111-130.

NÓVOA, A. História da educação: percursos de uma disciplina. Análise Psicológica, 4 (XIV), 1996, p. 417-434.

NUNES, M. F. R.; KRAMER, S. Linguagem e alfabetização: dialogando com Paulo Freire e Mikhail Bakhtin. Revista Contemporânea de Educação, v. 6, 2011, p.26-47.

NUNES, Maria Fernanda R.; PEREIRA, Rita M.R. Buscando o mito nas malhas da razão: Uma conversa sobre educação e teoria crítica. In: KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. (orgs). **Histórias de Professores – Leitura, escrita e pesquisa em educação**. Editora Ática. São Paulo. 3ª impressão. Vol. 10, 2008, p. 43-53.

OLIVEIRA, I.A; FONSECA, M.J.C.F.; SANTOS, T.R.L. A entrevista na Pesquisa Educacional. In: OLIVEIRA, I.A; MARCONDES, M.I; TEIXEIRA, E. (Orgs). **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: UDUEPA, 2010, p.37-53.

OLIVEIRA, J.S. *A columna e o sionismo no Rio de Janeiro em princípios do século XX: reflexões acerca de uma identidade em construção*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2019.

OLIVEIRA, T.R. “O bisturi que coisifica, a tabela que classifica”: a desinstrução da condição humana nas narrativas do trauma do holocausto nazista em Miklós Nyiszli e Primo Levi. Dissertação. Campina Grande, 2019.

PENA, A. C. “Para explicar o presente tem que estudar a história do passado”: narrativas de profissionais de escolas comunitárias de Educação Infantil da Baixada Fluminense. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2015.

PENA, A. C. Diálogo, alteridade e agir ético na educação: um encontro entre Martin Buber, Mikhail Bakhtin e Paulo Freire. *Educação e Filosofia*, 31 (62), 2017, p. 751-781.

PENA, A.; NUNES, F.; KRAMER, S. Formação humana, visão de mundo, diálogo e educação: a atualidade de Paulo Freire e Martin Buber. **Educação em Revista**, BH, n. 34, 2018.

PEREIRA, R. R. Por uma ética da responsividade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças. In: *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 1, jan./abr. 2015, p.50-64.

PFEIFFER, Renato; DAHER, Gabriella. *O hassidismo na visão de Martin Buber*. In: Arquivo Maaravi, Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. BH, v. 2, n.3, out 2008.

POLLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAPOSO, T.A.; PEREIRA, A.L. Entre lágrimas: o ensino sobre holocausto na perspectiva da sensibilidade. VI ENID – Encontro de Iniciação à Docência da UEPB, 2017, p.1-9.

RATH, S. *The After Generations: Legacies and Life Stories of Children and Grandchildren of Holocaust Survivors*. Dissertation. Arizona State University, 2012.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org). **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998, p. 15-38.

ROCHA, T.de S. Um coração que ainda bate após Auschwitz: um estudo de caso sobre o Holocausto. Dissertação. USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

SANCOVSCHI, I. A invenção do Lugar Judaico: uma vivência das ambiências nas narrativas de I.B.Singer, Moacyr Scliar e Amos Oz. Dissertação. UFRJ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2017.

SANTOS, M. M. dos; BEZZI, M. L. A manifestação da cultura judaica no território de Philippon/Santa Maria/RS. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v.13 n. 2, 2009, p. 156-162.

SCHWEIDSON, E. (Org.). **Memória e cinzas: vozes do silêncio**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SEREBRENICK, S. **Breve história dos judeus no Brasil**. Ed. Biblos, Rio de Janeiro, 1962.

SHURSTER, K.; LEITE, A.M. Material de ensino e traumas coletivos: uma análise sobre o holocausto. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão - SE, v. 09, n. 02, jul./dez. 2018, p. 3-16.

SILVA, E.P. da. The Big Event: história, memória e identidade na minissérie “Holocausto”. Dissertação. USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

SILVA, H.R. da. Narrar, transmitir, representar: o testemunho de um sobrevivente francês (judeu e resistente) dos campos de concentração nazista. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez.2008, p. 221-252.

SILVEIRA, A. F.; CASTRO, L. G.; BARBOSA, S. N. F. Desafios da contemporaneidade para a família: um olhar sobre o cuidado. **Educação Unisinos**, N. 25, ISSN 2177-6210 Unisinos - doi: 10.4013/edu.2021.251.08, 2021.

SILVERSTEIN, J. ‘If our grandchildren are Jewish’ Heteronormativity, Holocaust postmemory and the reproduction of Melbourne Jewish families. *History Australia*, Volume 10, Number 1, 2013, p. 167-186.

SOBRAL, A. O ato “responsável” ou ato ético em Bakhtin e a centralidade do agente. In: *Signum, Est. Ling. Londrina*, n. 11/1, julho 2008, p. 219-235.

SOUZA, L.F.de. A trajetória de vida das mulheres judias, sobreviventes do Holocausto: relatos orais. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, ISSN: 1982-3053, 2013.

TEDESCO, J.C. O Gênero na Imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v.2, n.1, 2011, p. 44-55.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SCHURSTER, K. A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente. PUC-RGS: Porto Alegre. Estudos Ibero-Americanos, vol. 42, núm. 2, 2016, p. 744-772.

TOMÉ, M.C.D. Ecos do Holocausto na Literatura Portuguesa de potencial receção juvenil. Ciclo Literaturas em Trânsito, CEHUM, Braga, 2014, p. 121-140.

VASSALLO, S. P.; BITTER, D. A múltipla pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus. Revista Antropolítica (UFF), n.45, 2018, p. 94-122.

VESNEYAN, S. Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e consequências. Tese. USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

VIOLA, T.W.; SCHIAVON, B.K.; RENNER, A.M.; GRASSI-OLIVEIRA, R. Trauma complexo e suas implicações diagnósticas. Revista Psiquiatria. Rio Grande do Sul, v. 33, 2011, p. 55-62

WALDMAN, B. Uma história concisa do Holocausto na literatura brasileira. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 13, n. 25, ISSN: 1982-3053, 2019.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.